



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Laurita Hargreaves

**Uma análise das desigualdades socioeconômicas e de gênero no Brasil:
o papel do background familiar na transmissão intergeracional dos
recursos: das mães e dos pais para os filhos e filhas**

Rio de Janeiro

2020

Laurita Hargreaves

Uma análise das desigualdades socioeconômicas e de gênero no Brasil: o papel do background familiar na transmissão intergeracional dos recursos: das mães e dos pais para os filhos e filhas



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando de Paula

Coorientador: Carlos Antônio Costa Ribeiro

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

H279 Hargreaves, Laurita.
Uma análise das desigualdades socioeconômicas e de gênero no Brasil: o papel do background familiar na transmissão intergeracional dos recursos: das mães e dos pais para os filhos e filhas / Laurita Hargreaves. – 2020.
119f.: il.

Orientador: Luiz Fernando de Paula.
Coorientador: Carlos Antonio Costa Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Mulheres – Condições sociais -Brasil -Teses. 2. Brasil – Condições sociais – Teses. 3. Identidade de gênero - Brasil – Teses. I. Paula, Luiz Fernando de. II. Ribeiro, Carlos Antonio Costa. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 301(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Laurita Hargreaves

Uma análise das desigualdades socioeconômicas e de gênero no Brasil: o papel do background familiar na transmissão intergeracional dos recursos: das mães e dos pais para os filhos e filhas

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de abril de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando de Paula (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro (Coorientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof.^a Dra. San Romanelli Assumpção
Instituto de Estudos Sociais e Políticos- UERJ

Prof.^a Dra. Maria Celi Scalon
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Para todas as pessoas que me apoiaram neste processo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e oportunidade de realizar os meus sonhos. Aos meus pais e irmã Virgínia, em particular ao meu pai Guilherme, por ter me fornecido as condições necessárias para a concretização desse trabalho. A toda comunidade do IESP-UERJ, pelo ambiente colaborativo e convívio agradável durante esse período. Aos meus orientadores, Luiz Fernando de Paula e Carlos Antonio Costa Ribeiro, pelo suporte, confiança e disposição para a realização desta pesquisa.

Quero agradecer em particular à Professora San Romanelli Assumpção pelo apoio acadêmico, emocional e empoderamento feminino nesta trajetória. À minha psicanalista Andrea Farah agradeço o trabalho intensivo durante esses anos, que me aproximou de questões essenciais para as minhas escolhas pessoais e profissionais.

Agradeço a todos os pesquisadores que me acompanham desde a graduação e aqueles que me inspiraram na realização deste trabalho: Denise Lobato Gentil, Almir Pita Freitas, Lena Lavinias, Lucia Kubrusly, Fernando Carlos Lima, Celi Scalon, Maria Argelina Figueiredo. As amigas que construí ao longo do mestrado foram essenciais nesta jornada. Agradeço especialmente Hélio Cannone pela ajuda e suporte desde o meu primeiro dia, Cynthia Coutinho Cunha, pela parceria, confiança e amizade, Mariani Ferri de Holanda, pela cumplicidade, apoio e observações neste trajeto. Agradeço também ao Weverthon Machado, Filipe Peixoto, Natália Leão, Carolina Kowalski Piazza, Thiago Ramos, Yangrui Xiang pelos comentários, sugestões e ajuda neste trabalho.

Agradeço à Capes pelo apoio financeiro para a elaboração desta pesquisa.

Por fim, agradeço ao meu querido companheiro e amigo, Rafael Westenberger, por cada momento de alegria, ansiedade, angústia compartilhado; pelas observações apontadas neste trabalho, pelo incentivo em me tornar uma pessoa melhor, admiração, afeto, compreensão e companheirismo.

Somos feitos da mesma matéria com a qual são construídos os sonhos.

William Shakespeare

RESUMO

HARGREAVES, Laurita. *Uma análise das desigualdades socioeconômicas e de gênero no Brasil: o papel do background familiar na transmissão intergeracional dos recursos: das mães e dos pais para os filhos e filhas*. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Por muito tempo, os estudos de mobilidade intergeracional têm focado primariamente nos homens. No final dos anos 1970 e início dos 1980, estudos em estratificação social começaram a incluir informações sobre mulheres em seus estudos empíricos. No entanto, muitos estudos ainda repousam nos recursos do pai para medir o efeito do background familiar nas realizações das crianças. Utilizando um base de dados transversal em escala nacional, este trabalho busca analisar a associação entre os recursos parentais e o status ocupacional e renda das crianças na fase adulta no Brasil. Especificamente, comparo a influência materna e paterna assim como os efeitos de participação da mãe no mercado de trabalho, em comparação às mães donas de casa. Atualizo os encontrados acerca da influência materna na transmissão intergeracional das (des) vantagens a partir de uma perspectiva de gênero. O primeiro resultado encontrado apontou que o background de ambos os pais influencia substancialmente as realizações dos filho(a)s. Também identifiquei que o status ocupacional da mãe tem um efeito maior no status ocupacional futuro das crianças do que a renda. Um outro resultado foi que, a participação da mãe no mercado de trabalho tem um impacto negativo no status ocupacional dos filho(a)s. Em uma investigação mais profunda, observei que o efeito seria mais negativo quando as mães apresentassem um baixo status ocupacional, enquanto mães em posições de prestígio tenderiam a exercer um impacto positivo nas conquistas das crianças. Esses resultados revelam que o sistema de estratificação social brasileiro ainda apresenta uma rígida barreira na redução das desigualdades sociais e de renda através das gerações.

Palavras-chave: Mobilidade Social Intergeracional. Desigualdades Socioeconômicas. Famílias. Justiça Distributiva. Desigualdade de Gênero. Sistemas de Bem-Estar Social.

ABSTRACT

HARGREAVES, Laurita. *An analysis of socioeconomic and gender inequalities in Brazil: the role of family background in the intergenerational transmission of resources: from mothers and fathers to their sons and daughters*. 2020. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

For a long time, intergenerational mobility studies have focused primarily on men. In the late 1970s and early 1980s, studies on social stratification started to include information about women in their empirical analyses. Nonetheless, most studies still rely solely on the father's resources to measure the effects of family background in children's achievements. Using a large national transversal data set, this work seeks to analyze the association between parental resources and children's occupational status and earnings in their adulthood in Brazil. Specifically, I compare the maternal and paternal influences as well as the effects of the participation of the mother in the labor market, as compared to housewife mothers. I update the findings of maternal influence on intergenerational transmission of dis/advantages from a gender perspective. The first result was that both parents' backgrounds influence their sons and daughters' achievements substantially. Moreover, the mother's level of instruction is as relevant as the father's education. I also found that maternal occupational status has a stronger effect than income on their children's future occupational status. Another finding was that, the mother's participation in the labor market has a negative average impact on the occupation status of her children. Upon further investigation, I observed that the effect is negative when mothers present low occupational status, whereas mothers with prestigious positions tend to have a positive impact on their children's outcome. These results reveal that the Brazilian social stratification system still presents a rigid barrier in reducing income and social inequalities across generations.

Keywords: Intergenerational Social Mobility. Socioeconomic Inequalities. Families. Distributive Justice. Gender Inequalities. Welfare State Systems.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	O papel da educação no processo de mobilidade intergeracional.....	52
Gráfico 1 –	Evolução do Índice de Gini no Brasil entre 2001 e 2017	71
Gráfico 2 –	Média das porcentagens das mulheres ocupadas nos setores da indústria, comércio e serviços nas regiões metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre entre 2014 e 2016.....	73
Gráfico 3 –	Média das porcentagens dos homens ocupados nos setores da indústria, comércio e serviços nas regiões metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre entre 2014 e 2016.....	74
Gráfico 4 –	Distribuição do Isei Mãe segundo as respostas das filhas em %	103
Gráfico 5 –	Distribuição do Isei Mãe segundo as respostas dos filhos em %.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Classificação dos Modelos de Bem-Estar Social segundo Esping-Andersen.....	66
Tabela 2 –	Índice de Desenvolvimento Humano/ Índice de Desigualdade de Gênero (IDG)	72
Tabela 3 –	Distribuição por nível de escolaridade das mães que frequentaram escola, segundo os respondentes de ambos os sexos.....	81
Tabela 4 –	Posição no trabalho da mãe ou mulher responsável pela criação da filha aos 15 anos	82
Tabela 4.1 –	Posição no trabalho do pai ou homem responsável pela criação da filha aos 15 anos	83
Tabela 4.2 –	Posição no trabalho da mãe ou mulher responsável pela criação do filho aos 15 anos	84
Tabela 4.3 –	Posição no trabalho do pai ou homem responsável pela criação do filho aos 15 anos de idade	84
Tabela 4.4 –	Atividade principal da mãe segundo os respondentes de ambos os sexos.....	85
Tabela 4.5 –	Atividade principal do pai de acordo com os respondentes de ambos os sexos	85
Tabela 5 –	Distribuição dos valores das variáveis de interesse em quantis para o cálculo do Isei predito do filho.....	93
Tabela 6 –	Distribuição dos valores das variáveis de interesse em quantis para o cálculo do Isei predito da filha	94
Tabela 7 –	Modelos de Regressão Linear para o status ocupacional (Isei) do filho.....	116
Tabela 8 –	Modelos de Regressão Linear para o log da renda do filho.....	117
Tabela 9 –	Modelos de Regressão Linear para o status ocupacional (Isei) da filha.....	118
Tabela 10 –	Modelos de Regressão Linear para o log da renda da filha.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIC	Critério de informação de Akaike
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
EGP	Esquema de classes Erikson-Goldthorpe-Portocarero
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ISCO	International Standard Classification of Occupations
ISEI	Índice Internacional de Status Socioeconômico
NORC	National Opinion Research Center
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Paridade do Poder de Compra
SEI	Índice Socioeconômico
SIOPS	Standard International Occupational Prestige Scale

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	DESIGUALDADES: UMA DIMENSÃO MULTIFACETADA PARA OS ESTUDOS DE ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL À LUZ DAS TEORIAS DA JUSTIÇA	19
1.1	As interfaces entre a mobilidade social e a justiça como equidade de John Rawls.....	19
1.2	O enfoque das capacidades de Amartya Sen	25
1.3	Desdobramentos das teorias políticas feministas para as análises de mobilidade social.....	32
1.4	Contribuição das teorias clássicas de Karl Marx e Max Weber para os estudos de estratificação e mobilidade social	35
1.5	Os principais esquemas de classe contemporâneos à luz das teorias de Karl Marx e Max Weber.....	38
1.6	Abordagens sociológicas com orientação empírica para os estudos de estratificação e mobilidade social.....	42
2	ESTUDOS EMPÍRICOS ACERCA DOS EFEITOS DO BACKGROUND DAS MÃES SOBRE A MOBILIDADE INTERGERACIONAL.....	47
2.1	Os principais indicadores de status ocupacional para os estudos de estratificação e mobilidade social	56
2.2	Conjuntura Socioeconômica: a política social como instrumento de justiça social.....	62
3	PESQUISA EMPÍRICA.....	75
3.1	Uma breve apresentação dos principais conceitos utilizados nos estudos empíricos de mobilidade social.....	75
3.2	Descrição da base de dados, categorias e métodos.....	77

3.3	Resultados e Interpretações	89
3.3.1	<u>Avaliação dos efeitos da família de origem sobre o Isei do filho</u>	89
3.3.2	<u>Introdução à mobilidade intergeracional de renda: interpretação dos efeitos parentais sobre a renda do filho</u>	96
3.3.3	<u>Avaliação dos efeitos da família de origem sobre o Isei e a renda das filhas</u>	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE	116

INTRODUÇÃO

Nos estudos de mobilidade social, as abordagens convencionais têm adotado a família como núcleo de análise. Um dos maiores expoentes nessa linha, Goldthorpe (1983) defende que dentro da estrutura de classes, a família seria classificada conforme a ocupação do homem no mercado de trabalho. Para o autor, os homens apresentariam maior comprometimento e estabilidade no emprego se comparados às mulheres. Fatores relacionados à maternidade e cuidados domésticos caracterizariam a intermitência delas no trabalho.

Contudo, muitos pesquisadores se opuseram à essa perspectiva. Estudos recentes passaram a incluir as mulheres como categoria autônoma para análise dos padrões de mobilidade. Além disso, por representarem quase metade da população nos países em desenvolvimento, elas exerceriam um papel importante tanto na mobilidade dos filho(a)s, como na composição da amostra social para a produção de resultados mais acurados. Segundo Beller (2009), o *capital cultural*¹ representado pela educação das mães nas análises empíricas corresponderia à uma categoria importante nas chances de vida (realizações) dos filho(a)s para perseguirem seus interesses e a classe de destino que viriam a ocupar.

Embora os bancos de dados passassem a incluir informações sobre as mulheres ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, grande parte das pesquisas ainda estaria predominantemente alicerçada nas características do pai ao estabelecer a posição social da família. Com a crescente participação das mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho, muitos estudos têm levantado novos questionamentos acerca da importância das mães no desempenho escolar e profissional das crianças. Os resultados encontrados na literatura apontam para os efeitos positivos exercido nessa relação, em particular para o desenvolvimento cognitivo e não cognitivo da criança².

À luz do debate teórico e metodológico acerca da importância das mulheres, especialmente das mães para a transmissão intergeracional dos recursos, esse trabalho

¹ A noção de capital cultural teria sido desenvolvida por Bourdieu (2007) e se expressaria na forma de gostos e preferências. Nas análises empíricas, a educação adotaria esta credencial, ao determinar as escolhas dos indivíduos e por conseguinte, suas chances de mobilidade. Vale ressaltar que a educação estaria para além do conhecimento formal adquirido nas escolas; abarcaria também os ensinamentos transmitidos pela família de origem.

² Kalmijn, 1994.

buscará reunir e relacionar elementos que abarcam temas da Ciência Política, como as teorias da justiça; Sociologia, no âmbito da estratificação e mobilidade; Economia, com os efeitos da transmissão intergeracional da riqueza, sob uma perspectiva de gênero.

Como mencionado, a educação corresponderia uma importante variável no processo de mobilidade. Nos estudos empíricos, essa credencial tem sido restringida ao nível da escolaridade. Partindo-se do pressuposto de que um nível educacional mais elevado teria efeitos positivos sobre a renda, Santos (2010) demonstrou que apesar das mulheres dedicarem mais tempo aos estudos do que os homens, elas ainda seriam desigualmente remuneradas no mercado de trabalho.

O autor identifica que as diferenças dos ganhos pecuniários entre homens e mulheres não seriam relevantes até o segundo grau completo. Para o ensino superior, não se observou o mesmo comportamento. Embora as mulheres tenham avançado na trajetória escolar, elas não seriam igualmente remuneradas em relação aos homens ao nível universitário. No que tange a ocupação, observou-se um aumento da participação feminina nos cargos mais privilegiados, embora grande parcela ainda se mantenha em ocupações de baixo prestígio, como atividades elementares e empregos domésticos.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD) 2014, as mulheres portariam as maiores médias no que se refere aos anos de estudo. Além disso, elas representariam 4,2% da expansão das ocupações, enquanto os homens, apenas 1,9%. Contudo, a renda mensal de todos os trabalhos para as pessoas com 15+ anos, em valores reais, era em média R\$ 1.480,00 para elas e R\$ 1.987,00 para os homens. Proporcionalmente, o rendimento do trabalho das mulheres teria sido em média 74,5% do alcançado pelos homens. Observa-se que o paradoxo entre escolaridade e renda, quando mediado pelo gênero, distribuiria desigualmente a probabilidade do pai e da mãe de influenciar as chances de vida dos filho(a)s.

A partir de uma análise empírica dos dados disponíveis na PNAD 2014, último levantamento nacional que incluiu informações sobre os pais dos respondentes, busca-se nesta dissertação avaliar em que medida as credenciais parentais, especialmente das mães, afetam as chances de sucesso ou fracasso dos filho(a)s. Em outras palavras, a inclusão de dados sobre as mães nas análises empíricas, como educação, ocupação e renda, controlando pelos coortes de idade e outras variáveis de interesse, implicaria substancialmente no status ocupacional das filhas e dos filhos? Além disso, haveria diferenças significativas nas chances dos filhos de ambos os sexos ocuparem uma posição

social mais elevada quando suas mães fossem divididas entre grupos de donas de casa e ativas no mercado de trabalho? Este trabalho parte do background familiar para analisar as diferenças de gênero no processo de estratificação social e seus impactos na renda e no status ocupacional dos filho(a)s. Este trabalho se insere na relevante temática do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas para a igualdade de gênero e apresenta atualizações para o caso brasileiro.

A temática das desigualdades socioeconômicas na transmissão intergeracional dos recursos³ e oportunidades perpassa diferentes campos de estudos. A desigual distribuição dos recursos nas sociedades tem se tornado ponto central nos estudos de mobilidade intergeracional e desenvolvimento socioeconômico. Linhas de pesquisa da economia social, teoria política contemporânea e da própria sociologia estariam retomando o importante debate acerca da justiça distributiva e suas implicações nas chances de vida dos indivíduos dentro do sistema capitalista contemporâneo.

Autores como o economista Thomas Piketty (2014), em sua conhecida obra *O Capital no século XXI*, realizou um amplo estudo através da compilação de dados sobre as declarações de riqueza (variável de estoque) e renda do trabalho (fluxo) nas principais nações desenvolvidas. Segundo o autor (2014), grande parte da concentração do capital estaria relacionada aos efeitos cumulativos das heranças.

Nos estudos de filosofia política, ilustres pesquisadores como John Rawls (2000) propuseram um modelo de sociedade justa. Sob uma posição de igualdade, os indivíduos escolheriam os princípios de justiça por trás do véu da ignorância, desconhecendo a posição que viriam ocupar dentro de um sistema de carreiras aberto aos talentos. Essa construção representaria uma sociedade com elevada fluidez social, uma vez que as oportunidades igualmente distribuídas permitiriam a todos mudar de posição.

O economista e filósofo Amartya Sen, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1998, propusera um novo enfoque que acomodasse as características individuais, - a capacidade de transformar meios em realizações. Segundo o autor, tentativas de igualar as condições socioeconômicas em um plano da vida do indivíduo, produziriam desigualdades em outros. Sob a ótica de gênero, pode-se ressaltar que o conjunto de bens para acomodar as necessidades de uma gestante seria diferente daquele requerido por mulheres não grávidas.

³ Recursos aqui podem ser compreendidos como as credenciais culturais, econômicas e sociais transmitidas dos pais para os filho(a)s.

Na perspectiva de uma teoria da justiça, o sexo biológico não implicaria em diferenças nas chances de vida dos indivíduos. Todos seriam igualmente considerados para perseguirem seus interesses. Contudo, Susan Okin (1989) chama atenção para as diferenças nos papéis de gênero que estariam além da condição biológica e presentes desde o espaço familiar. Este, constituído sob uma perspectiva generificada, atribuiria desigualmente direitos e deveres entre seus membros. A família compreendida como a primeira escola de aprendizado moral definiria os papéis de gênero de acordo com a divisão sexual do trabalho. Esping-Andersen (1999) também aponta a família como uma instituição social e política, na medida que molda o comportamento, incentivos e expectativas de seus membros. Como uma “instituição societal”, a família integra um sistema regulador ao agir como um tomador de decisão sobre o que é desejável e racional (ESPING-ANDERSEN, 1999, P.47).

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução. O capítulo 1 trará os principais debates da filosofia política acerca da justiça social. Partindo da sociedade justa de John Rawls e dos levantamentos realizados por Amartya Sen, este capítulo reunirá as diferentes facetas das desigualdades sociais. Além disso, abordará as identidades simbólicas construídas no ambiente familiar e seus impactos na estratificação social, a partir da perspectiva de Susan Okin. Em seguida, introduzirá as pioneiras contribuições das teorias clássicas de Karl Marx e Max Weber para os estudos de estratificação e mobilidade social e os principais esquemas de classe contemporâneos desenvolvidos por Goldthorpe e Olin Wright segundo as perspectivas neo-weberiana e marxista, respectivamente. Ao negligenciarem o papel das mulheres, em particular das mães na transmissão intergeracional dos recursos, serão apresentadas críticas às metodologias adotadas por estes autores para analisar a estrutura das classes. Pesquisadores em diferentes campos de atuação propuseram uma revisão da literatura e inclusão das mulheres nas análises teóricas e empíricas, dadas as transformações recentes na estrutura ocupacional no mercado de trabalho.

A partir desta discussão, o capítulo 2 apresenta variados estudos empíricos que analisam os efeitos do background familiar na renda, ocupação e educação dos filho(a)s; e constata que as credenciais da mãe contribuiriam significativamente para as chances de realização da próxima geração. Em seguida, apresento os principais indicadores utilizados nas análises empíricas de estratificação e mobilidade. Os condicionantes que estruturam as relações familiares atingiram desigualmente as chances de sucesso ou

fracasso os filho(a)s no mercado de trabalho. Neste sentido, a política social, a depender do sistema de bem-estar social adotado, reduziria o peso da família de origem na posição de destino das crianças. Analiso brevemente o sistema de bem-estar social a partir das classificações de Esping-Andersen e os principais indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano para o período recente no Brasil.

O capítulo 3 introduz a pesquisa empírica: a base de dados, variáveis e procedimentos adotados para analisar os efeitos do background familiar sobre o status ocupacional e renda dos filho(a)s. Por meio dos modelos de regressão múltipla, acrescento paulatinamente as variáveis de interesse para observar possíveis variações nos efeitos das variáveis antecessoras. Este capítulo encerra as interpretações dos resultados obtidos nos modelos tanto para as meninas como para os meninos, avaliando as semelhanças e diferenças dos efeitos do pai e da mãe. Por fim, o capítulo 4 sumariza os principais pontos levantados ao longo do trabalho, abrindo espaço para os caminhos pouco explorados acerca dos canais e o peso do background familiar na estrutura social e no processo de mobilidade intergeracional.

1 DESIGUALDADES: UMA DIMENSÃO MULTIFACETADA PARA OS ESTUDOS DE ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL À LUZ DAS TEORIAS DA JUSTIÇA

1.1 As interfaces entre a mobilidade social e a justiça como equidade de John Rawls

Considerado um dos maiores filósofos contemporâneos, John Rawls contribuiu substancialmente para o debate em torno da concepção de justiça social. Em sua obra *Uma teoria da justiça*, originalmente publicada em 1971, o autor propôs uma teoria alternativa ao utilitarismo até então predominante. Para tanto, ele se ocupou da ideia de um arranjo institucional justo centrado na estrutura básica de uma sociedade democrática. Em suas palavras, “[...] um sistema social justo define o escopo no âmbito do qual os indivíduos devem desenvolver seus objetivos, e oferecer uma estrutura de direitos e oportunidades e meios de satisfação pelos quais [...] esses fins podem ser equitativamente perseguidos” (RAWLS, 2000a, p. 34).

A estrutura básica pode ser compreendida como a variável chave para o desenvolvimento da teoria rawlsiana. Tal como Rawls a concebe, a estrutura básica desempenha um papel relevante desde o início da vida dos indivíduos e seria composta pelas instituições primeiras responsáveis por distribuir e regular os bens dentro de um sistema de cooperação social. Nas palavras do autor:

[...] o objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes de cooperação social. [...] Tomadas em conjunto como um único esquema, as instituições sociais mais importantes definem os direitos e deveres dos homens e influenciam seus projetos de vida [...] (RAWLS, 2000a, p. 7-8).

De acordo com Rawls, uma força contrária concorreria para a tentativa de equalizar a distribuição dos recursos. Ela se traduziria nas diferenças sociais e econômicas que permeariam as condições e ocupações dos indivíduos em uma sociedade. Em *O liberalismo político*, originalmente publicado em 1993, o filósofo ressalta que esta força seria inevitável e pode até mesmo ser importante para a manutenção da “cooperação social efetiva” (RAWLS, 2000b, p. 323). As diferenças entre os indivíduos derivam de talentos, oportunidades e origem social, e, por sua vez, influenciam a trajetória

de cada um para perseguir a sua concepção de bem. Mas, quais diferenças sociais e econômicas podem ser consideradas justas? Ainda, quais arranjos podem ser considerados justos do ponto de vista da cooperação social efetiva? Em última análise, é com essas questões que o autor se ocupa ao propor a concepção de “justiça como equidade”. Como ele esclarece, trata-se de “explicar as liberdades e direitos básicos dos cidadãos como pessoas livres e iguais, uma exigência de importância absolutamente primordial para uma consideração das instituições democráticas” (RAWLS, 2000a, p. xiv). Em vista disso, sua teoria propõe dois princípios que auxiliam nessa consideração.

Para evitar que, na escolha dos princípios de justiça, as diferenças representem vantagens aos grupos com maiores dotações de recursos e endossem uma possível distribuição arbitrária desses recursos, Rawls formula a situação hipotética da posição original. A posição original é um experimento mental que representa um estado de imparcialidade na escolha dos princípios de justiça, uma vez que as inclinações individuais sobre o bem não deveriam intervir nesse processo de escolha. Na situação hipotética da posição original, os indivíduos estariam igualmente dispostos para decidir os princípios que regulariam os direitos e deveres dentro da estrutura básica da sociedade. Neste arranjo, as instituições seriam responsáveis por distribuir e regular os bens dentro de um sistema de cooperação social.

Rawls constrói seu argumento recorrendo ao modelo do contrato social. Como ele mesmo afirma, ele generaliza e leva a um nível mais alto de abstração a ideia do contrato social (Cf. RAWLS, 2000b, p. 23). Entendido como um acordo hipotético baseado no consentimento das partes, esse artifício reuniria os cidadãos para a escolha dos primeiros princípios de justiça. Quando aplicados à estrutura básica, esses princípios conduziriam os indivíduos à uma concepção política publicamente aceitável de justiça que abarcaria “[...] a estrutura das instituições básicas e os princípios, critérios e preceitos que se aplicam a ela” (ibid., p.54).

O modelo do contrato formulado nos termos da posição original atuaria como fio condutor para um acordo ou consenso original. Mas, na formulação de Rawls, há ainda um segundo passo, pois a convergência das diversas opiniões em uma concepção publicamente aceitável seria também avaliada à luz de nossas intuições morais cotidianas, configurando o que o autor denomina um estado de “equilíbrio reflexivo” (ibid., p. 51). No que nos interessa, o acordo obtido na posição original poderia ser aceito por todas as pessoas razoáveis entendidas como livres e iguais. As partes, ao serem situadas

simetricamente e mutuamente desinteressadas, isto é, na posição original e já detrás de um “véu de ignorância”, produziriam resultados imparciais em relação às concepções de bem. Segundo o autor, “[...] a posição original é o *status quo* inicial apropriado para assegurar que os consensos básicos nele estabelecidos sejam equitativos” (RAWLS, 2000a, p. 19).

Como observado, Rawls acrescenta na formulação da posição original o pressuposto de um “véu da ignorância”, no qual os indivíduos escolheriam os princípios de justiça sem conhecerem suas concepções de bem e a posição social que ocupariam na sociedade (ibid., p. 13). O véu cumpriria a função de, na escolha dos princípios de justiça, suspender os favorecimentos ou desvantagens derivadas das contingências naturais ou sociais. Teria a finalidade, portanto, de impedir que as pessoas levassem em consideração suas vantagens individuais e decidissem conforme seus interesses. Esse instrumento permitiria produzir um modelo ajustado, reforçando a ideia de um contrato social e, sobretudo, evitando resultados tendenciosos que poderiam favorecer determinados grupos ou indivíduos.

Para formular os primeiros princípios, Rawls (2000b) também introduz a noção de bens primários como métrica de justiça. Estes abarcariam todos os recursos necessários para se atingir os fins valorados. Na realidade, esses bens representariam as cestas que deveriam ser asseguradas a todos os cidadãos. Nas palavras de Rawls, “[...] as partes avaliam os princípios existentes estimando em que medida eles garantem os bens primários essenciais à realização dos interesses de ordem superior da pessoa [...]” (RAWLS, 2000b, p. 120).

Na perspectiva “recursista” de Rawls, a distribuição dos recursos essenciais exerceria um importante papel nas chances de vida dos indivíduos. Em razão disso, o autor separa os bens primários sociais, compreendidos como os recursos distribuídos diretamente pelas instituições, tais como direitos, liberdades, oportunidades, renda, dos naturais, como saúde, inteligência, aptidão, entre outros, que não são distribuídos diretamente pelas instituições. Para o filósofo, os indivíduos que fossem privados de alguns desses atributos, sofreriam desvantagens na distribuição dos recursos. Em *O liberalismo político*, a lista básica de bens primários é apresentada do seguinte modo:

- a) os direitos e liberdades fundamentais, que também constituem uma lista;
- b) liberdade de movimento e livre escolha de ocupação num contexto de oportunidades diversificadas;
- c) poderes e prerrogativas de cargos e posições de responsabilidade nas instituições políticas e

econômicas da estrutura básica; d) renda e riqueza; e) as bases sociais do auto-respeito (RAWLS, 2000b, p. 228).

Com o objetivo de garantir a igual liberdade e oportunidade para todos e reduzir as arbitrariedades produzidas pelas loterias social e natural, Rawls, a partir da posição original e do processo de equilíbrio reflexivo, apresenta então dois princípios de justiça. Estes obedeceriam a uma ordem lexical, ou seja, seriam ordenados de modo que o primeiro tivesse prioridade sobre o segundo. Neste sistema, a igual liberdade, estabelecida no primeiro princípio, tem prioridade sobre a oportunidade equitativa e sobre o chamado princípio da diferença, estabelecidos no segundo princípio. Segundo Rawls, são esses os princípios:

- Todas as pessoas têm igual direito a um projeto inteiramente satisfatório de direitos e liberdades básicas iguais para todos, projeto este compatível com todos os demais; e, nesse projeto, as liberdades políticas, e somente estas, deverão ter seu valor equitativo garantido.
- As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: primeiro, devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, segundo, devem representar o maior benefício possível aos membros menos privilegiados da sociedade [princípio da diferença] (ibid., p. 47).

Em sua teoria da justiça, Rawls adota a prioridade da igual liberdade para que todos pudessem perseguir suas concepções de bem, dentro de um conceito de liberdade efetiva combinado com um conceito de liberdade como limitação recíproca entre iguais⁴. Nessa perspectiva, a igualdade humana fundamental compreenderia uma máxima para perseguir estilos de vida diversos. As liberdades básicas são invioláveis e não poderiam ser revogadas por trocas de mercado ou pela política. No entanto, a sociedade justa também carece de princípios que garantam não apenas a realização dos fins valorados, mas também uma distribuição justa de recursos.

No segundo princípio, a igualdade equitativa de oportunidades exigiria que as regras públicas estabelecidas no contrato fossem aplicadas igualmente a todos. Ao instituir a igualdade de oportunidades para todos independentemente da origem e ocupação, esse princípio neutralizaria os possíveis impactos da posição social de nascimento do indivíduo sobre a distribuição dos recursos. Nesse sentido, as ocupações dos pais não representariam barreiras à mobilidade social do(a)s filho(a)s. Pessoas com

⁴ Conceito de liberdade externa de Kant conforme explicação de Bobbio (2000, p. 96): "...[...] é a liberdade dos impedimentos que provêm dos outros...[...] [o esforço por alcançar uma esfera de liberdade na qual seja possível para mim agir segundo o meu talento sem ser perturbado pela ação dos outros".

habilidades semelhantes apresentariam as mesmas chances de vida. Contudo, a igualdade equitativa de oportunidades não cobriria as desigualdades de talentos, abrindo espaço para o favorecimento de posições mais valoráveis socialmente.

Como esclarece Figueiredo (1997), a igual liberdade, garantida pelo *primeiro* princípio, e a igualdade equitativa de oportunidades, no *segundo*, formariam “[...] uma ‘justiça de base’, isto é, as condições necessárias para a justiça social” (ibid., p. 83), dentro de uma perspectiva normativa em que existem desigualdades justas. O arranjo, todavia, somente seria justo quando os ganhos sociais representassem o maior benefício para todos, incluindo os mais desfavorecidos. Em razão disso, o princípio da diferença, segundo requisito do *segundo* princípio, emerge como “um critério fundamental de justiça distributiva” para “avaliação da estrutura básica da sociedade” (ibid., p. 84). Ainda nas palavras da autora:

A equitativa igualdade de oportunidades [...] não nivela as realizações. As posições vantajosas, ainda que abertas a todos, serão preenchidas pelos mais talentosos. [...] O princípio de diferença, portanto, impõe uma restrição às vantagens oriundas da oportunidade natural e estabelece a base sobre a qual distribuições desiguais podem ser consideradas justas. Neste sentido, é o princípio da diferença que fornece o padrão pelo qual o grau de justiça dos arranjos sociais é avaliado (ibid., p. 86).

Ao considerar os resultados decorrentes dos talentos naturais como um bem comum, o princípio da diferença tentaria mitigar a concentração de privilégios e distribuir os maiores benefícios econômicos e sociais entre os cidadãos de forma justa. O princípio da diferença soluciona esse problema, na medida em que exige que “[...] as maiores expectativas daqueles em melhor situação são justas se, e somente se, funcionam como parte de um esquema que melhora as expectativas dos membros menos favorecidos da sociedade” (RAWLS, 2000a, p. 79-80).

Desse modo, uma alocação justa e eficiente produziria o maior benefício social, de modo que as desigualdades só seriam permissíveis *quando representassem ganhos para todos, sobretudo para os mais desfavorecidos*. O princípio da diferença “[...] neutraliza os efeitos dos talentos naturais ao transformá-los em um bem comum” (FIGUEIREDO, 1997, p. 85). Com isso, os resultados derivados da loteria natural (ou sorte bruta) poderiam ser desfrutados por todos. O enfoque analítico sobre a estrutura básica sinaliza a importância na regulação da distribuição dos recursos para reduzir os efeitos arbitrários da loteria natural.

Como sugerem Scalon e Salata (2016), é possível estabelecer uma conexão dos pressupostos da teoria de Rawls com o conceito de “fluidez social” – a dimensão referente às chances do indivíduo para alcançar uma classe de destino específica, dadas as restrições de sua classe de origem (ibid., p. 185). Como vimos, na posição original, os indivíduos seriam igualmente considerados (como livres e iguais). Além disso, por detrás do véu de ignorância, ao desconhecerem sua posição social, seus interesses, preferências etc., os indivíduos decidiriam pelos princípios que promovessem o maior benefício para si como se estivessem na pior posição social existente. Desse modo, os princípios que ali se estabelecessem orientariam a busca para assegurar os meios necessários para que todos pudessem dispor de uma ampla gama de oportunidades⁵. Na analogia com a fluidez social, o véu de ignorância poderia representar um importante indicador da fluidez social pois guardaria as mudanças extremamente intermitentes entre a posição de origem e a de destino. Nas palavras de Scalon & Salata

[...] há na ideia de fluidez social uma vitória da teoria de John Rawls. Sob o véu da ignorância, tenderíamos todos a realizar um pacto social mais justo, no qual as disparidades entre indivíduos seriam menores e o conjunto mais homogêneo. A fluidez pode ser o nosso ‘véu da ignorância’. Se considerarmos um sistema no qual as trocas entre as posições sociais são mais constantes, as chances de obtê-las mais igualitárias e as barreiras entre elas mais simples de transpor, um ‘acordo’ ou um ‘contrato social’ em torno de princípios de justiça – entendendo justiça como igualdade de oportunidades – seria bem mais fácil. Se eu não sei qual posição me cabe, terei a negociar no sentido de uma distribuição mais igualitária e mais justa. Se eu sei que a fluidez em minha sociedade é grande e, portanto, minhas chances de alcançar posições são tão prováveis como as de qualquer outro, estarei mais flexível para aceitar condições mais igualitárias para todos (ibid., p. 185).

Em resumo, em um cenário em que as partes não possuem informações que poderiam ser utilizadas para favorecer a si próprias, como na posição original rawlsiana, as pessoas decidiriam em favor da maximização das piores posições sociais. Na sociedade em que as chances para perseguir os fins seriam iguais para todos, a negociação em torno da distribuição dos bens tenderia a ser mais igualitária e justa. Nesse sentido, o véu de ignorância favoreceria a formação de uma sociedade com elevada mobilidade social. A seleção dos primeiros princípios por detrás do véu busca, assim, reduzir os efeitos derivados das “loterias” natural e social.

⁵ Na perspectiva recursista rawlsiana, os indivíduos ao serem igualmente considerados, adequariam seus bens primários (recursos essenciais que todos teriam direito dentro de uma sociedade justa), compreendidos como meios, para alcançar uma determinada concepção de bem (perseguir um fim).

Um dos pontos centrais da teoria rawlsiana é que ao decidirem sobre os princípios mais adequados para proteger as liberdades individuais e garantir maior equidade de oportunidades, os indivíduos buscariam uma concepção política justa. Além disso, cabe ainda notar que, como o autor esclareceu em *O liberalismo político*, sua teoria se restringiria apenas ao “domínio do político”, buscando maior neutralidade no que diz respeito às inclinações morais⁶ (RAWLS, 2000b, p. 82). A *justiça como equidade*, como explica Figueiredo (1997, p. 81) “[...] pretende oferecer critérios independentes que permitam julgar o grau de justiça das instituições sociais ou da sociedade como um todo”.

No entanto, a *justiça como equidade* abriu espaço para debates acerca da métrica equalizadora formulada por Rawls. Uma das principais críticas é que a perspectiva dos bens primários consideraria apenas as cestas de recursos (bens primários) como parâmetro de qualidade de vida. Ao definir a pior posição apenas em termos desses recursos, não se considerariam devidamente os diferentes talentos para converter os bens em estilos de vida diversos. Pessoas com o mesmo pacote de recursos estariam em condições semelhantes para perseguir seus fins, ainda que “[...] uma delas possa ser destituída de talento, fisicamente deficiente, mentalmente incapacitada ou ter má saúde” (KYMLICKA, 2006, p. 91).

Em última análise, no entendimento de Rawls, uma maior dotação de recursos representaria uma melhor posição social. Autores como Amartya Sen argumentam que o montante de bens não seria suficiente para medir a qualidade de vida das pessoas, uma vez que uma pessoa pode, por exemplo, ser acometida por doenças que demandam gastos elevados com medicamentos. Em razão disso, novos questionamentos surgiram acerca da justiça distributiva. Na crítica de Sen, o foco de análise recairia sobre a capacidade de transformar recursos em realizações, de acordo com as necessidades individuais.

1.2. O enfoque das capacidades de Amartya Sen

Com as múltiplas dimensões no conceito de desigualdade, Amartya Sen admite que a igualdade em um plano da vida do indivíduo resultaria em diferenças em outras dimensões. Em *Desigualdade reexaminada* ([1992] 2008), Sen trata da importância do

⁶ A teoria rawlsiana busca especificar os termos da cooperação social de forma independente das inclinações morais dos indivíduos.

campo avaliatório da igualdade. Segundo ele, a heterogeneidade humana exigiria uma regra capaz de acomodar as necessidades individuais. A igualdade basal em uma dimensão levantaria questionamentos em torno da razoabilidade das escolhas.

A seleção de uma variável focal resultaria em avaliações diversas sobre a igualdade. Para Sen, uma métrica de justiça deveria abarcar as particularidades individuais. Ao colocar a pergunta “igualdade de *quê?*”⁷, o autor endereça as dificuldades de se determinar o melhor campo avaliatório, particularmente em vista do problema segundo o qual a igualdade em um plano poderia ser considerada injusta ao não acomodar as necessidades individuais.

Para Sen, a capacidade de converter meios em realizações compreenderia a métrica de justiça para comparações interpessoais. Sua formalização teórica buscaria uma medida flexível diante da heterogeneidade social. A decisão sobre qual seria a melhor variável focal dependeria do objetivo final que se pretende alcançar. Em suas palavras, “[...] as diferentes exigências de igualdade refletem visões diferentes quanto a que coisas vão ser diretamente valorizadas nesse contexto. Elas indicam ideias diferentes sobre como as vantagens de diferentes pessoas vão ser avaliadas [...]” (SEN, 2008, p. 56).

A dificuldade na escolha de uma variável focal que seja justa para todos faz com que o autor se concentre na capacidade igual de cada indivíduo para funcionar. As variações que permeiam as habilidades de conversão dos recursos em funcionamentos adequados se desdobrariam em questões relativas à inclusão social. Medidas compensatórias, sob a forma de políticas públicas, destinadas, por exemplo, aos melhoramentos no acesso dos deficientes físicos aos espaços estatais representariam ganhos sociais em termos de funcionamentos.

O autor reconhece que “[...] diferenças de idade, sexo, talentos especiais, incapacidade, propensão a doenças, etc. podem fazer com que duas pessoas tenham oportunidades de qualidade de vida muito divergentes mesmo quando ambas compartilham exatamente o mesmo pacote de mercadorias” (SEN, 2001, p. 89-90). Nesse sentido, a igualdade, quando aplicada universalmente, sem considerar as condições particulares (deficiência, por exemplo), acabaria sendo injusta pois não forneceria os bens adequados às necessidades individuais.

⁷ Este também é o título das Tanner Lectures proferidas pelo autor em 1979. Ao se questionar sobre qual seria a dimensão da igualdade basal, Amartya Sen (1980) problematiza acerca das diversas dimensões que compõem a vida do indivíduo.

A abrangência do conceito de desigualdade estaria para além da renda, variável comumente adotada pelos economistas para medir diferenças. Como apresentado nas formulações de John Rawls e Amartya Sen, a métrica da renda tomada por si só não seria suficiente para descrever uma sociedade justa. Elementos como participação política, acesso aos meios de comunicação, e, por outro lado, assimetrias nas relações de poder, privação dos direitos básicos e do bem-estar, seriam relevantes para compreender as chances de vida dos indivíduos para perseguir seus interesses. Como afirmam Scalón & Salata (2016, p. 185): “[...] análises sobre desigualdades e justiça social implicam considerar não somente os condicionantes das escolhas e oportunidades, mas também as possibilidades para seu enfrentamento [...]”.

As diferentes facetas da desigualdade de acordo com a renda, a ocupação, ou a educação, por exemplo, poderiam ser ampliadas para as chances de vida díspares entre homens e mulheres. A baixa participação feminina em esferas relevantes, como em cargos de liderança e representação política, contribuiria negativamente para a promoção de oportunidades equitativas para ambos os sexos. Segundo Sen (2008), duas pessoas com o mesmo pacote de recursos não desfrutariam da mesma qualidade de vida caso uma delas sofresse com uma doença grave. O comprometimento de uma parcela significativa da renda com medicamentos privaria parte da liberdade do indivíduo para viver conforme seus objetivos. Assim, variações derivadas das contingências naturais influenciariam diretamente as realizações individuais.

Para Sen (2001), a liberdade impulsionaria um processo de desenvolvimento. Este processo abarcaria questões relacionadas às liberdades substantivas e instrumentais. Para o enfoque das capacidades (*capabilities*), as liberdades substantivas forneceria a base informacional, enquanto as liberdades instrumentais expandiriam os direitos e liberdades dos cidadãos⁸. De acordo com o autor, o melhor espaço avaliatório compreende a capacidade de transformar os recursos em fins, mas não apenas em vista do resultado, e, sim, uma vez diante da oportunidade de realizar algo, também seja possível escolher realizar ou não realizar - pois “[...] liberdades, direitos, utilidades,

⁸ Por liberdade substantiva compreende-se a capacidade de evitar fome, desnutrição, analfabetismo, doenças, mortes prematuras, privação da participação política, etc. Já as liberdades instrumentais seriam classificadas de acordo com: i. facilidades econômicas (oportunidades para usar recursos econômicos); ii. oportunidades sociais (disposições para o desenvolvimento social); iii. liberdades políticas (oportunidades para determinar princípios e escolhas de partidos políticos por exemplo); iv. garantias de transparências (liberdade para lidar com os outros dada a sinceridade das pessoas); v. segurança protetora (inclui disposições institucionais fixas que garantem um patamar mínimo para a população).

rendas, recursos, bens primários, satisfação de necessidades etc. fornecem maneiras diferentes de ver as respectivas vidas de pessoas diferentes [...]” (SEN, 2001, p. 56). Como explica Pinheiro (2012), as liberdades substantivas são aquelas que enriquecem a vida dos indivíduos. Elas refletiriam a capacidade de funcionar corretamente e os fins que se deseja realizar. Em suas palavras:

A distinção entre os papéis avaliativo e instrumental das liberdades, ao se basear na distinção mais fundamental entre os meios e os fins do desenvolvimento, apontam para a distinção conceitual entre as liberdades substantivas e as liberdades instrumentais. Liberdades substantivas são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como fins, ao passo que as instrumentais são os meios para atingir aqueles fins. Por exemplo, para atingir a liberdade substantiva de ter boa saúde, eu busco as liberdades instrumentais de me alimentar bem, repousar, fazer exercícios físicos, viver em um lugar livre de poluição etc. (PINHEIRO, 2012, p. 15).

Sen reforça sua crítica aos bens primários rawlsianos afirmando que a liberdade é o próprio exercício das capacidades. As capacidades se relacionariam com as condições pessoais e sociais de cada um, o que permitiria a introdução da noção de *funcionamentos*, compreendida como os estados, as habilidades e as atividades individuais⁹. O acesso aos recursos necessários favoreceria o bom funcionamento para se perseguir a própria concepção do bem. Funcionamentos *normais* envolveriam estar bem nutrido, saudável, alfabetizado, aparecer em público sem vergonha de si, participar ativamente do grupo, desenvolver um grau de autorrespeito (cf. VITA, 1999). A relação entre capacidades e funcionamentos pode ser entendida da seguinte forma:

[...] *funcionamentos são estados e ações, que podem ser pensados em termos de desempenho do que uma pessoa pode ou não realizar com a sua vida. Por outro lado, o conjunto de funcionamentos que uma pessoa pode realizar é denominado de capacidade, definido como a capacidade para realizar funcionamentos. Em outras palavras, a capacidade é um conjunto de vetores de funcionamentos que uma pessoa pode realizar, refletindo a oportunidade da pessoa para escolher dentre estilos de vida possíveis. O conjunto de funcionamentos de uma pessoa representa as várias combinações de estados e de ações que ela pode efetivar* (OUTEIRO et al., 2016, p. 67. Grifo nosso).

Se, por um lado, a diversidade humana dificultaria a aplicabilidade da proposta de Sen, por outro, a igualdade em apenas uma dimensão avaliatória reduziria a precisão comparativa no que tange às vantagens individuais. Desse modo, Sen se concentra na

⁹ Sen diferencia a noção de funcionamentos e capacidades, uma vez que estas reúnem os vetores funcionamentos para a promoção da liberdade.

capacidade igual de funcionar. O intuito seria “[...] reduzir a injustiça e a desigualdade, garantindo que todos possam realizar os funcionamentos básicos selecionados” (OUTEIRO et al., 2016, p. 68). Para evitar que sua proposta se torne inviável, Sen defende que as instituições cumpririam o papel de ponderar as capacidades e funcionamentos da coletividade.

O “conjunto capacitário” abarca a liberdade que uma pessoa tem de escolher dentre as diversas formas de vidas possíveis (SEN, 2001, p. 95). Não apenas as realizações efetivas pertenceriam a esse conjunto, mas também os funcionamentos alternativos factíveis. Isso favoreceria a construção de uma base informacional mais ampla para a abordagem das capacidades. Conforme Sen exemplifica, uma pessoa abastada que faz jejum para emagrecer pode ter igual realização de funcionamentos (estados, ações e habilidades) daqueles destituídos de uma alimentação adequada. No entanto, o conjunto capacitário da primeira se diferenciaria do segundo uma vez que a pessoa abastada poderia escolher entre comer ou não comer. Embora os resultados sejam semelhantes, o autor salienta a necessidade de investigar as origens de qualquer estado.

Ao definir as capacidades nos termos das combinações alternativas de funcionamentos possíveis, a igualdade na capacidade de funcionar permitiria que cada um alcançasse diferentes níveis de qualidade de vida conforme suas preferências. Na abordagem de Sen, as responsabilidades individuais exerceriam peso relevante na análise das vantagens alcançadas. Duas pessoas com as mesmas dotações de recursos poderiam apresentar variações na qualidade de vida dependendo dos gostos e preferências individuais. Pessoas com preferências diferentes sentem satisfação e insatisfação diante de um mesmo conjunto de opções de funcionamento. Por exemplo, pessoas com gostos caros (socializadas na riqueza) podem se sentir injustiçadas com um conjunto capacitário considerado perfeitamente satisfatório por pessoas com preferências adaptadas a condições fortemente adversas (contextos de pobreza). Apesar das divergências nas percepções pessoais sobre a qualidade de vida fruída, como a que aparece no exemplo, Sen aponta que, em um certo sentido, não haveria variações na liberdade.

Como Vita (1999) esclarece, o conjunto de vetores de funcionamentos seria análogo à restrição orçamentária da teoria econômica do consumidor. Nas palavras do autor:

Sen pensa que é importante para a estimação da vantagem individual não só o nível de bem-estar efetivamente alcançado, mas também a liberdade que uma pessoa tem de escolher entre diferentes tipos de vida. E o nível dessa liberdade desfrutada por uma pessoa constitui o que Sen denomina

sua *capacidade*. Em termos técnicos, a capacidade representa a liberdade efetiva que uma pessoa tem de escolher entre diferentes combinações possíveis de *functionings* [funcionamentos] valiosas. A idéia é similar à de *budget set* [restrição orçamentária] empregada pela teoria econômica do consumidor. O *budget set* de uma pessoa determina as *n* combinações possíveis de bens, mercadorias e serviços que estão ao alcance dessa pessoa; da mesma forma a capacidade de uma pessoa (seu *capability set* [conjunto capacitário]) determina as *n* combinações de *functionings* dentre as quais ela pode escolher uma [*functioning*](VITA, 1999, n.p.).

Ao construir o enfoque das capacidades, Sen busca ampliar as oportunidades disponíveis para os indivíduos. Para ele, os direitos sociais e políticos influenciaram positivamente nesta direção.

É importante observar que, dentro dos marcos do liberalismo igualitário, tanto Sen como Rawls adotam critérios objetivos, não subjetivistas, para avaliação das questões de justiça. Na teoria rawlsiana, como salienta Sen (2001, p. 92): “[...] direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza e as bases sociais do respeito próprio” são elementos que todos teriam direito independentemente das vontades pessoais. Na ótica do autor, no entanto, a pluralidade humana não poderia estar limitada a uma cesta de bens primários. A alternativa estaria na capacidade para se *realizar* as diferentes concepções de bem. Ao conferir maior sensibilidade às heterogeneidades das variações individuais, o enfoque das capacidades apresentaria um alcance mais amplo e resultados mais ajustados às condições específicas de cada indivíduo do que a visão recursista de Rawls.

Desse modo, mais recursos não necessariamente indicariam uma qualidade de vida mais elevada. De acordo com Sen (2001), uma pessoa poderia ter “[...] uma cesta de bens primários maior e ainda assim ter menos chances de levar uma vida normal do que um indivíduo fisicamente capaz e possuidor de uma cesta relativamente menor” (ibid., p. 95). A inflexibilidade dos bens primários negligenciaria diferenças significativas entre os indivíduos, particularmente na medida em que não considera que é “mais difícil para uns do que para outros converter bens primários em capacidades básicas” (VITA, 1999, n.p.). Em contrapartida, Sen defende que os bens primários não seriam constitutivos da liberdade propriamente dita, pois seriam apenas *meios* para a liberdade e não dizem respeito “à *extensão* da liberdade que uma pessoa realmente tem” (SEN, 2008, p. 136). Ainda nas suas palavras,

Na apreciação “baseada na capacidade” [*capability-based assessment*] da justiça, as pretensões individuais não devem ser avaliadas em termos dos recursos ou bens primários que as pessoas respectivamente detêm, mas pelas *liberdades que elas realmente desfrutam para escolher as vidas às quais elas têm razão para dar valor*. É esta liberdade real que é

representada pela ‘capacidade’ de uma pessoa para realizar várias combinações alternativas de funcionamentos (SEN, 2008, p. 136. Grifo nosso).

O economista e filósofo afirma ainda que a igual liberdade não poderia ser derivada apenas de uma distribuição equitativa dos bens primários. O exame das diferenças interpessoais deveria ter em vista as transformações dos recursos em capacidades para alcançar os fins e objetivos (SEN, 2001). Em “Equality of What?”, Sen (1980) já havia afirmado a necessidade de atender para as variações individuais. Segundo Atkinson & Bourguignon (2015), o questionamento de Sen remontaria à necessidade de alargar o espaço focal das desigualdades para além da renda. Somente a partir da década de 1970, sob grande influência de Rawls e de Sen, os estudos sobre desigualdade de renda passaram a questionar as bases do bem-estar para mensurar as desigualdades.

Essa reflexão destacaria características importantes sobre quais vetores (por exemplo: renda, oportunidades, liberdades, direitos) comporiam os recursos para alcançar os fins. O enfoque das capacidades, no entanto, pretende acrescentar novas variáveis às questões da justiça distributiva. Seu caráter normativo estaria no dever do Estado de garantir a todos os indivíduos as capacidades e funcionamentos mínimos.

But, in fact, people seem to have very different needs varying with health, longevity, climatic conditions, location, work conditions, temperament, and even body size (affecting food and clothing requirements). So what is involved is not merely ignoring a few hard cases, but overlooking very widespread and real differences. Judging advantage purely in terms of primary goods leads to a partially blind morality (SEN, 1980, p. 215-6).

Sen, assim, chama atenção para a razoabilidade da igualdade basal. Para ele, uma teoria pautada nos recursos não se revelaria sensível às diferenças entre os indivíduos. A escolha da igualdade em uma dimensão teria fundamental importância tanto na liberdade, como na avaliação comparativa entre os indivíduos para se perseguir diversos estilos de vida. De acordo com Sen, “[...] a adequação relativa dos diferentes espaços depende, em última instância, da motivação subjacente ao exercício de avaliação da desigualdade” (SEN, 2008, p. 147). O arcabouço teórico apresentado por Sen conecta-se diretamente com a noção de que as desigualdades, nos diferentes planos (econômicos, sociais e políticos), corroborariam para a promoção de barreiras no processo de mobilidade social, captado pelas taxas absolutas e relativas¹⁰.

¹⁰ Esses conceitos serão apresentados na seção 3.1 deste trabalho.

1.3 Desdobramentos das teorias políticas feministas para a mobilidade social¹¹

Há ainda um terceiro e crucial elemento que complementa o tratamento da teoria da justiça. Como mostrou Susan Moller Okin (1989), as influentes teorias da justiça do século XX, como a construída por John Rawls, não aplicariam os princípios de justiça em relação à família, uma vez que partiriam do pressuposto de que esta seria uma organização justa. Com isso, essas teorias ignorariam a injustiça na família, particularmente as injustiças construídas em torno do papel do gênero na constituição familiar.

Em *Justice, gender and the family*, Okin (1989) se contrapõe à maior parte dos estudiosos liberais ao defender a família como uma instituição da esfera pública. Para a autora, o espaço familiar se constituiria sob uma perspectiva generificada, na medida em que, a partir do gênero, direitos e deveres entre os membros da família são atribuídos desigualmente. Na verdade, a família representaria o primeiro ambiente onde as relações de poder estabeleceriam um sistema de dominação, e, desse modo, não poderia deixar de ser pensada também como uma instituição política. De acordo com Okin, para garantir a igualdade de direitos para as mulheres, é preciso pensar a família como objeto de justiça. Desse modo, a família não pode estar completamente fora da regulação estatal. Além disso, Okin entende que o gênero compreende a institucionalização das diferenças sexuais a partir da ótica social. Em resumo, para se abordar a igualdade de direitos e de oportunidades, o gênero também tem de se tornar objeto da justiça.

A divisão sexual do trabalho, baseada na tradição, definiria os papéis de gênero a partir da família, compreendida como a primeira escola de aprendizado moral (OKIN, 1989). No tocante à mobilidade social, mulheres negras e pobres enfrentariam maiores dificuldades para transpor barreiras estruturais, geralmente traduzidas nas desigualdades de posições e oportunidades. Essas desigualdades se tornam, portanto, um conceito multifacetado, ao atravessar as diversas dimensões que compõem a vida do indivíduo. Compreender o processo de reprodução dessas desigualdades ao longo de gerações e como elas distribuem desigualmente vantagens e desvantagens dentro de um sistema social estratificado inspiraram a interlocução do presente trabalho com as principais teorias da justiça.

¹¹ Adoto o termo teorias políticas feministas porque se trata da incorporação do problema da desigualdade de gênero pelas teorias políticas e da formulação, por teorias políticas, de concepções do dever ser da igualdade de gênero, e não de teorias políticas sobre o que é gênero.

Para Okin (1989), as práticas e a estrutura das famílias em uma sociedade justa devem proporcionar as mesmas oportunidades para homens e mulheres desenvolverem suas capacidades, participar no poder político, influenciar as escolhas sociais e tornarem-se seguros fisicamente e economicamente. A família exerce um papel essencial nas oportunidades dos indivíduos e no que eles virão a ser. Embora as políticas públicas possam reduzir as disparidades sociais e econômicas externas à família, essas políticas não seriam capazes de modificar a estrutura interna desta instituição. Como observado, segundo Okin, gênero estruturaria barreiras para a igualdade de oportunidades, de modo que as chances de vida dos indivíduos estão atreladas ao gênero. Nas palavras da autora,

[...] what has not been recognized as an equal opportunity problem [...] is the disparity within the family, the fact that its gender structure is itself a major obstacle to equality of opportunity. This is very important in itself, since one of the factors with most influence on our opportunities in life is the social significance attributed to our sex. The opportunities of girls and women are centrally affected by the structure and practices of family life, particularly by the fact that women are almost invariably primary parents. [...] Enhancing equal opportunity for women, important as it is in itself, is also a crucial way of improving the opportunities of many of the most disadvantaged children (ibid., p. 16-7).

Okin também ressalta a importância dos valores emocionais, das vantagens materiais e das motivações para a mobilidade intergeracional. Essas credenciais transmitidas dos pais para os filhos e filhas teriam um importante efeito nas oportunidades de vida. Embora as estruturas familiares sejam diferentes, cada uma delas exerceria um papel crucial no desenvolvimento dos valores morais e na formação de atitudes básicas em relação a outrem. A família compreenderia o espaço potencial onde se aprende a ser justo. Para Okin,

In a just society, the structure and practices of families must give women the same opportunities as men to develop their capacities, to participate in political power and influence social choices, and to be economically secure. But in addition to this, families must be just because of the vast influence that they have on the moral development of children. The family is the primary institution of formative moral development. And the structure and practices of the family must parallel those of the larger society if the sense of justice is to be fostered and maintained (ibid., p. 22).

Muitos estudos empíricos têm demonstrado que as mulheres ocupam posições desvantajosas em arranjos sociais e econômicos tradicionais. Segundo Amartya Sen (1995), injustiças em diferentes dimensões evocariam algum conceito de justiça. A tolerância das desigualdades de gênero estaria relacionada a valores morais, como a

legitimidade, a boa vida, o bem e o correto. A família, como primeiro arranjo institucional, frequentemente naturalizaria e tomaria como apropriado o comportamento desigual entre meninos e meninas. Em alguns casos, as mães podem se tornar a própria agência de perpetuação dessas diferenças, ao fornecer melhor nutrição e cuidados de saúde aos filhos do que às filhas. De acordo com Sen (1995), essas desigualdades seriam ilustradas por indicadores que apontam para o sucesso mínimo na vida, como as chances de sobreviver. Por exemplo, se mulheres morrerem em maior número do que os homens devido aos diferentes acessos promovidos pela própria família à boa saúde, isso indica que cada membro da unidade familiar estaria promovendo conjuntamente um estado de privação para as mulheres. Nos debates de teorias dos jogos, o problema de barganha dentro da família se refletiria nos interesses divergentes de cada membro. Cada um agiria na promoção dos seus objetivos percebidos e se adequaria a estes.

Ainda segundo Sen (1995), as teorias da justiça exerceriam papel importante na identificação e conexão das tensões entre as percepções de justiça e o que realmente pode ser exigido pelas reivindicações de justiça. Para exercícios práticos, o uso dessas teorias se destacaria no longo prazo, uma vez que as mudanças sociais são possíveis quando as tensões entre o que acontece e o que é aceitável são elucidadas, isto é, quando podemos esclarecer o que é justo e o que é injusto.

Uma característica da desigualdade de gênero está na atribuição social relacionada às diferenças biológicas entre homens e mulheres, que devem ser levadas em consideração diante das demandas para a equidade entre ambos os sexos. Este argumento se relacionaria com a crítica de Sen aos bens primários rawlsianos para alcançar a liberdade. De acordo com Sen (1995), a mesma porção da renda e pacotes de bens destinados a uma mulher grávida a colocaria em desvantagem em relação a um homem da mesma idade que possui a mesma liberdade para estar bem nutrido. Desse modo, o mesmo pacote de bens poderia ser considerado injusto em vista das necessidades individuais. Além disso, convenções sociais acerca dos papéis de gênero influenciariam o que as pessoas podem ou não fazer. Para Sen (1995, p. 264):

The differential demands imposed by neo-natal care of children also have considerable bearing on what a woman at a particular stage of life can or cannot achieve with the same command over primary goods as a man might have at the corresponding stage in his life.

Para Tumin (1953), as desigualdades produziriam disfuncionalidades. A seu ver, a estratificação social limitaria as possibilidades de expansão dos recursos produtivos e descoberta de novos talentos na sociedade. Além disso, a estratificação serviria como instrumento para a manutenção do *status quo*, no sentido de que a elite política buscaria manter sua posição de dominação. Em relação aos grupos menos privilegiados, as desiguais recompensas sociais não deveriam ser totalmente aceitas. Um sistema estratificado encorajaria a hostilidade e os conflitos exacerbados entre os diferentes grupos, o que limitaria uma ampla integração social. As desigualdades também produziram outras disfuncionalidades sociais, especificamente no que tange à noção de pertencimento e à possibilidade de participação efetiva em uma sociedade.

1.4 **Contribuição das teorias clássicas de Karl Marx e Max Weber para os estudos de estratificação e mobilidade social**

Embora Marx não tenha formulado uma definição formal sobre classes, em sua obra *Manifesto do Partido Comunista (2012)*, em conjunto com Friedrich Engels, classes podem ser compreendidas segundo a posição socioeconômica ocupada pelos indivíduos dentro da esfera produtiva, de modo que as relações fossem mediadas pela detenção ou não dos meios de produção.

Em *O Capital (1986)* volume IV, livro terceiro, Marx descreve as três principais classes que compõem a sociedade capitalista: trabalhadores (detentores da força de trabalho), donos do capital (capitalistas) e proprietários de terras, cujas fontes de renda seriam respectivamente os salários, lucro e renda da terra. Com os avanços do capitalismo, a tendência seria o divórcio mais aprofundado entre o trabalho e os meios de produção, em que o primeiro se transformaria no trabalho assalariado e o segundo, no capital produtivo.

A classe detentora do capital produtivo, na forma de máquinas ou terra, formaria a classe proprietária, enquanto os trabalhadores alienariam a mão de obra no mercado, compondo a classe não proprietária. Cada período histórico se caracterizaria pela separação da sociedade em grupos antagônicos. No capitalismo, esta clivagem resultaria na distribuição da renda entre capital produtivo e trabalho assalariado. Esse sistema pode

ser melhor compreendido nas palavras de Engels, que mesmo após a morte de Marx, sistematizou a economia política deste da seguinte maneira:

...a produção econômica e a estratificação social que desta necessariamente decorre constituem o alicerce da história política e intelectual de toda e qualquer época da história; a de que, em consequência disso (e desde o fim da antiquíssima propriedade comum do solo e da terra), a totalidade da história, em seus mais diversos estágios de desenvolvimento social, tem sido uma história das lutas de classe, de lutas entre exploradores e explorados, entre classes dominantes e oprimidas; e a de que agora, no entanto, essa luta alcançou um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não pode se libertar daquela que a explora e oprime (a burguesia) sem ao mesmo tempo libertar para sempre toda a sociedade da exploração, da opressão e das lutas de classe — essa ideia é de autoria única e exclusiva de Marx (MARX & ENGELS, 2012, p. 21).

As fronteiras entre as classes permeariam as condições econômicas de propriedade, uma vez que esta seria determinante na conformação das relações sociais no âmbito do sistema capitalista. Ao apresentarem interesses opostos, as classes se polarizariam em um estado de conflito constante. Em sua teoria do valor-trabalho, Marx ressalta dois elementos estruturantes da dinâmica capitalista. O primeiro compreenderia a relação de dominação dos capitalistas ou burguesia sobre os trabalhadores ou proletariado. O segundo envolveria a exploração, no qual o bem-estar e manutenção deste seria uma função da sua capacidade de apropriar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores. De acordo com Scalon (1997), as relações de classes na teoria marxista poderiam ser sumarizadas da seguinte maneira:

As relações de classes são, por sua vez, determinadas pelas relações de produção, que no caso da sociedade capitalista caracterizam-se, basicamente, pela propriedade ou não dos meios de produção. [...] Dessa forma, a diferenciação social é dada basicamente em termos econômicos, de classes, reconhecendo a estrutura social como polarizada entre capitalistas e trabalhadores engajados numa relação de exploração, via expropriação, e com interesses econômicos antagônicos e conflitantes. Ao cindir a estrutura de classes em exploradores e explorados, Marx caracteriza uma sociedade em conflito de interesses... (SCALON, 1997, p.32).

A partir das próprias contradições do sistema capitalista, o conflito de interesses conduziria à ruptura das relações entre as classes, na qual o proletariado tornar-se-ia protagonista na revolução. Segundo Marx (2012), a medida que este grupo se percebesse

como uma classe, ele adquiriria uma consciência de classe¹². Além disso, a variável econômica delinearía a posição socioeconômica dos indivíduos, de modo que “[m]ilhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe” (MARX, 2011, pp.142-3).

Em sua obra *Economia e Sociedade*, Weber apresenta classes, estamentos e partidos como esferas que distribuem poder entre os membros da comunidade. Na definição de Weber, as classes abarcaria as complexidades da sociedade moderna. A condição econômica, expressa pela propriedade, não seria o único limiar entre as classes. Fatores como habilidades e talentos valorizados no mercado contribuiriam para definir a posição social dos indivíduos. De acordo com Weber, pode-se falar em classe quando

1) certo número de pessoas tem em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos da posse de bens e oportunidades de renda, e 3) é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho. [...] A palavra ‘classe’ refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe (Weber, 1979, p.212).

Na perspectiva weberiana, a possibilidade de negociar as habilidades e bens no mercado colocaria os indivíduos em um sistema de ocupações mais complexo. Aqueles com atributos análogos compartilhariam chances de vida e posições socioeconômicas semelhantes, o que permitiria agrupá-los em uma mesma situação de classe. Os trabalhadores poderiam ocupar posições intermediárias no sistema de estratificação, uma vez que seus talentos apresentariam valor de troca no mercado. Nesse sentido, Weber procuraria superar a dicotomia marxista entre burguesia e proletariado.

Classe compreenderia os indivíduos que partilham habilidades, bens e posições de mercado semelhantes. Por classe, Weber (1999) define “...todo grupo de pessoas que se encontra em uma igual situação de classe” (WEBER, 1999, p.199). A possibilidade de lançar talentos e habilidades no mercado, alocaria os indivíduos conforme sua “posição de classe ocupacional” (Scalon, 1997, p.20). As credenciais adquiridas com a formação educacional e o trabalho se tornariam formas de propriedade valoráveis no mercado. Nesse sentido, Weber (1999) buscou amplificar o escopo que envolveria a definição de

¹² Um dos pressupostos adotados na teoria marxista estaria na capacidade de organização do proletariado.

classe no sistema capitalista. As divisões de classe não seriam mais delimitadas apenas pela detenção dos meios de produção ou não, mas pela posse de habilidades negociadas no mercado de trabalho que se converteriam em renda. De acordo com Weber (1999),

... situação de classe e classe nada mais indicam do que a existência de situações de interesses típicas iguais (ou semelhantes) em que um indivíduo se encontra junto com muitos outros. Em princípio, o poder de disposição sobre os diversos tipos de bens de consumo, meios de produção, patrimônio, meios de aquisição e qualificações de serviço constituem, em cada caso, uma situação de classe especial, e somente a falta total de “qualificação” de pessoas sem propriedade, obrigadas a ganhar a vida por seu trabalho com ocupações inconstantes, representa uma situação de classe homogênea. As transições de uma classe para outra podem ser ou não fáceis e fluentes, em grau muito diverso; por isso, difere também, no mesmo grau, a unidade das classes sociais (Weber, 1999, p.199).

1.5 Os principais esquemas de classe contemporâneos à luz das teorias de Karl Marx e Max Weber

Nesta seção serão analisadas, resumidamente, as tipologias de classe elaboradas por John H. Goldthorpe e Erick Olin Wright, onde o primeiro adota a perspectiva neo-weberiana, enquanto o segundo, a neomarxista. Ambos os sociólogos concebem “...uma orientação empírica dos estudos de estratificação social” (SCALON, 1997, p.43).

As pesquisas convencionais para a estratificação e mobilidade social adotam como núcleo investigativo a família. Partem do pressuposto que as características do chefe domiciliar, geralmente representado pelo homem, seriam suficientes para a construção de uma tipologia de classes. Sob uma perspectiva de gênero, a posição social feminina seria dependente e derivada de seus cônjuges ou pais (GOLDTHORPE, 1983).

Um dos principais expoentes da perspectiva convencional, John H. Goldthorpe desenvolveu em 1972 um esquema de classes conhecido como Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP), baseado nas ocupações dos homens no mercado de trabalho. Para a elaboração do EGP, adotou-se a visão de classe weberiana, na qual os indivíduos seriam agrupados conforme a “situação de classe” que se encontrassem (WEBER, 1979, p.212). Esta compreenderia as chances de vida compartilhadas pelos indivíduos que ocupam posições de mercado similares. Nesse sentido, o cerne de análise do esquema EGP estaria na “venda do trabalho no mercado” (CARVALHAES, 2015, p.676).

A concepção de classe nesse esquema envolveria a posição de mercado e a remuneração do trabalho. Para Carvalhaes (2015), esta proposta visa relacionar “...diferentes posições existentes no mercado de trabalho e as oportunidades de vida. O objetivo de um esquema de classes que se insere dentro dessa perspectiva é [...] diferenciar as posições em termos das relações de emprego que elas envolvem” (ibid, p.676). Atividades domésticas relacionadas aos cuidados da família, como limpeza, cozinhar, cuidar dos filhos, por exemplo, não seriam contabilizadas para a formulação dessa tipologia de classes.

Na perspectiva de Goldthorpe, dentro da divisão do trabalho, os homens teriam maior engajamento e estabilidade nos empregos, o que proporcionaria uma melhor avaliação da estrutura ocupacional pelo esquema EGP. Mulheres não comprometidas diretamente com o trabalho formal alocariam seu tempo em atividades predominantemente domésticas. Fatores como a maternidade seriam uma das justificativas para a intermitência das mulheres no mercado. Isso caracterizaria a participação feminina no trabalho como “inconstante” e “dependente”, o que dificultaria a estabilidade no emprego (SCALON, 1997, p.15). Nesta ótica, as mulheres não poderiam ser compreendidas como uma “classe por si mesmas” (ibid, p.18). Para Scalon (1997),

Esta perspectiva reconhece nas normas convencionais de divisão sexual das responsabilidades domésticas uma barreira ao compromisso total das mulheres casadas com o mercado de trabalho; sendo assim, apenas o chefe de domicílio possui uma participação integral na estrutura ocupacional e, conseqüentemente, uma posição diretamente determinada dentro da estrutura de classes. Os demais membros, devido ao caráter restrito e condicional de sua participação na vida ocupacional, possuem uma posição na vida ocupacional, possuem uma posição de classe derivada e dependente do chefe de domicílio (SCALON, 1997, p.14).

No esquema de classes neomarxista de Erik Olin Wright, as relações teriam sido pensadas como categorias antagônicas e polarizadas dentro de uma estrutura de produção, caracterizada pela dominação e a subordinação. Em sua formulação, Wright analisa três dimensões que permeariam essas relações: o “capital monetário”, compreendido como o fluxo de investimento que apontaria para a direção do processo de acumulação; “capital físico”, entendidos como os meios (bens de capital) para a produção; “trabalho”, capaz de transformar insumos em produtos que agregariam valor para além do uso, isto é, bens que poderiam ser intercambiados no mercado através de seu valor de troca (SANTOS, 1998).

Na perspectiva marxista, o conceito de classe abarcaria uma noção relacional, em que as classes se definiriam na esfera das relações sociais de produção; além disso, seriam antagônicas, uma vez que dotariam de interesses divergentes. Nesta abordagem, duas classes poderiam ser identificadas: a capitalista (proprietária) e a proletária (não proprietária), em que esta não portaria o controle sobre os meios de produção. Sendo assim, o conceito de classe deveria ser aplicado àquelas relações sociais que envolveriam exploração, circunscritas apenas ao âmbito da produção. Segundo Santos (1998) define,

Classes dizem respeito a localizações estáveis e estruturalmente determinadas na esfera das relações sociais de produção; definem-se em termos de relações de propriedade, ou seja, dos ativos produtivos controlados, e formam categorias de atores sociais caracterizados pelas relações de propriedade que geram exploração. [...] Classes definem-se em termos de um mapa estrutural de interesses materiais comuns baseados na exploração (SANTOS, 1988).

Em seu esquema de classes relacionais, Wright buscaria tanto manter os vestígios da tradição marxista, como elaborar uma tipologia de classe que pudesse ser adotada por estudos empíricos. Contudo, o autor teria que conciliar a estrutura polarizada da teoria marxista e complexidade de classes no capitalismo contemporâneo (SCALON, 1997). Para Wright, o surgimento de novas categorias ocupacionais permitiria enquadrar um grupo em mais de uma classe simultaneamente. Segundo Scalon (1997), os administradores corresponderiam um bom exemplo para essa conceitualização. Ao mesmo tempo que seriam assalariados, também controlariam as operações na produção e o desempenho de outros trabalhadores. Desse modo, eles ocupariam posições tanto na classe proletária, como capitalista.

De acordo com a tipologia de classes elaborada por Wright (1984), há posições intermediárias entre os exploradores e explorados que se organizam em torno das habilidades (skill assets). Dentro dessa estrutura, é plausível distinguir as localizações das classes sociais no sistema capitalista de maneira diferente daquela apresentada por Marx, em que as relações sociais seriam mediadas pela detenção ou não dos meios de produção. Para Wright (1984),

On the one hand, they are like workers, in being excluded from ownership of the means of production. On the other hand, they have interests opposed to workers because of their effective control of organization and skill assets. Within the struggles of capitalism, therefore, these new middle class do constitute contradictory locations, or more precisely, contradictory locations within exploitation relations (WRIGHT, 1984, p.109).

Wright apoia sua formulação no conceito de exploração, - central à teoria marxista. Nesta, as classes portariam interesses correspondentes às suas posições socioeconômicas que, necessariamente, estariam em conflito. Os interesses materiais antitéticos de cada classe estariam intimamente relacionados com a noção de exploração (ibid, 1989). O bem-estar e poder de compra do capitalista seria dependente e derivado da sua capacidade de expropriar valor do trabalho do proletário, "...o que equivale a uma transferência de excedente de uma classe para outra" (SANTOS, 1998).

Santos (1998) ressalta que as classes não compreenderiam um conjunto de ocupações, uma vez que se apresentariam como dimensões diferentes dentro da teoria marxista. Enquanto as ocupações se limitariam às relações técnicas na produção, as classes atravessariam as relações sociais de produção. Segundo o autor, "[a] estrutura de classes corresponde a um tipo particular de rede complexa de relações sociais que determina o acesso aos recursos produtivos básicos e molda os interesses materiais. [...] Essa estrutura de relações sociais gera uma matriz de interesses baseada na exploração" (SANTOS, 1998).

Em um esquema mais desenvolvido, Wright dispõe as classes em duas divisões macro: detentores e não detentores dos meios de produção. A partir disso, o autor constrói novas ramificações e subdivisões para as novas classes do capitalismo contemporâneo. Ademais, para as análises de mobilidade intergeracional, Wright adota três categorias que constituiriam limiares entre as classes: propriedade, autoridade e qualificação (SCALON, 1997, p.48). Em suas análises, Wright demonstrou que a autoridade corresponderia à fronteira mais flexível à mobilidade, enquanto a propriedade representaria o principal divisor e definidor das desigualdades de classes.

Wright (1997) procura compreender de que forma as relações entre classe e gênero produziram as desigualdades sociais. Para o neomarxista, classe não poderia ser a principal variável para explicar os fenômenos sociais, especialmente no que tange as diferenças de gênero. Análises comparadas acerca das divisões de tarefas e autoridade, tanto no trabalho como no âmbito familiar, conduziram Olin Wright a concluir que as relações de gênero não se reduziram às relações de classe. Segundo Wright (1997), "...at least in terms of the microanalysis of variations in gender relations within housework across households, there is basically no support for the view that class plays a pervasive role" (WRIGHT, 1997, p.304).

1.6 Abordagens sociológicas com orientação empírica para os estudos de estratificação e mobilidade social

As pesquisas convencionais para a estratificação e mobilidade social adotaram a família por muito tempo como núcleo investigativo. Partem do pressuposto que as características do chefe domiciliar, geralmente representado pelo homem, seriam suficientes para a construção de uma tipologia de classes. A posição social da mulher seria dependente e derivada de seus cônjuges ou pais. A hipótese convencional estaria pautada na idéia de que tanto o background educacional quanto ocupacional do pai exerceria um papel essencial nas realizações dos filhos, enquanto as mães não apresentariam nenhuma influência (GOLDTHORPE, 1983).

Se por um lado os homens ocupavam majoritariamente os cargos no mercado de trabalho, por outro, as mulheres eram e ainda são responsáveis em grande parte pelos cuidados domésticos. Para o caso brasileiro, conforme os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que para cada faixa etária, a proporção de mulheres em relação aos homens era de quase 2:1 nos cuidados com a família. Elas dedicariam em média, quase 21 horas semanais nos afazeres domésticos, enquanto os homens apenas 11 horas¹³. Pode-se observar que as mulheres cumpriram ainda um importante papel para a manutenção do correto funcionamento da casa. Frente a este cenário, o esquema EGP não abarcaria a dupla jornada de trabalho exercida pela maior das mulheres.

Com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, novas correntes teóricas estariam reestruturando a variável focal de análise para os estudos de mobilidade e produzindo resultados alternativos ao *mainstream*. Pesquisadoras feministas têm apontado para o tratamento invisível dado as mulheres nos estudos de estratificação, de modo que a família não deveria ser tratada como uma unidade nas análises de classes sociais. Além da abordagem convencional apresentada, vale destacar o modelo de dominância, conjunto (*joined*), *sex-role* e individual.

Na teoria da dominância, o membro com maior status socioeconômico definiria a posição de mercado da família. Esse papel teria sido exercido predominantemente pelos indivíduos do sexo masculino, que estariam majoritariamente alocados em postos de

¹³ Dados disponibilizados pelo IBGE referentes às horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, de acordo com o sexo, acima de 14 anos, ocupadas ou não, para o ano de 2016.

trabalho remunerados. Defendida por Erikson (1984), essa abordagem adotaria uma perspectiva mais permissível à inclusão das mulheres quando comparada à visão convencional. De acordo com Erikson (1984), o membro da família com ocupação no mercado de trabalho e maior posição de classe, podendo ser homem ou mulher, seria o/a melhor representante para definir a posição familiar. Essa flexibilização de pressupostos implicaria em uma maior inclusão das mulheres nas formulações teóricas. Contudo, autoras feministas reivindicam que ambos os sexos sejam considerados igualmente nas análises, uma vez que as mulheres raramente ocupariam posições dominantes dentro da estrutura familiar.

Na perspectiva conjunta (*joined model*) ou alternativa, a avaliação da posição de classe de uma família seria realizada a partir das características de ambos os cônjuges quando empregados no mercado de trabalho. Esta abordagem baseia-se na distância entre os status ocupacionais (Iseis) dos pais, buscando acomodar as diferenças de status entre a mãe e o pai. Isso auxiliaria na obtenção de um status médio para cada cônjuge, de modo que o background socioeconômico das crianças seria determinado pela média do nível educacional e ocupacional dos pais (SORENSEN, 1994).

No modelo sex-role, as credenciais das mães teriam um efeito somente sobre as filhas, ao passo que os resultados obtidos pelos filhos seriam determinados pelos atributos do pai. Nesta perspectiva, as crianças teriam uma forte orientação frente ao mesmo sexo (SMITH & SELF, 1980). A identificação com o mesmo sexo seria transmitida de uma geração para outra, reforçando comparações entre os recursos das mães e aqueles alcançados pelas filhas. O raciocínio análogo seria feito entre o pai e o filho.

O modelo individual adota como ponto de análise a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho. Essa transformação contribuiria não somente para a independência financeira, como também para mudanças nas relações de autoridade intrafamiliares. Esta hipótese parte do pressuposto de que as mães teriam maior influência nas decisões sobre os filho(a)s e nesse sentido, ambos os pais exerceriam um papel importante nas realizações educacionais das crianças (SORENSEN, 1994; ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992). Beller (2009) demonstrou empiricamente que a inclusão de informações sobre o pai e a mãe forneceria uma melhor descrição sobre os padrões de mobilidade intergeracional. Para a autora,

...defining class origin with reference to the father's position alone understates intergenerational inequality. Consequently, conventional class origin measures could very well produce misleading comparisons of social fluidity levels between groups (BELLER, 2009, p.521).

Os estudos de gênero têm lançado críticas desafiadoras à perspectiva convencional. De acordo com as pautas feministas, a organização da família como núcleo basilar para os estudos de mobilidade social deveria ser revisitada. Pesquisadoras na área sugerem que a posição de classe deveria ser analisada ao nível individual para homens e mulheres (TORCHE, 2015). Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres não somente passariam a obter recursos financeiros, como desenvolveriam maior autonomia para decidir sobre suas escolhas. No âmbito da família, a redução das distâncias nas relações de poder sob a perspectiva de gênero possibilitaria que as mães participassem mais nas decisões relacionadas aos filho(a)s. Essa abordagem parte do pressuposto de que ambos os pais contribuiriam individualmente para a transmissão intergeracional dos bens e chances de vida dos filho(a)s (KORUPP, GANZEBOOM, & VAN DER LIPPE, 2002). De acordo com os autores, “...accounting for both parents’ SES background in a study on status attainment is always superior compared to using only one of the parent’s (usually the father’s) status traits” (ibid, 2002, p.37).

Para Ribeiro (2007), os estudos pautados apenas na posição de classe do marido não estariam errados. Contudo, excluir as informações das mulheres limitaria a análise. Aspectos essenciais para os estudos de estratificação e desigualdades de gênero não estariam sendo computados. Segundo o autor, “[a]s unidades familiares não são homogêneas internamente. Famílias em que marido e esposa [...] ocupam posições distintas na hierarquia ocupacional, provavelmente disputarão autoridade e divisão o trabalho dentro da própria família” (RIBEIRO, 2007, p.124).

Para Itaboraí (2017), classe e gênero compartilhariam preocupações relacionadas à temática das desigualdades sociais. Essa interseccionalidade entre as duas categorias favoreceria uma melhor compreensão da família como unidade analítica. Pensar a estratificação social na perspectiva de gênero remeteria ao desigual acesso nas posições de poder, bens e serviços. Isso teria efeitos sobre a mobilidade, autoridade na família e chances de vida das mulheres.

Ademais, a estratificação social por gênero perpassaria tanto a divisão do trabalho doméstico quanto remunerado. Isso afetaria as “...relações de autoridade, nas expectativas culturais sobre os papéis de esposa, mãe, esposo, pai, na socialização desigual de filhos e filhas. Logo, gênero e geração se conjugam na definição de *status* e lugares desiguais para homens e mulheres nas famílias” (ITABORAÍ, 2017, p.89). A divisão sexual do trabalho em categorias como “produtivo” e “reprodutivo” proporcionaria

efeitos diferenciados sobre as ambições da geração seguinte (ibid, pp.104-105). A primeira categoria adotaria a perspectiva de mercado, em que o trabalho envolveria apenas atividades remuneradas. A segunda, as atividades relacionadas aos cuidados do lar.

Adotar parâmetros convencionais para as análises de mobilidade social contribuiria para a manutenção de um sistema de estratificação de gênero em que a mulher ocuparia uma posição subordinada às decisões dos maridos ou pais. Para Itaboraí (2017), isso teria implicações sobre “...as personalidades das crianças, como suas ambições e escolhas profissionais” (ibid, p.106).

A participação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente das mães, tem modificado as relações dentro das famílias. Os recursos obtidos por elas, como renda, escolaridade e status ocupacional estariam influenciando o desempenho educacional das crianças e tornando-se uma força importante na reprodução das desigualdades educacionais, quando analisadas entre grupos de mães donas de casa e aquelas inseridas no mercado de trabalho. Este movimento constituiria um importante aliado na provisão de recursos de uma geração para a outra. De acordo com Kalmijn (1994),

Because the mothers of most individuals who are currently in school work outside the home, and because this is unlikely to change in the near future, the significant influence of mother's socioeconomic status can be regarded as an ascriptive force in the contemporary reproduction of educational inequality (KALMIJN, 1994, p.273).

Estudar as relações entre gênero e classe perpassaria a instituição família. Conforme mencionado, esta constituiria o primeiro espaço de aprendizado moral, onde as relações de poder seriam construtoras da personalidade do sujeito e estabeleceriam os papéis de cada membro dentro dessa estrutura (OKIN, 1989). Os laços estabelecidos no ambiente familiar, portanto, se desdobrariam em um sistema social estratificado mais amplo. Sendo assim, analisar as ocupações de acordo com o sexo, permitiria uma melhor compreensão do efeito da família de origem sobre as trajetórias de homens e mulheres.

Os resultados de Kalmijn (1994) apontam que a ocupação das mães empregadas no mercado de trabalho afetaria substancialmente a escolaridade das crianças e que esse efeito seria forte e independente da posição do pai nas famílias em que ambos trabalhassem. De acordo com o autor, “[the] main findings are: Maternal occupational status has a strong effect on schooling, this effect is independent of father's education and occupation, it persists through the schooling career, and it is as important for sons as for daughters” (KALMIJN, 1994, p.257).

Nas últimas décadas, as mulheres têm apresentado níveis de escolaridade mais elevados do que os homens. Como mencionado, a educação seria uma credencial importante na composição do capital cultural no processo de mobilidade intergeracional. Contudo, as pesquisas têm apontado para os efeitos não lineares da educação na renda (SANTOS, 2010, p.6). No caso brasileiro, uma parcela considerável das mulheres ainda ocuparia posições de baixo prestígio.

Santos (2010) avalia a proposição acerca da desigual remuneração da educação no mercado de trabalho sob a perspectiva de gênero. Seu estudo aponta que nas categorias de classe, as mulheres apresentaram um nível de escolaridade acima dos homens. Além disso, as diferenças nos ganhos pecuniários não seriam relevantes até o segundo grau completo.

Para o ensino superior, não se identificaria o mesmo comportamento. Embora as mulheres tenham avançado na trajetória educacional ao nível universitário, este atributo não teria se traduzido em renda. De acordo com Santos (2010), "... a vantagem de credencial da mulher, em um grau em que elas avançaram muito, não se traduz em um nível de vantagem de renda equivalente ao homem. A exploração destas relações [...] mostra que o efeito da escolaridade na renda depende do gênero..." (ibid, p.11).

Desta análise, pode-se destacar o tratamento desigual no mercado de trabalho no tocante ao gênero. As crescentes conquistas educacionais das mulheres têm recebido pesos desiguais no processo de contratação quando se trata da educação superior. Os modelos elaborados por Santos (2010) mostram que as mulheres se beneficiariam na disputa por uma colocação no mercado quando dotassem de um diploma de ensino superior. No entanto, a renda delas ainda seria inferior a dos homens. Segundo o autor, "...a mulher beneficia-se do recurso alcançado, porém a um patamar de ganho claramente restringido pelo efeito de gênero" (SANTOS, 2010, p.14).

2 ESTUDOS EMPÍRICOS ACERCA DOS EFEITOS DO BACKGROUND DAS MÃES SOBRE A MOBILIDADE INTERGERACIONAL

Nas análises de mobilidade, os recursos transmitidos direta e indiretamente pelos pais refletiriam as probabilidades do(a)s filho(a)s para acumular bens e a posição que viriam a ocupar. Sob diferentes pontos de partida, a desigual distribuição dos recursos distanciaria o mundo empírico das prescrições das teorias de justiça social. Além da variável econômica renda, autores como Pierre Bourdieu (2007) em sua obra *A Distinção: crítica social do julgamento*, enfatizariam a importância de outros elementos no processo de mobilidade. Fatores como prestígio ocupacional, isto é, a percepção e valoração dos indivíduos perante as posições no mercado de trabalho; habilidades e valores compartilhados por um determinado grupo, traduzidos como capital cultural, compreenderiam instrumentos adicionais para alcançar uma determinada classe de destino. Dentre as várias formas que o capital poderia se expressar, Bourdieu (2007) aponta para os planos econômico, simbólico, cultural e social. Estes definiriam as posições dos atores e as relações de poder dentro da sociedade. Sendo assim, classe poderia ser compreendida como a reunião de indivíduos que ocupam posições sociais semelhantes. Em outras palavras, compartilham gostos e interesses parecidos.

Nesta orientação, o conhecimento e a educação adquiridos pela criança estariam para além da escola. Desde Coleman (1967), sabe-se que o conjunto informacional fornecido pelo ambiente familiar exerceria grande influência sobre o desempenho educacional das crianças. A família, por sua vez, seria encarregada de prover uma parcela significativa dos recursos que moldariam a personalidade do indivíduo. Segundo Silva e Hasenbalg (2002), esses recursos poderiam ser classificados como: capital econômico, traduzido na renda familiar; capital cultural, que relacionaria os gostos e aquisições de cultura com a escolaridade dos pais; capital social, estruturante das relações entre os membros da família e como esta se insere socialmente.

Tomando a classificação dos autores como base, pode-se argumentar que a educação das mães, entendida como capital cultural, constituiria uma importante proxy para medir as chances de mobilidade das crianças. Mães com nível educacional mais elevado tenderiam a obter uma renda maior, que poderia ser traduzida em recursos para a educação dos filho(a)s. Acrescenta-se ainda que a escolaridade mais elevada dessas

mulheres possibilitaria maior participação delas nas decisões educacionais das crianças (COSTA, et al. 2018).

Ribeiro & Torche (2012) analisam para o caso brasileiro, a influência da riqueza da família de origem sobre os resultados socioeconômicos alcançados pelas crianças durante o seu ciclo de vida. Os autores demonstram que os recursos transmitidos pelos pais teriam efeitos substanciais na frequência escolar, renda e status ocupacional alcançados por seus descendentes. Para a ocupação, constatou-se uma forte associação entre a classe de origem e destino amplamente mediada pelo investimento dos pais na educação das crianças. No tocante ao gênero, identificaram-se assimetrias na transmissão intergeracional da riqueza. Embora as contribuições do pai e da mãe fossem igualmente importantes, eles tenderiam a favorecer os filhos casados através de auxílios financeiros diretos. As filhas, por sua vez, desfrutariam deste suporte de maneira indireta, geralmente mediado por investimentos na educação. Suas conclusões sugerem que a riqueza seria um “... componente central da renda permanente das famílias no Brasil” (RIBEIRO & TORCHE, 2012, p.93).

Baseando-se na pioneira pesquisa realizada por Blau e Duncan em 1967¹⁴, o estudo realizado por Kalmijn (1994) analisou a influência do status ocupacional de ambos os pais, especialmente das mães, sobre a escolaridade das crianças. O autor argumenta que grande parte dos recursos adquiridos pelas mães teria provocado mudanças no desempenho educacional das crianças e no sistema de estratificação social. Utilizando um conjunto de dados dos domicílios em escala nacional nos Estados Unidos, Kalmijn (1994) levanta questionamentos importantes da perspectiva de gênero. Pautando-se nas diferenças socioeconômicas das mães donas de casa e as que exerceriam atividades remuneradas, o autor procura demonstrar de que forma diferenças entre estes dois grupos influenciariam a transmissão intergeracional dos recursos. Em suas palavras,

If mothers are employed, does their occupational status have a significant effect on their children’s educational attainment? Is this influence independent from, and equal to, the influence of fathers? How do children of nonemployed mothers compare to the children of employed mothers with various occupations? Do the effects of father’s socioeconomic status on children’s educational attainment differ in dual-earner households?

14 Utilizando dados dos censos de 1940, 1950 e 1960 nos Estados Unidos, Blau e Duncan produziram o socioeconomic index (SEI) para a construção de uma escala de prestígio das ocupações pautada nas informações sobre escolaridade e renda. Essa classificação tornou-se referência para os estudos de estratificação e mobilidade social, proporcionando atualizações do índice em vários países no mundo. Vale ressaltar o International Standard Socioeconomic Index (ISEI) elaborado por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992), muito utilizado nas pesquisas comparativas de estratificação social.

Are maternal effects on men's achievements similar to maternal effects on women's achievements? How have the effects of maternal and paternal socioeconomic status changed over time? (KALMIJN, 1994, p.258).

Os resultados encontrados por Kalmijn (1994) apontam para um aumento da participação das mães, especialmente das casadas, no mercado de trabalho para as coortes dos respondentes a partir de 1940.¹⁵ Ao utilizar o índice socioeconômico (SEI) para ocupação das mães e dos pais, o autor argumenta a importância delas no desenvolvimento cognitivo das crianças. Nas palavras do autor, "...this study describes the influence of mother's occupational status on children's educational attainment. I compare the strengths of maternal and paternal influences and use birth cohorts to examine whether the relative influence of mother has changed" (ibid, 1994, p.257).

Para todas as etapas de transição educacional, desde o maternal até a universidade, Kalmijn (1994) identifica que o status ocupacional da mãe teria maior influência e seria independente dos efeitos da ocupação do pai. Segundo o autor, o aumento em uma unidade no SEI da mãe estaria associado a um aumento de 24% nas chances de obter o diploma de ensino médio, 15% de entrar no ensino superior e 11% de completar um bacharelado (ibid, p.265). Sendo assim, o autor conclui que os efeitos do status ocupacional da mãe persistiriam durante toda a vida educacional dos filho(a)s.

Nas famílias em que ambos os responsáveis exercem atividade remunerada, as características da mãe seriam mais fortes nas duas primeiras etapas da transição escolar, enquanto o pai teria uma importância maior ao nível universitário. Essa tendência não implicaria em uma redução da influência das mães na trajetória escolar das crianças. Pelo contrário. Os resultados de Kalmijn (1994) sugerem que o status ocupacional da mãe continuaria exercendo forte influência nas chances dos filho(a)s em finalizar o ensino superior. De acordo com o autor,

While previous studies have established the importance of mothers for schooling outcomes at an early age, my analyses indicate that their influence extends to the later stages of their children's schooling career. In addition, the evidence suggests that the influence of maternal occupational status on college graduation has increased across birth cohorts at the expense of the father's influence (ibid, p.273).

¹⁵ Nesses dados, pergunta-se aos respondentes se suas mães teriam trabalhado por pelo menos 12 meses entre o seu período de nascimento e a maior idade (18 anos). Ver Kalmijn (1994)

Ao contrário dos modelos que apontam para a paridade segundo o sexo no processo de mobilidade intergeracional (*same sex models*)¹⁶, Kalmijn (1994) identifica que os padrões de mobilidade educacional não estariam associados a uma conjugação do mesmo sexo entre pais e filhos. Em outras palavras, o pai não seria o melhor representante para as realizações do filho e nem a mãe para as filhas. Segundo o autor, “...mother’s occupational status is not more important for daughters than for sons, further confirming that the mother’s role is very much like that of the father” (ibid, p.272).

Beller (2009) também demonstra que os recursos transferidos pela família de origem interfeririam na probabilidade dos filho(a)s para alcançar uma determinada posição social. Segundo a autora, os efeitos dos recursos culturais na mobilidade intergeracional poderiam ser amplificados quando ambos os pais fossem incluídos nas análises empíricas. Incorporar as características das mães produziria resultados mais robustos e com maior significância estatística. O pai tende a trabalhar em tempo integral e receber maiores salários, de modo que a influência paterna sobre as realizações dos filho(a)s atravessaria ativos materiais. A mãe, por sua vez, usualmente contribuiria com atributos associados aos ganhos educacionais.

Ao acrescentar as mães donas de casa (*homemaker*) como uma nova categoria e separando-as conforme o nível educacional, Beller (2009) retrata as diferenças nos padrões de mobilidade intergeracional. Em sua análise, os recursos das mães donas de casa se apresentariam mais proeminentes para as filhas do que os filhos. Para Beller (2009), a especificação da categoria *homemaker* segundo o nível educacional produziria os seguintes resultados:

Among men, differentiating the homemaker mother class category with respect to education still does not adequately describe mobility patterns. Among women, on the other hand, the joint-parent models in which homemaker mothers are differentiated by educational level...fit the mobility table well overall. Mother’s nonemployment based class resources may be more salient for women than for men. For both men and women, the results confirm that the substantive findings of the previous analysis continue to apply when respondents with homemaker mothers are included in the mobility data set (BELLER, 2009, p.521).

Segundo Torche (2015), em seu estudo sobre a mobilidade intergeracional no México, a exclusão de dados sobre as mulheres, especialmente nos países em desenvolvimento, teria produzido uma grande lacuna na literatura. Essas nações, além de

¹⁶ Nos modelos de correspondência do mesmo sexo, as credenciais das mães influenciariam mais as filhas do que os filhos, enquanto o pai, exerceria maior influência na trajetória de vida do filho.

abrigarem grande parte da população mundial, apresentariam resultados pouco acurados nas análises que relacionam condições macroeconômicas e padrões de mobilidade. Além disso, as mulheres corresponderiam à quase metade da população em todos os países, o que implicaria na exclusão de um grande volume de informações para compreender as dinâmicas familiares.

Na análise de Torche (2015), as diferenças nos padrões de mobilidade e transmissão de recursos e (des)vantagens ao longo das gerações variariam conforme a classe social. As barreiras de mobilidade ascendente para as mulheres mexicanas pobres seriam maiores do que para os homens. Nas classes altas, os maiores investimentos dos pais se direcionariam fortemente para a educação dos filhos do sexo masculino.¹⁷

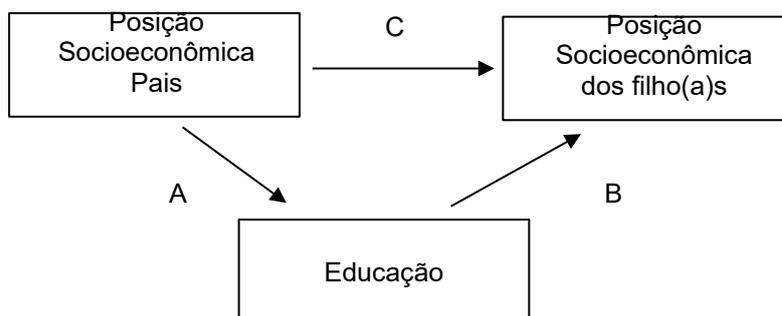
Neste estudo, Torche (2015) apresenta um esquema simplificado para compreender as diferenças de gênero na mobilidade social. O efeito da classe de origem, entendida como a mesma classe dos pais, poderia ser direto ou indireto na classe de destino da próxima geração. Conforme a Figura 1, o efeito direto da classe de origem na de destino está indicado pelo passo C, que abarcaria a herança, participação na força de trabalho derivada do circuito social da classe de origem, chances de casar com alguém que possua condições econômicas e sociais semelhantes, utilização do capital cultural para realizar objetivos. Todos estes são fatores transmitidos diretamente dos pais para os filhos. No processo indireto, o efeito da origem seria mediado pela educação, que abarcaria um primeiro estágio (A), compondo a posição socioeconômica dos pais e a realização educacional do indivíduo (desiguais oportunidades de educação); e um segundo momento (B), compreendendo a associação entre a realização educacional e a posição socioeconômico do indivíduo (retornos econômicos da educação).¹⁸ Segundo Torche (2015),

In terms of the association between parents' resources and children' educational attainment (A), gender variation in mobility would emerge if parents invested differently in the education of their sons compared to their daughters, and if such gender difference varied by socioeconomic status (TORCHE, 2015, p.7)

¹⁷ Em outro estudo realizado por Torche (2013), ela reafirma que "...that children of wealthy parents are more likely to be homogeneously wealthy than children of poor parents are likely to be homogeneously poor" (TORCHE, 2013, p. 19-20).

¹⁸ Ver Figura 1.

Figura 1 – O papel da educação no processo de mobilidade intergeracional



Fonte: TORCHE, 2015.

Nas diversas tradições de estudo nas Ciências Sociais, a educação é vista como a variável chave no elo entre a posição socioeconômica da família e a dos filho(a)s. Destacam-se os modelos de *status attainment* de Blau & Duncan (1967); a abordagem do capital cultural de Bourdieu (2007); os modelos de mobilidade de classes sociais, tal como o trabalho de Ishida, Müller, and Ridge (1995) e a abordagem mais recente acerca da mobilidade de renda (Becker and Tomes, 1979).

Mood (2017a) analisa em que medida a renda dos pais influenciaria na educação das crianças e nos seus ganhos econômicos subsequentes. Em uma análise comparativas entre os países, a autora demonstrou que tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha, a mobilidade de renda seria baixa. Esses resultados difeririam da Suécia, uma sociedade com elevada igualdade entre os cidadãos onde há uma fraca relação na importância da família de origem sobre as realizações educacionais. Nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, a educação não seria apenas o principal canal para a alta persistência na mobilidade de renda. Características atribuídas aos indivíduos, tais como cor, posição na estrutura social, sexo, idade, religião, entre outras, exerceriam maior peso nos ganhos em termos de renda. Segundo a autora,

...the big difference between our countries lies in the processes that push children of more advantaged family origins to more rewarded jobs than their less fortunate peers with similar education and ability – in the United States and Britain, this is much more common than in Sweden. [...] In the Swedish case, more than half of the estimated effect of family income on children's earnings can be accounted for by other parental characteristics such as class and education, so the associations we observe should be seen as capturing effects of family background more broadly (MOOD, 2017, pp.139-40).

Para o caso sueco, Mood (2017b) também demonstrou que a especificação nos modelos estatísticos das classes sociais do pai e da mãe produziria resultados mais robustos. Conjugando os efeitos de classe e renda permitiria uma análise mais acurada da associação entre o background dos pais e os resultados alcançados pelas crianças. Ambos os efeitos cumpririam um papel importante na transmissão intergeracional das (des)vantagens não apenas do ponto de vista dos resultados econômicos, mas também sociais. De acordo com Erola et al. (2016), a educação, classe e renda dos pais influenciam conjuntamente as características socioeconômicas dos filho(a)s. “...some parental skills and traits related to their education may be helpful for the children only because they offer the parents access to a certain kind of occupation” (EROLA et al. 2016, p.35). Além disso, a classe ocupacional dos pais pode ser compreendida como uma ponte entre sua educação e a renda.

Björklund e Jäntti (2011) avaliam a transmissão intergeracional da renda a partir de análises comparadas. Demonstraram que o *background* familiar teria forte correlação com os padrões de mobilidade dos filhos nos Estados Unidos, Inglaterra e Itália quando comparado aos países nórdicos. A educação exerceria um papel mediador na transmissão dos recursos disponíveis da família de origem para seus descendentes. Segundo os autores, as políticas educacionais estariam mudando o peso da família de origem nas chances de vida dos indivíduos. Estas alterações variariam conforme as diferenças culturais e políticas.

Além disso, fatores como saúde, habilidades, traços da personalidade desempenhariam importantes funções para a formação do capital humano das crianças. Os resultados encontrados por Björklund e Jäntti (2011) sugerem que tanto as habilidades cognitivas quanto as socioemocionais serviriam como boas estimativas para medir a influência da família de origem.

Korupp; Ganzeboom & Van der Lippe (2002) realizaram uma análise comparativa envolvendo os Países Baixos, Alemanha e Estados Unidos. Nos três casos, 42% dos dados correspondiam às mulheres donas de casa. Por meio de modelos de regressão múltipla, os autores encontraram que tanto a educação do pai quanto da mãe exerceria influência sobre as chances de vidas dos filho(a)s. A inclusão de informação sobre essas mulheres contribuiria para as análises de reprodução do status socioeconômico. Com base nos autores,

The mother's educational and occupational status have, net of the father's SES influence, considerable effects on the son's and daughter's educational attainment. Concerning trends of parental status transfer on the child's educational attainment it cannot be maintained that by adding the mother's influence (KORUPP; GANZEBOOM & VAN DER LIPPE, 2002, p.38).

Estas abordagens alternativas à perspectiva convencional estariam adotando parâmetros mais inclusivos para as análises de mobilidade. Autores como Beller (2009), Torche (2015), Korupp, Ganzeboom, & Van Der Lippe (2002), Björklund e Jäntti (2011), Chevalier (2004), Kalmijn (1994), Mood (2017), entre outros, demonstraram que os modelos especificados com a categoria "mães", apresentaram resultados mais robustos e estatisticamente significativos se comparados aos convencionais. Isto implicaria que a ocupação da mãe, nível educacional, valores, entre outras características seriam relevantes para as chances de vida da próxima geração.

Em suas análises, Chevalier (2004) encontra impactos positivos da educação das mães sobre o desenvolvimento das crianças. Ao assumir que a formação de ambos os pais seria endógena aos seus modelos, o autor identifica que a educação materna teria um efeito causal maior do que o paterno sobre os filho(a)s. De acordo com o autor, "...we find a larger impact of maternal education than paternal education, consistent with the common wisdom that mothers spend more time with their children than fathers do" (CHEVALIER, 2004, p. 19).

No caso do Brasil, bancos de dados nacionais passaram a incluir informações sobre as mulheres ao final da década de 1970 e início dos anos 1980. Apesar desses incentivos embrionários para as pesquisas de estratificação e mobilidade social, muitos estudos continuaram a pautar a posição da família de acordo com as características dos pais. Contudo, a crescente participação das mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho tem provocado questionamentos entre os pesquisadores acerca da importância das mães no desempenho escolar e profissional dos filho(a)s. Conforme a literatura tem demonstrado, essa relação apresentaria efeitos positivos sobre o desenvolvimento das habilidades cognitivas e não cognitivas da criança¹⁹.

No estudo realizado por Hout (2018), os modelos de regressão linear são utilizados para estimar a persistência ocupacional ao longo das gerações. De acordo com o autor, aproximadamente 5% dos homens trabalham exatamente na mesma ocupação do pai. Contudo, durante boa parte do século XX, as mulheres que estavam inseridas no mercado

¹⁹ Kalmijn, 1994; Mood (2017).

de trabalho foram segregadas em poucas ocupações. Atualmente, observa-se uma reversão nessa tendência, o que refletiria um leve declínio da segregação de gênero.

Segundo Hout (2018), o status ocupacional das mulheres americanas em relação aos homens não dependeria significativamente do status do pai. Este padrão se aproximaria da noção de *glass ceiling*, em que mulheres e homens cujo pai tinha um status ocupacional abaixo da média, apresentariam status ocupacionais similares. Já as mulheres cujo pai tinha uma posição socioeconômica elevada, estão em uma situação pior se comparadas aos homens com o mesmo background. No entanto, quando a avaliação da persistência intergeracional é feita apenas a partir das credenciais das mães, não se observa esse padrão. De acordo com Hout (2018), a persistência seria muito similar entre homens e mulheres.

Diferentemente das décadas passadas, as análises recentes de persistência intergeracional têm adotado as credenciais de ambos os pais. Segundo Hout (2018), apenas 17% das pessoas que cresceram entre os anos 1980 e 1990 tinham apenas o pai como o único responsável financeiro da família, ao passo que antes de 1960, esse número era em torno de 50%. Para 60% das coortes mais recentes, utilizam-se os índices status ocupacionais de ambos os pais. Nestas famílias, os status ocupacionais de homens e mulheres dependem fortemente da combinação dos índices de seus pais. Para as famílias em que há apenas a mãe, a persistência intergeracional tende a ser baixa, apontando para uma situação de insegurança e não oportunidade²⁰. Com base em Hout (2018),

Men whose origins were in the lowest quarter could expect the lowest occupational outcomes, regardless of whether their low-origin status was due to the combination of their father and mother, their father alone, or their mother on her own. Higher origin men whose fathers were present could expect better occupational outcomes than men with high-status mothers and missing fathers (HOUT, 2018, p.9529).

Todavia, a economia norte-americana apresentou significativas mudanças entre 1994 e 2016, especialmente no que tange à desigualdade de renda. Nesse período, os status ocupacionais de ambos os pais passaram a ser fatores importantes para a mobilidade dos filho(a)s, com destaque para maior influência do pai nessa relação. Hout (2018) constata que a persistência intergeracional seria maior nas famílias em que ambos os pais trabalham no mercado de trabalho e mais fraca naquelas em que as mães são

²⁰ A análise de Hout (2018) mostra que os efeitos intergeracionais seriam mais fortes quando ambos os pais são considerados. Este ponto se relaciona com o objeto de pesquisa do presente trabalho, uma vez que se busca avaliar se ambos os pais teriam efeitos significativos sobre o status ocupacional e renda do(a)s filho(a)s.

solteiras. Ademais, o autor observou mudanças nas taxas absolutas de mobilidade ao longo das coortes. Até 1980, a tendência ascendente marcou a mobilidade no mercado de trabalho americano. Com a desaceleração do crescimento econômico a partir de então, modificações na estrutura ocupacional foram observadas no mercado, com destaque para uma tendência de queda em relação à mobilidade. Nas palavras de Hout (2018),

Since 1980, the pace of economic growth slowed and went disproportionately to the affluent while young people competed in an occupational structure less and less different from conditions their parents faced. High absolute mobility in the past came from broad economic growth and occupational transformation, not from equal chances to take advantage of opportunity. As the pace of growth and transformation waned, intergenerational persistence became more prominent. Declining structural mobility has unmasked inequality of opportunity as the drag on social mobility it has been at least since the 1960s (ibid, p.9531)

2.1 Os principais indicadores de status ocupacional para os estudos de estratificação e mobilidade social

O crescente debate acerca do papel das mulheres nos estudos de mobilidade e teoria política tem provocado uma constante revisão de literatura acerca dos critérios de classe e indicadores socioeconômicos para mensurar o status ocupacional. Scalon (1997) aponta a importância de diferenciar teoricamente a noção entre classe e status ocupacional, mas ressalta que esses conceitos estariam fortemente relacionados nos estudos empíricos. Segundo a autora,

...pode-se distinguir classe e *status* reconhecendo que classe está vinculada ao acesso a recompensas materiais que se refletem nas oportunidades de vida, enquanto *status* está relacionado ao acesso a recompensas simbólicas que se concretizam em diferenciais de estilos de vida. Cabe ressaltar que esses conceitos estão intrinsecamente relacionados na empiria... (SCALON, 1997, p.58).

Nos estudos de estratificação, tanto esquemas de classe categórico quanto contínuo tem sido adotados. No primeiro, os indivíduos estariam classificados em uma quantidade limitada de categorias de classe, que buscariam abarcar dicotomias que envolvem abordagens marxistas e weberianas.²¹ A utilização dessas categorias

²¹ Na abordagem marxista, as classes se dividiriam em dois grupos: burguesia (detentora dos meios de produção) e proletariado (massa de trabalhadores que alienariam sua mão de obra no mercado). Para a

apresentaria vantagens para o processo de estratificação, em particular para a transmissão intergeracional da herança, uma vez que tendências entre as classes poderiam ser analisadas em várias dimensões (Ganzeboom et al., 1992). O segundo adotaria uma abordagem contínua, que permitiria uma comparação mais detalhada das diferenças entre as classes. De acordo com Ganzeboom et al. (1992),

Continuous approaches to occupational stratification differ from categorical approaches in two respects. First, they allow for an unlimited number of graded distinctions between occupational groups. Second, continuous approaches generally assume that substantively significant differences between occupational groups can be captured in one dimension and can therefore be represented in statistical models by a single parameter. In principle, therefore, continuous approaches are more powerful than categorical approaches, since they summarize many detailed distinctions with a single number (GANZEBOOM et al., 1992, pp.3-4).

Desde a Segunda Guerra Mundial, vários estudos sobre prestígio ocupacional foram realizados em diversos países. Apesar das particularidades, todas recorreram ao mesmo procedimento: pergunta-se à uma amostra de pessoas qual seria a classificação dos títulos das ocupações com base no prestígio e posição social (TREIMAN, 1976). A partir disso, estas informações foram agregadas em medidas de tendências centrais, como por exemplo a média, e os scores obtidos, tratados como indicadores de prestígio. Segundo Treiman (1976), todos esses estudos apresentaram os mesmos resultados, independentemente da pergunta exata no questionário. Além disso, observa-se uma tendência dos mesmos tipos de ocupações em todos lugares. A uniformidade das ocupações nas sociedades se reflete na homogeneização dos títulos ocupacionais nos estudos de prestígio. De acordo com o autor,

It does not matter whether respondents are asked about the 'prestige' or 'social standing' or 'respect' accorded certain occupations, or whether they asked to rate occupations on a scale or to rank them in any other way. The results are the same. [...] the educated and uneducated, the rich and poor, the urban or rural, the old and young, all on the average have the same perceptions of the prestige hierarchy. There is no systematic subgroup variation in the relative ratings of jobs. [...] These three features, uniform results regardless of measurement procedures, minimal subgroup variations, and similarity of occupational titles, make possible a systematic comparison of occupational prestige hierarchies among countries (ibid, p.191).

perspectiva weberiana, os indivíduos estariam classificados em categorias conforme a posição que ocupariam no mercado de trabalho.

A seguir, serão apresentadas as principais escalas de status ocupacionais utilizadas nas análises de estratificação e mobilidade social em diferentes versões. Para a construção dessas escalas, foram realizadas entrevistas ao público em geral acerca da classificação hierárquica das ocupações. Perguntas relacionadas ao prestígio, importância e posição da ocupação estavam presentes na formulação dos surveys que nortearam a pesquisa.

O primeiro grande survey realizado no tocante ao prestígio ocupacional foi liderado pelo National Opinion Research Center (NORC) em 1947. Segundo Blau & Duncan (1967), um dos problemas enfrentados na utilização de um índice de status ocupacional para estudos de mobilidade se refere à dificuldade de encontrar uma estabilidade temporal. No entanto, os resultados encontrados pela NORC mostraram que as avaliações de prestígio feitas pelos entrevistados se mantiveram uniformes ao longo do tempo, tornando-se imunes às variações de classes sociais e países. De acordo com Blau & Duncan (1967), as classificações obtidas em 1963 estariam fortemente correlacionadas com aquelas encontradas em 1925. Além disso, a hierarquização das ocupações era muito similar entre os países, independentemente da condição do entrevistado, como idade, raça, sexo, ocupação, região do domicílio. A pesquisa realizada pelos autores pode ser descrita da seguinte maneira:

Duncan (1961) developed his SEI measure in order to generalize the outcome of the 1947 NORC occupational prestige survey (NORC, 1947, 1948) to all detailed occupational titles in the 1950 US Census classification. His method was to regress prestige ratings of a limited set of occupational titles on the age-specific average education and age-specific average income of matching U.S. Census occupational categories. He then used the resulting regression equation to produce SEI scores for Census occupation categories as a linear transformation of their average education and income. [...] many authors have treated SEI scores as equivalent to or an approximation of prestige scores (Ganzeboom et al., 1992, p.7).

Treiman (1977) realizou uma análise de diversas escalas de prestígio ocupacional em 55 países e a partir disso, construiu uma escala internacional, a *Standard International Occupational Prestige Scale (SIOPS)*. Treiman (1977) argumenta que o prestígio seria baseado no poder dos recursos, sendo a cultura e a renda as principais formas de poder nas sociedades modernas.

Contudo, as escalas de baseadas unicamente no prestígio não refletiriam completamente as características socioeconômicas das ocupações, uma vez que os respondentes das entrevistas baseariam suas avaliações na “desejabilidade” de

determinada ocupação. Desse modo, estas escalas refletiriam condicionalidades e resultados atribuídos às ocupações. Com base em Hauser e Warren (1997), o principal problema nas escalas de prestígio seria a falta de um critério válido. O prestígio não estaria fortemente correlacionado com outras variáveis, como as medidas de posição social da ocupação, especialmente aquelas relacionadas ao status socioeconômico das ocupações. Em seus modelos, os autores propuseram uma relação do status ocupacional do pai com a primeira e a ocupação atual do respondente. Especificam que o status da primeira ocupação dependeria da ocupação do pai, enquanto a posição atual ou mais recente estaria vinculada tanto à ocupação do pai como a primeira do respondente (HAUSER e WARREN, 1997).

Para Featherman e Hauser (1976), os movimentos intra e intergeracionais tanto em relação à educação quanto à ocupação estariam mais próximos das dimensões do espaço social definido pelas distâncias socioeconômicas do que pelas distâncias de prestígio entre as ocupações. Frente à esta imprecisão, para os estudos de *Occupational Achievement*, as escalas socioeconômicas seriam mais adequadas, uma vez que combinariam renda e educação para melhor hierarquizar as ocupações. Além disso, a crítica à uma escala pautada unicamente no prestígio remeteria à dimensão independente que esta categoria poderia ocupar em relação à outras formas de estratificação.

O trabalho seminal realizado por Duncan em 1961 e mais tarde apresentado por Blau & Duncan em 1967 procurou estender a escala de prestígio já existente, pois esta abarcava algumas dezenas de ocupações. O autor elaborou um índice socioeconômico (SEI) a partir do Censo norte americano para os status das ocupações. O SEI teria sido construído inicialmente como uma ampliação da escala de prestígio captada pelo NORC. Por meio das informações disponíveis sobre escolaridade e renda, Duncan atribuiu scores às ocupações que não estavam presentes no NORC, assim como para um conjunto limitado em que o prestígio era conhecido. Este método removeu inteiramente os scores de prestígio, que foram substituídos pelos SEI scores. Duncan priorizou a educação e renda média como variáveis para construir o seu índice, mas também derivou pesos relativos para estas duas variáveis na tentativa de maximizar a correlação conjunta delas com o prestígio (Ganzeboom et al., 1992).

O trabalho desenvolvido por Blau & Duncan (1967) focalizou na mobilidade de status socio-ocupacional (*status attainment*), em que todas as ocupações foram classificadas hierarquicamente segundo uma escala de prestígio. Muitos estudos sobre

desenvolvimento econômico e mudanças no padrão de mobilidade de status ocupacional seguiram a abordagem de Duncan.

Prestígio pode ser compreendido como a aprovação e respeito dos membros da sociedade às ocupações, no sentido de recompensa, pelos serviços prestados à sociedade (TREIMAN, 1977). O prestígio também estaria relacionado aos atributos objetivos das ocupações, tais como recompensas, qualificações necessárias para a ocupação, as tarefas exercidas, ambiente de trabalho, entre outras características; e aos indiretos, na medida que cada ocupação carregaria um valor simbólico, indicativo social de superioridade ou inferioridade (GOLDTHORPE & HOPE, 1972).

Os resultados encontrados por Blau e Duncan em 1967 demonstraram que variações na educação derivariam de dois recursos: origem socioeconômica (X) e aqueles fatores independentes da origem (u). A porção da educação derivada da origem corroboraria para a reprodução do status socioeconômico, enquanto aquela oriunda de fatores independentes contribuiria para a mobilidade. Segundo Hout e DiPrete (2006) apontam, observa-se um efeito importante da classe social de origem no destino mediado pela educação ($ac > b$). Nas palavras dos autores, “[e]ducation is the main factor in the intergenerational reproduction of social standing because the product ac is greater than the direct effect of origins (b)” (HOUT & DiPRETE, 2006, p.6).

O índice SEI captaria os efeitos da educação na renda através da ocupação. Esta se situaria em uma posição intermediária, que converteria educação em renda. Os modelos de regressão demonstraram que a educação seria um melhor preditor para a renda do que o prestígio ocupacional (GANZEBOOM et al., 1992). Além disso, o SEI apresentara resultados mais acurados para a mobilidade intergeracional acerca do status ocupacional do que medidas de prestígio. Estes avanços permitiram a construção de novas técnicas, utilizadas frequentemente nas análises de trajetória para modelos causais.

A partir do trabalho realizado por Duncan em 1961, novos índices de status socioeconômicos têm sido elaborados para investigar os determinantes das ocupações alcançadas pelos indivíduos. Além disso, constata-se novas atualizações do SEI construído por Duncan, com destaque para o International Standard Socioeconomic Index (ISEI), elaborado por Ganzeboom et al. (1992). Amplamente utilizado nos estudos de mobilidade e estratificação social, o ISEI utilizou dados disponíveis de todos os países, de modo que as ocupações fossem padronizadas segundo a classificação internacional, o *International Standard Classification of Occupations* (ISCO). Esta classificação buscou agrupar as

ocupações em nove grandes grupos e 1506 ocupações específicas. Foi desenvolvida pelo *International Labour Office* como um guia para os censos de cada país na tentativa de realizar comparações entre as ocupações.

Na formulação do International SEI (ISEI) scores, os autores compararam os dados sobre estratificação e mobilidade de acordo com a disponibilidade dos dados de vários países. Para realizar as comparações, os autores codificaram os dados ocupacionais na classificação internacional padronizada das ocupações (ISCO). Por ser um parâmetro internacional, apresentaria importantes vantagens na construção do ISEI, uma vez que diversos países têm empregado o ISCO para codificação das ocupações (ibid, 1992).

Na operacionalização do ISEI, a ocupação seria o motor que converteria educação em renda, de maneira que a primeira capturaria ao máximo os efeitos indiretos da segunda. Conforme os autores destacam, “[s]ei is defined as the intervening variable between education and income that maximizes the indirect effect of education on income and minimizes the direct effect” (ibid, pp.10-11).

Os autores demonstraram que a variância encontrada no ISEI seria muito maior do que a variância dos SEI locais, de modo que a construção do ISEI seria satisfatória para as análises comparativas, além da possibilidade de ser utilizada como uma escala de status ocupacional por diversos países (ibid, 1992)²². No Brasil, Silva (1974) construiu um índice de status socioeconômico para as ocupações a partir dos Censos de 1970 e 1980. Segundo Ganzeboom et al., (1992), o ISEI pode ser compreendido da seguinte maneira:

Our method of construction was to derive that scaling of occupations which optimally explains the relationship between education and income and hence satisfies Duncan’s definition of occupation as ‘the intervening activity linking income to education’. Technically, this involves a weighting of the standardized education and standardized income of occupational groups, controlled for age effects, which is conceptually clearer but in practice similar to the procedure used by Duncan and others. We have succeeded in constructing an ISEI score for 271 detailed occupational categories within the framework of the International Standard Classification of Occupations (ISCO), modified and refined by additional distinctions (GANZEBOOM et al., 1992, p.30).

Os índices de status socioeconômico têm sido utilizados amplamente pelas pesquisas empíricas. Contudo, vale ressaltar algumas críticas importantes que poderiam ser aplicadas aos índices de forma geral. A dificuldade em atribuir os pesos às variáveis,

²² Isto é, a variância explicada é maior com o Isei do que com os SEIs locais. Logo, o Isei explicaria melhor a associação entre status de origem e destino.

isto é, determinar a importância de cada uma para a composição do índice, estaria pautada na justificativa teórica para determinada proposição (HODGE, 1981). No SEI construído por Duncan, o prestígio foi estimado a partir dos pesos igualmente distribuídos entre renda e educação. Isso abriria espaço para a discussão acerca de quais fatores teriam maior influência na determinação do prestígio e os desiguais efeitos para homens e mulheres.

Apesar da importância dos índices de status socioeconômico para as análises de estratificação e mobilidade social, a natureza sintética desses indicadores poderia camuflar interpretações relevantes, especialmente no que se refere aos efeitos possíveis divergentes de educação e renda segundo o sexo. Hodge (1981) defende que o conceito de status socioeconômico não possui nenhum status analítico independente na teoria de estratificação social. Segundo o autor, “[s]ocioeconomic status is what socioeconomic status scales measure; there is no underlying analytical concept to which we can refer a proposed indicator of socioeconomic status to decide whether it is well or ill conceived or to assess how it might be improved” (HODGE, 1981, p. 207).

2.2. Conjuntura Socioeconômica: a política social como instrumento de justiça social

Nesta seção farei uma breve apresentação do papel da política social na promoção de uma sociedade mais justa. A partir dos modelos de bem-estar social desenvolvidos por Esping-Andersen, buscarei expor os cenários que o Estado poderia atuar para tornar mais homogêneo o sistema de estratificação social. Nas análises sobre desigualdade e justiça social, as políticas públicas não se restringiriam apenas à identificação dos mecanismos que corroboram para a persistência da desigual distribuição dos recursos; aquelas exerceriam a função social de corrigir e transpor as barreiras estabelecidas pelas falhas de mercado. Para os estudos de estratificação e mobilidade social, importaria a magnitude da desigualdade e “...a amplitude das distâncias nas oportunidades de alcançar posições na estrutura social” (SCALON & SALATA, 2016, p.184).

O acesso a serviços básicos como por exemplo, educação e saúde teria efeitos positivos sobre os indicadores socioeconômicos, com significativa queda da taxa de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida ao nascer. Isso teria implicações na composição da pirâmide demográfica, uma vez que a população estaria vivendo por mais tempo. De acordo com Giddens (2001), a equalização das oportunidades compreenderia

um importante instrumento de política pública, de modo que os talentos disponíveis na sociedade fossem utilizados da melhor maneira possível. No entanto, reduzir as desigualdades de oportunidades requereria medidas de redistribuição dos recursos, pois as pessoas que obtivessem “sucesso” em uma geração poderiam simplesmente desfrutar dos retornos derivados dessa realização.

Segundo Esping-Andersen (1991), o arcabouço que constituiria os sistemas de bem-estar social poderia ser compreendido em torno de três parâmetros: “a natureza da mobilização de classe (principalmente da classe trabalhadora); as estruturas de coalização política de classe; e o legado histórico da institucionalização do regime” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.111).

A política social, quando orientada para a efetiva garantia dos direitos sociais de todos os cidadãos, teria baixa correlação com o sistema de estratificação social. Em uma sociedade mais igualitária, a ocupação e a renda dos indivíduos não teriam forte relação com o acesso a bens e serviços. Todos seriam igualmente considerados no que tange aos recursos necessários para realizar seus interesses.

Ao fundamentar-se sobre princípios universalistas, o *Welfare State socialdemocrata* teria por finalidade expandir os direitos sociais a todos os indivíduos, independentemente da sua posição social. Neste modelo, a política social apresentaria elevado potencial de *desmercadorização*, uma vez que forneceria os recursos necessários para que as pessoas pudessem emancipar-se no mercado. Portanto, os benefícios não teriam relação de dependência com a renda. No regime socialdemocrata, as possibilidades de realização dos objetivos seriam compreendidas em relação à igualdade de status social. Dessa maneira, configura-se pelo baixo nível de estratificação social e elevado grau de desmercadorização, como no caso dos países escandinavos.²³ De acordo com Esping-Andersen (1991),

[...] os sociais-democratas buscaram um Welfare State que promovesse a igualdade com os melhores padrões de qualidade, e não uma igualdade das necessidades mínimas, como se procurou realizar em toda a parte. Isso implicava, em primeiro lugar, que os serviços e benefícios fossem elevados a níveis compatíveis até mesmo com o gasto mais refinado das novas classes médias; e, em segundo lugar, que a igualdade fosse concedida garantindo-se aos trabalhadores plena participação na qualidade dos direitos desfrutados pelos mais ricos. Esta fórmula traduz-

23 A noção de desmercadorização (decommodification) se refere ao processo reverso à tendência de globalização dos mercados nas relações econômicas e sociais, ou seja, mercadorização dos direitos sociais. Segundo Esping-Andersen (1991), as políticas sociais universalistas buscariam desvincular o exercício da cidadania às condições socioeconômicas da família de origem dos indivíduos.

se numa mistura de programas altamente desmercadorizantes e universais que, mesmo assim, correspondem a expectativas diferenciadas (ibid, p. 109).

No regime de Welfare State liberal haveria a predominância do modelo assistencialista aos mais pobres. A garantia dos recursos mínimos pelo Estado encorajaria a participação do mercado no fornecimento de pacote de bens e serviços. O estímulo à adesão ao sistema previdenciário privado seria um indicativo desta atuação, o que caracterizaria o Welfare State liberal com um baixo grau de desmercadorização e elevada estratificação social. São exemplos deste modelo os Estados Unidos, Canadá e Austrália.

A consequência é que esse tipo de regime minimiza os efeitos da desmercadorização, contém efetivamente o domínio dos direitos sociais e edifica uma ordem de estratificação que é uma mistura de igualdade relativa da pobreza entre os beneficiários do Estado, serviços diferenciados pelo mercado entre as maiorias e um dualismo político de classe entre ambas as camadas sociais. (ibid, p.108)

Já no Welfare State conservador- corporativo seriam preservadas as diferenças de *status*. Esse sistema de proteção social estaria baseado na vinculação dos direitos sociais à contribuição pretérita do trabalhador. Como marca deste processo, o corporativismo defendia a subordinação dos homens ao Estado e o acesso restrito aos direitos sociais conforme a ocupação. O resultado compreenderia a formação de “categorias profissionais” e a consolidação das diferenças entre os trabalhadores (VASQUEZ, 2007). Assim, o grau de desmercadorização seria considerado médio e o nível de estratificação social elevada. Podemos citar como exemplos a Alemanha, Áustria, França e Itália.

No caso brasileiro, a Constituição Federal (CF) de 1988 representou uma importante contribuição em direção a um sistema de bem-estar social aos moldes da socialdemocracia definida por Esping-Andersen (1991). As propostas de políticas universalistas buscaram garantir efetivamente os direitos sociais de todos os cidadãos. Também conhecida como “Constituição Cidadã”, esta contribuiu por expandir o acesso e a distribuição dos bens e serviços necessários. A partir disto, as demandas sociais foram canalizadas e consolidadas legalmente, o que modificou substancialmente o caráter do sistema de proteção social.

Esse marco histórico traduziu-se em um “divisor de águas” no exercício da cidadania. Conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1987) em *Cidadania e Justiça*, o sistema de Seguridade Social teria sofrido com mudanças relevantes em suas diretrizes. Até a CF de 1988, a cidadania era concedida apenas aos profissionais reconhecidos por

suas ocupações. Como instrumento de discriminação na distribuição dos benefícios sociais, a regulação da cidadania era baseada na contribuição pretérita do trabalhador. Esse caráter seletivo da política social em conjunto com o processo de acumulação, teria favorecido a reprodução de um sistema de estratificação social. Aqueles com renda mais elevada desfrutariam de maiores e melhores benefícios. Santos (1987) nomeou esse sistema como *cidadania regulada*.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se [...] em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, [este] é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações [...]. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece (SANTOS, 1987, p.75).

Dessa forma, os parâmetros que definiram a cidadania até a Constituição de 1988 eram a carteira profissional de trabalho, expressa como a “certidão de nascimento cívico” (SANTOS, 1987, p.76), sindicatos públicos e regulamentação das profissões. À parte os ganhos sociais, o sistema de bem-estar no Brasil trilhou dois caminhos: das políticas sociais universalistas, como nas esferas da educação e saúde; e das medidas de cunho liberal, através da seletividade de alguns benefícios sociais, como políticas assistencialistas aos mais pobres (VASQUEZ, 2004). A tabela 1 sumariza os modelos de bem-estar social definidos por Esping-Andersen.

Tabela 1 - Classificação dos Modelos de Bem-Estar Social segundo Esping-Andersen

Liberal	Conservador	Socialdemocrata
Baixo grau de desmercadorização	Médio grau de desmercadorização	Elevado grau de desmercadorização
Elevada estratificação social	Elevada estratificação social	Baixa estratificação social
Padrão assistencialista aos mais desfavorecidos	Proteção social baseada na contribuição	Políticas sociais universalistas
Garantia do benefício mínimo	Benefício baseado no mérito	Benefício distribuído igualmente entre os cidadãos

Fonte: A autora, 2020, a partir de ESPING-ANDERSEN, 1990, 1991.

Nos três modelos de bem-estar social elaborados por Esping-Andersen (1991) observar-se uma relação distinta entre mercado e Estado. No regime liberal, o bem-estar econômico seria melhor alcançado sem restrições às operações de mercado. O Estado só agiria quando fossem identificadas falhas de mercado. Na socialdemocracia, o Estado seria responsável por completo pelos direitos sociais e bem-estar dos cidadãos, independentemente das forças de mercado. Nesse modelo, procura-se reduzir os efeitos da incerteza e da sorte bruta sobre as chances de vida dos indivíduos. Por último, no regime conservador, o poder dos atores sociais, econômicos e políticos não seria circunscrito ao mercado e ao Estado, mas se expandiria às instituições, especialmente a família e a igreja (STIER et al., 2001).

No que tange à participação feminina na força de trabalho, Esping-Andersen (1999) argumenta que ela variaria nos três regimes, a depender da estrutura do mercado e do tamanho do setor público. O autor antecipa e demonstra uma elevada taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho nos países que adotam o regime da social-democracia, ao passo que taxas menores predominariam em países com modelos de bem-estar liberal e conservador.

Em todos os países industrializados, as mães ainda seriam majoritariamente responsáveis pela educação das crianças, independentemente do regime de bem-estar social. As políticas públicas não teriam sido capazes de reestruturar os deveres e direitos estabelecidos segundo a divisão sexual do trabalho. As obrigações domésticas ainda compreenderiam barreiras importantes para uma profunda imersão das mulheres no

mercado de trabalho. Nas sociedades pautadas nos princípios de mercado, as mulheres seriam restringidas em suas escolhas sobre como alocar melhor o seu tempo entre o trabalho e a família (STIER et al., 2001).

Já nos regimes de cunho socialdemocrata, o Estado estaria comprometido socialmente com o aumento da igualdade entre os cidadãos. Para as mães com crianças pequenas, o Estado se responsabilizaria, através de políticas sociais, educacionais e de renda, pelos subsídios necessários para os cuidados das crianças. Isso permitiria uma maior inserção das mulheres no mercado, em particular das mães²⁴. Além disso, o Estado adotaria medidas no que concerne à renda para manutenção da independência das mães, como a remuneração ao longo da licença a maternidade, isenção fiscal por filho e um subsídio financeiro para os cuidados com a criança.

Ao analisar dados para a mobilidade social e de renda através das coortes geracionais da Suécia, Mood (2017b) demonstra os melhores resultados para os países escandinavos. Segundo a autora, as políticas sociais mais igualitárias forneceriam melhores oportunidades e condições de vida aos indivíduos. A política social, portanto, lançaria as bases para reduzir o impacto dos recursos econômicos dos pais. Além disso, Erola et al. (2016) apontam que,

The Nordic welfare state itself provides a number of income transfers targeted in particular at low-income families, thus mitigating the disadvantages caused to economically vulnerable families by economic deprivation. [...] These institutional characteristics of Finnish society should reduce the importance of parental economic resources from children's adolescence onwards (EROLA et al, 2016, p.36).

No modelo conservador-corporativo, observa-se a manutenção da família tradicional, em que o homem é o chefe de família e a mulher ocuparia uma posição periférica e subordinada tanto na família quanto no mercado. Ademais, a participação do Estado é restringida, de modo que sua atuação só seria visível quando a família falhasse nesse sistema.

Segundo Esping-Andersen (1999), a família seria compreendida como uma instituição da sociedade, na medida em que age como um ator social na tomada de decisão. Como instituição, a família determinaria o padrão de comportamento e incentivos dos seus membros. De acordo com o sociólogo, diferentes conceitos buscariam capturar o

²⁴ Esse fenômeno foi cunhado por Esping-Andersen (1999) como de-familization, o que representaria uma liberação das mulheres dos seus deveres e responsabilidades domésticas socialmente estabelecidos.

grau de associação entre a família e a política social. A visão tradicional do chefe de família seria comumente mais atrativa, uma vez que se vincula mais facilmente às diretrizes de um sistema de bem-estar social seletivo baseado nas ocupações dos indivíduos²⁵. Homens ocupariam as melhores posições no mercado de trabalho e conseqüentemente, mais bem pagas. Todavia, as mulheres se situariam em trabalhos periféricos e de baixa remuneração. Nesse sistema, os direitos sociais das mulheres seriam derivados daqueles obtidos por seus maridos. Já os sistemas de bem-estar baseados na cidadania garantiriam às mulheres maior independência econômica. Políticas sociais de cuidado com as crianças auxiliariam as mães em suas carreiras.

A política social constituiria um instrumento em benefício das mulheres, em particular das mães, na medida em que as liberaria das responsabilidades e obrigações familiares; estabeleceria, portanto, o elo entre a maternidade e a carreira profissional. Frente à esta relação, Esping-Andersen (1999) analisa as relações entre a família e o sistema de bem-estar segundo os conceitos de “familialism” e “de-familialization” (ESPING-ANDERSEN, 1999, p.51). O primeiro se refere ao ensinamento tradicional que limita a intervenção do Estado quando a família falha. O segundo flexibiliza as responsabilidades de cuidado e bem-estar das famílias. De acordo com Esping-Andersen (1999),

De-familialization does not imply ‘anti-family’; on the contrary it refers to the degree to which households’ welfare and caring responsibilities are relaxed – either via welfare state provision, or via market provision. A familialistic system, again not to be confused with ‘pro-family’, is one in which public policy assumes – indeed insists – that households must carry the principal responsibility for their members’ welfare. A de-familializing regime is one which seeks to unburden the household and diminish individuals’ welfare dependence on kinship. The concept of de-familialization parallels the concept of de-commodification; in fact, for women de-familialization is generally a precondition for their capacity to ‘commodify themselves’. Hence, de-familialization would indicate the degree to which social policy (or perhaps markets) render women autonomous to become ‘commodified’, or to set up independent households, in the first place (ibid, p.51).

Para evitar que as mulheres saíam do mercado de trabalho após a maternidade, o emprego de meio período compreenderia uma importante iniciativa para incorporar as

²⁵ Nesse tipo de sistema, os benefícios sociais são garantidos pela ocupação e contribuição do indivíduo. Um sistema de bem-estar que favorece apenas as pessoas inseridas no mercado de trabalho colocaria as mulheres em desvantagem, uma vez que muitas delas trabalhavam em atividades de baixa remuneração ou eram donas de casa. A seletividade dos benefícios sociais segundo a posição de classe foi cunhada por Wanderley Guilherme dos Santos (1987) como *cidadania regulada*.

mães na economia. Além de permitir que as mulheres consigam lidar com os seus múltiplos papéis como mães e trabalhadoras, o emprego com carga horária reduzida também seria positivamente visto pelos empregadores, uma vez que aumentaria a flexibilidade e reduziria a frequência de faltas. No modelo liberal, o emprego em horário parcial restringiria a entrada das mulheres nas melhores ocupações de trabalho. Na socialdemocracia, o sistema de bem-estar estaria comprometido com a participação feminina no mercado de trabalho. No regime conservador, o emprego com carga horária parcial incorporaria as mães no mercado, sem alterar a divisão sexual do trabalho. Dentre esses três modelos, a socialdemocracia abarcaria maiores benefícios para as mães. O emprego em tempo parcial compreenderia um caminho alternativo para evitar a interrupção do trabalho e se apresentaria como uma ponte para o retorno posterior das mães ao mercado. De acordo com Stier et al. (2001),

The social-democratic welfare regime is committed to promoting women's labor force participation. In this framework, part-time employment is offered as a way to maintain the continuous involvement of mothers in the labor force. It is assumed that part-time employment during early motherhood is a transitional stage, and women will return to full-time employment. Concomitantly, employment conditions in part-time jobs are similar to those in full-time employment. This includes employment benefits, union protection, access to good jobs, and an easy transition into full-time employment later in life (STIER et al., 2001, p.1736).

Os resultados do estudo de Stier et al. (2001) demonstraram que as baixas realizações das mulheres no mercado de trabalho estariam associadas ao padrão de emprego ao longo do seu ciclo de vida. Este se relacionaria diretamente com o contexto institucional de cada país. A permanência mais duradoura no emprego seria mais elevada onde o Estado promovesse suportes e recursos necessários para as mães que trabalham. As instituições mediarão os custos das interrupções no emprego. Segundo os autores, "...welfare regime and employment supportive policy explain much of the variation in women's employment patterns across countries. Policies directed toward women's employment have the potential of encouraging or discouraging continuous full-time employment" (ibid, p.1757).

De acordo com Kerstenetzky & Machado (2017), o mercado de trabalho brasileiro teria passado por transformações positivas entre 2002 e 2014. Marcado pelo cenário internacional próspero e políticas sociais de cunho distributivo, o país apresentou resultados significativos no que tange à redução da pobreza extrema e as desigualdades

sociais. A demografia do mercado de trabalho nesse período apresentou ganhos para ambos os sexos, de acordo com as taxas de participação e ganhos pecuniários. Essa melhora estaria associada a uma pequena redução das diferenças salariais entre homens e mulheres, em que a formalização do mercado de trabalho e principalmente, o aumento da escolaridade, teriam contribuído para uma pequena diminuição das diferenças de acordo com o sexo. Segundo Kerstenetzky (2017), as políticas públicas teriam desempenhado um importante papel de equalização da renda no Brasil. Segundo os dados apresentados pelo World Bank, o PIB per capita para mulheres no Brasil seria de aproximadamente \$10,4, enquanto para os homens, de \$17,8 em PPP em 2018. Além disso, as mulheres apresentaram em média 8,1 anos de escolaridade, enquanto os homens, apenas 7,6. Esses resultados reforçam o argumento de Santos (2010). Apesar do maior nível de escolaridade das mulheres, a renda per capita das mulheres equivale a 58% da renda dos homens. Outro dado importante é a taxa de participação na força de trabalho. Para as pessoas de 15 anos de idade ou mais, 74,4% corresponderiam aos homens, enquanto 54% as mulheres. Isso demonstra que um percentual significativo das mulheres em relação aos homens não estaria inserido no mercado de trabalho.

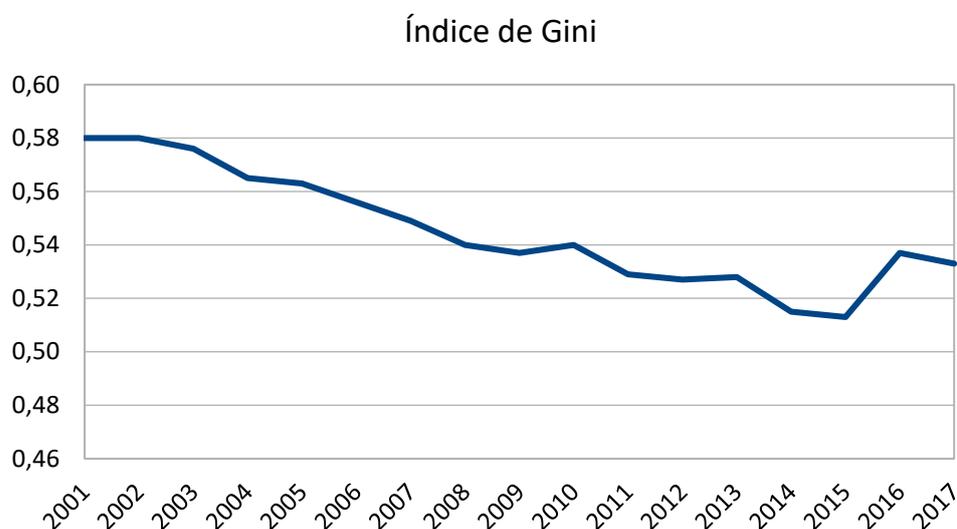
O principal indicador para avaliar a desigualdade de renda é o índice de Gini. Este busca mensurar o grau de concentração da renda, apontando para as diferenças entre as extremidades da estrutura social. Um valor próximo de 0 apontaria para uma distribuição mais equitativa dos recursos, enquanto uma aproximação de 1 corresponderia a um elevado grau de concentração. No Brasil, observou-se uma redução consecutiva entre 2001 e 2015 desse índice, que atingira o valor de 0.511 neste ano. Contudo, a partir de 2016 constatou-se uma reversão nessa tendência, alcançando o valor de 0.54 em 2018.²⁶

Segundo o relatório da CEPAL, no período de 2014 a 2018, o índice de Gini na América Latina ficara em torno de uma média de 0.465. Países como Argentina, El Salvador e Uruguai apresentaram valores inferiores a 0.40, enquanto Brasil e Colômbia superaram 0.52. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),

Entre 2014 y 2018, cuatro países redujeron sus niveles de desigualdad de manera significativa según el índice de Gini. En Bolivia (Estado Plurinacional de), El Salvador y el Paraguay se observaron caídas acumuladas del 7% o más, mientras que en Colombia se alcanzó un 2%. Por su parte, el Brasil fue el único país en que se registró un aumento del índice de Gini superior al 3% (CEPAL, 2019, p. 42).

²⁶ Ver Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do Índice de Gini no Brasil entre 2001 e 2017



Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados do World Bank, 2001; 2017.

De acordo com Barbosa (2019), os indicadores de desigualdade refletiriam principalmente as extremidades da distribuição. Em sua análise, para o ano de 2014, aqueles que representavam os 50% mais pobres recebiam em torno de 5.7% de toda a renda nacional. Contudo, no início de 2019, esse grupo passa a se apropriar de apenas 3.5%. Essa queda representaria, em termos relativos, uma perda aproximadamente de 40%. As pessoas que ocupavam o estrato superior da distribuição, por exemplo, os 10% mais ricos apropriavam 49% da renda total do trabalho em 2014. Em 2019, essa parcela aumentou para 52%. Segundo Barbosa (2019), “[i]sso significa que o topo da distribuição chega ao pós-crise não apenas recuperando suas perdas, mas também obtendo ganhos” (BARBOSA, 2019, p.6).

Para Paula & Oreiro (2019), as medidas de política econômica adotadas a partir de 2016 representariam tentativas do governo de implantar uma agenda de desenvolvimento em que a política social não exerceria um papel preponderante. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal instrumento do governo para alavancar projetos de grande porte para o desenvolvimento socioeconômico, passaria por uma queda substancial na oferta de crédito a partir de 2016.

Outro indicador importante para essa análise é o índice de desenvolvimento humano (IDH), que procura avaliar o bem-estar da sociedade a partir de três dimensões:

renda, educação e saúde. A elaboração desse índice está respaldada na noção de que o acesso a esses recursos ampliaria as oportunidades de realizações dos indivíduos. O IDH teria surgido como um contraponto ao PIB per capita, amplamente utilizado para mensurar o grau de desenvolvimento econômico. De acordo com os dados disponíveis pelo World Bank, o IDH no Brasil para as mulheres em 2018 era de 0,757 e para os homens, 0.761. O país se manteve no ranking internacional na 79^o posição, muito atrás dos países vizinhos como Argentina, Chile e Uruguai.

Vale destacar o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que visa analisar as desigualdades no âmbito do gênero. A construção desse índice capta as dimensões acerca da saúde reprodutiva (taxa de mortalidade materna e taxa de fertilidade adolescente), econômica (taxa de participação na força de trabalho) e empoderamento (assentos no parlamento e nível educacional). Com base na tabela 2, o Brasil apresenta um IDG de 0,39 e ocupa a 89^o posição ao nível internacional.²⁷

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano e Desigualdade de Gênero (IDG)

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ranking	País	Índice de Desigualdade de Gênero (1)		Taxa de Mortalidade Materna	Distribuição dos assentos parlamentares por sexo	População com pelo menos educação secundária		Taxa de participação na força de trabalho		Taxa de fertilidade adolescente
		Valor	Rank	(mortes por 100,000 nascidos vivos)	(% ocupados por mulheres)*	(% 25 anos ou mais) *		(% 15 anos ou mais)		(nascimento por 1,000 mulheres entre 15 e 19 anos)
		2018	2018	2015	2018	Mulher	Homem	Mulher	Homem	2015-2020
48	Argentina	0,35	77	52	39,5	66,5	63,3	49,0	72,8	62,8
42	Chile	0,29	62	22	22,7	79,0	80,9	51,0	74,2	41,1
57	Uruguai	0,28	59	15	22,3	57,8	54,0	55,8	73,8	58,7
79	Brasil	0,39	89	44	15,0	61,0	57,7	54,0	74,4	59,1
79	Colômbia	0,41	94	64	19,0	53,1	50,9	58,6	82,0	66,7
82	Peru	0,38	87	68	27,7	57,4	68,5	69,9	84,7	56,9
85	Equador	0,39	90	64	38,0	51,9	51,9	56,6	81,8	79,3
96	Venezuela	0,46	106	95	22,2	71,7	66,6	47,7	77,1	85,3
98	Paraguai	0,48	117	132	16,0	47,3	48,3	56,9	84,1	70,5
114	Bolívia	0,45	101	206	51,8	52,8	65,1	56,6	79,4	64,9

Fonte: A autora, 2020. a partir dos dados disponíveis pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o ano de 2018.

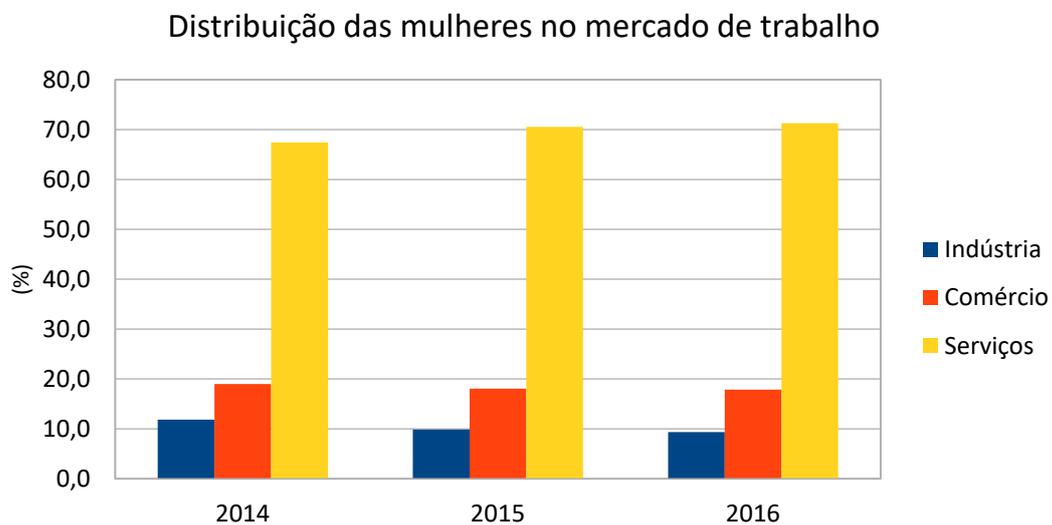
De acordo com os gráficos 2 e 3, aproximadamente 71% das mulheres ocupadas se encontravam no setor de serviços em 2016; em contraste com a indústria, que englobava apenas 9,4%²⁸. Embora uma parte significativa dos homens esteja concentrada no setor

²⁷ Ver tabela 2.

²⁸ Embora o setor de serviços englobe atividades de serviços e o comércio de produtos, o comércio explicitado no gráfico remonta à reparação de veículos automotores e motocicletas. Segundo o Dieese, a amostra não comportou a desagregação para o setor primário (agricultura, pecuária, pesca, etc). Além disso, o gráfico 3 comporta apenas a indústria de transformação.

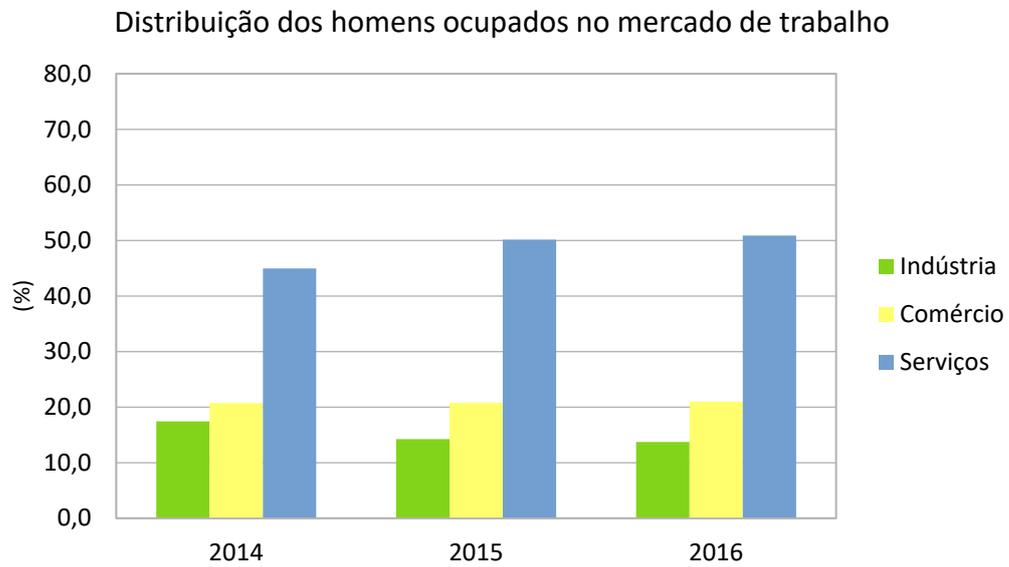
de serviços, ainda assim é possível notar uma distribuição mais equitativa dos homens ocupados em relação às mulheres. Em 2016, aproximadamente 51% dos homens ocupados estavam nos serviços, enquanto 14% se encontravam na indústria. Focalizando apenas o setor de serviços, observa-se que as ultrapassam 70%, ao passo que os homens permanecem em torno de 50%. Na indústria, setor que concentra atividades relacionadas à manufatura de produtos, os homens predominariam nestas ocupações.

Gráfico 2 – Média das porcentagens das mulheres ocupadas nos setores da indústria, comércio e serviços nas regiões metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre entre 2014 e 2016.



Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados do Dieese.

Gráfico 3 – Média das porcentagens dos homens ocupados nos setores da indústria, comércio e serviços nas regiões metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre entre 2014 e 2016.



Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados do Dieese.

3 PESQUISA EMPÍRICA

3.1 Uma breve apresentação dos principais conceitos utilizados nos estudos empíricos de estratificação e mobilidade social

Nos estudos de mobilidade social buscam-se traçar as mudanças e persistências no processo de mobilidade ao longo da estrutura de classes. Para esta análise, utilizam-se dados sobre a ocupação dos pais e filhos. Na Sociologia, duas abordagens se destacam: uma delas constrói as variáveis que irão compor as classes através da agregação das ocupações (RIBEIRO, 2019; SCALON, 1999); a outra vertente, orientada para a mobilidade sócio ocupacional (*status attainment*), classifica as ocupações em uma escala hierárquica segundo as condições socioeconômicas. Pesquisadores afirmam que este “índice de status socioeconômico ou ocupacional” compreenderia uma boa proxy para modelos de previsão acerca da renda permanente das pessoas, isto é, a renda média acumulada durante o ciclo de vida (RIBEIRO, 2019).

A mobilidade social pode ser compreendida de acordo com a força de associação entre as condições socioeconômicas dos pais e filhos na fase adulta. Para mensurar esse efeito, geralmente recorre-se aos índices hierárquicos relacionados aos status socioeconômico das ocupações. A medida de status ocupacional hierarquiza as ocupações com base na média da renda e educação das ocupações. A facilidade na coleta desses dados sobre os pais beneficiaria as análises de mobilidade ocupacional, o que não aconteceria com a renda. Os respondentes geralmente recordam a ocupação da mãe e do pai quando aqueles eram crianças ou adolescentes. No entanto, informações sobre a renda dos pais dificilmente são reportadas. O índice de status ocupacional apresentaria outro aspecto positivo para os estudos de mobilidade intergeracional: a estabilidade mantida ao longo do ciclo de vida tornaria esse indicador muito confiável para avaliar a situação socioeconômica das famílias (RIBEIRO, 2019).

Para analisar as desigualdades de posições são utilizadas as taxas absolutas de mobilidade. Estas se apresentam na forma de tabelas de contingência, em percentuais, ao cruzarem a ocupação dos pais e dos filho(a)s. Os principais índices de mobilidade absoluta nas pesquisas empíricas são: i) avaliação da classe de destino a partir do status alcançado pelo indivíduo; ii) identificação da classe de origem a partir da posição socioeconômica

dos pais; iii) avaliação macro da mobilidade como um todo. Os trabalhos empíricos geralmente utilizam a média do índice de status ocupacional para avaliar em termos absolutos se ocorreu ou não um aumento considerável na mobilidade social. Como utilizo dados transversais de um único período neste trabalho, posso dizer que a média do status ocupacional dos homens entre 25 e 60 anos de idade era 37,2 em 2014, enquanto das mulheres era de 39,0²⁹.

As taxas relativas de mobilidade, por sua vez, estão relacionadas às chances relativas (*odds ratio*) entre a classe de destino e a de origem no âmbito da ocupação. Essas taxas são derivadas de modelos estatísticos a partir das tabelas de mobilidade, que buscam mensurar as desigualdades de acesso ou oportunidades. Segundo Ribeiro (2000), “[a]s mudanças ou diferenças nas taxas absolutas são indicadores da desigualdade de posições. Já as taxas relativas indicam o nível de desigualdade de acesso a estas posições” (RIBEIRO, 2000, p.179). Neste trabalho, os modelos de regressão indicam o efeito do background familiar no status ocupacional e renda do(a)s filho(a)s e não podem ser vistos como um paralelo às taxas relativas de mobilidade³⁰.

Os estudos nas áreas de estratificação e mobilidade social são importantes para analisar tanto o processo de “formação e dissolução de classes sociais”, por meio das taxas absolutas de mobilidade, quanto a “fluidez ou rigidez” da estrutura social, descrita pelas taxas relativas (SCALON, 1997). As análises empíricas geralmente são realizadas a partir de duas perspectivas: hierarquia e oposição de classes. A primeira pode ser atribuída aos índices de status socioeconômico, tal como o SEI aplicado por Blau e Duncan (1967). A segunda, nos esquemas de classe elaborados por Goldthorpe & Erickson (1993) e Wright (1997), defensores das oposições de classes.

No que se refere à desigualdade de posição, Scalon (1997) demonstra que os homens ocupariam posições com maiores prestígios do que as mulheres. No entanto, a desigualdade de acesso ou oportunidade seria reduzida entre ambos os sexos quando estes ocupassem a mesma classe social, isto é, a classe de origem exerceria maior relevância do que o gênero para alcançar melhores posições. Diante da extrema rigidez do sistema de estratificação social no Brasil, as chances de vida dos indivíduos não seriam

²⁹ Cálculo realizado pela autora a partir dos dados disponíveis na PNAD 2014. Os estudos transversais analisam as relações entre variáveis de interesse em um período específico no tempo.

³⁰ A idéia de taxas relativas de mobilidade só se aplica às tabelas de mobilidade. Ela foi desenvolvida para resolver o problema das taxas absolutas, que reúnem questões relacionadas às desigualdades de oportunidades com mudanças estruturais. Ao realizar as regressões com índices de status, os coeficientes já apontam o efeito líquido das condições de origem no destino.

distribuídas igualmente entre as classes. Os privilégios relativos ao capital econômico, cultural e político estariam nas mãos das elites.

Para traçar o quadro da estrutura social, importantes hipóteses foram lançadas na tentativa de estimar as mudanças ocorridas na sociedade. Em primeiro lugar, a noção de “fechamento social” aponta para a mobilidade nos estratos intermediários da estrutura social, de modo que as posições de classe próximas apresentariam um maior nível de mobilidade, conhecido como curta distância. Já a base e o topo da distribuição social apresentariam baixa mobilidade, o que caracterizaria o fenômeno como “fechamento social”, isto é, as classes nas extremidades seriam pouco permeáveis a novos entrantes.

Segundo, o conceito “zona de contenção” reforça a tese de que a mobilidade ocorreria mais nas fronteiras das classes. Esse arranjo dificultaria movimentos de longa distância dentro da estrutura social. Ribeiro (2000) aponta que a mobilidade sobre um enfoque de gênero ocorreria em grande parte “... entre os trabalhadores manuais e não-manuais próximos na estrutura de classes. Além disso, uma vez no mercado de trabalho, as mulheres têm poucas chances de mudar de classe social” (RIBEIRO, 2000, p.182).

Terceiro e último, a noção de “contra-mobilidade” sustenta que a mobilidade ascendente via educação para a primeira ocupação seria contrabalanceada pela redução da mobilidade ao longo da carreira, em decorrência da queda da importância na experiência. Apesar da tendência de que os homens alcançariam as classes privilegiadas mais facilmente do que as mulheres, estas têm alcançado gradativamente melhores posições no mercado de trabalho (SCALON, 1997).

Esses conceitos serão importantes para a análise empírica que desenvolverei na próxima seção. A partir de métodos econométricos, avalio o efeito das credenciais de ambos os pais sobre o status socio-ocupacional dos filho(a)s, apontando tanto para as desigualdades de posições, quanto as desigualdades de oportunidades. Além disso, as tabelas com estatísticas descritivas auxiliarão na melhor compreensão das análises.

3.2 Descrição da base de dados, categorias e métodos

Neste trabalho adota-se a perspectiva pautada nas reivindicações feministas no tocante à inserção de dados sobre as mulheres, em particular as mães, nas análises empíricas. Para tanto, a pesquisa foi dividida em dois momentos. O primeiro tratou de uma revisão de literatura na área de estratificação e mobilidade social, buscando interfaces da teoria política com a sociologia e a economia. Valendo-se de métodos econométricos, o segundo momento do trabalho irá avaliar retrospectivamente, os efeitos da educação, ocupação, renda, entre outras variáveis de interesse do *background* das mães sobre a mobilidade intergeracional dos filho(a)s.

Essa pesquisa se insere na relevante temática do desenvolvimento sustentável para a igualdade de gênero ao abarcar dimensões econômicas, sociais e políticas. Para o caso brasileiro, análises comparativas acerca das mudanças nas relações de gênero no trabalho e na família ainda seriam incipientes, especialmente no tocante ao papel das mães na trajetória de mobilidade intergeracional. Neste contexto, este trabalho busca verificar se as transformações sociais, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, corroborariam ou não para um aumento no status ocupacional e renda dos filho(a)s.

Segundo Torche (2014), a escassez de registros disponíveis na América Latina com dados longitudinais para a mobilidade social limitaria as análises em torno de dados transversais ou cross section. Nestes são utilizadas diferentes amostras para cada coleta de dados, de maneira que as análises ao longo do tempo (longitudinais) se restringiriam às comparações através das coortes geracionais. Nos surveys de mobilidade de corte transversal, pergunta-se ao respondente adulto sobre questões retrospectivas relacionadas às condições socioeconômicas dos pais.

O Brasil teria sido o primeiro país da América Latina a conduzir um survey representativo a nível nacional que considerasse informações sobre a mobilidade social. A partir de 1973, pesquisadores brasileiros começaram a incluir o suplemento de mobilidade como parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), empreendida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estes dados foram utilizados para realizar os padrões de mobilidade social e Torche (2014) salienta que apesar do Brasil ter experimentado um relevante aumento da fluidez social entre 1970 e 1990, nenhuma evidência pôde ser observada na equalização das oportunidades educacionais. O aumento relativo da fluidez social estaria associado a um declínio na remuneração das habilidades e na reprodução intergeracional da classe profissional.

Os dados analisados neste trabalho são provenientes da PNAD 2014, último levantamento nacional que inclui informações sobre os pais dos respondentes. Realizada em escala nacional, a pesquisa apresenta-se como uma amostra representativa da população brasileira, com 362.627 pessoas e 151.291 domicílios distribuídos em todos os estados da Federação entre 2013 e 2014. A pesquisa compreende perguntas sobre ambos os pais dos respondentes quando estes tinham 15 anos de idade ou mais no suplemento de mobilidade sócio-ocupacional ³¹.

31 A pesquisa foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O marco inicial da análise empírica envolveu uma compreensão da base de dados, respectivo dicionário e seus anexos. A partir disso, realizou-se um “pareamento” entre as ocupações disponíveis na base com o International Standard Classification of Occupations de 1988 (ISCO-88), que adota uma classificação internacional para agrupar dados sobre as ocupações de diferentes países. Ademais, o ISCO-88 é utilizado como referência pela Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 (CBO-2002). Para as análises estatísticas, será adotado o índice internacional de status socioeconômico (Isei), amplamente utilizado nos estudos de estratificação e mobilidade social para avaliar as desigualdades socioeconômicas. O Isei mensura o status ocupacional da mãe, do pai e do respondente, adotando as categorias ocupacionais do ISCO-88 e hierarquizando estas em uma escala contínua. De acordo com Ribeiro (2019),

O ISEI ordena as ocupações usando uma única escala hierárquica baseada na média de educação e renda de cada ocupação e pode ser visto como uma boa *proxi* para a renda permanente, ou seja, a renda não influenciada por flutuações de curto prazo. [...] Ao usar as informações ocupacionais de ambos os pais do respondente, tenho maior controle sobre as condições socioeconômicas em que os indivíduos cresceram. Efeitos positivos dessas variáveis nas transições educacionais expressam, portanto, desigualdades socioeconômicas nas chances de sucesso em cada transição (RIBEIRO, 2019, p.91).

O Isei também pode ser usado para mensurar categorias ocupacionais mais limitadas sem perda considerável de informação. Diferentemente dos esquemas categóricos, o Isei permite uma análise do status socioeconômico mais adequada aos modelos econométricos. As análises de regressão serão controladas pelas coortes de idade, entre 25 e 60 anos³², incluídas nos modelos como variáveis independentes e outras variáveis de interesse.

Para avaliar os efeitos do Isei do pai e da mãe sobre o Isei do respondente, adotarei o método de regressão múltipla. Amplamente utilizada na literatura de mobilidade, esta técnica permitirá uma avaliação do padrão de mobilidade social com base nos dados da PNAD 2014. De acordo com Hair, Anderson Taham e Black (2005), esta técnica estatística multivariada permite analisar os efeitos de diferentes variáveis independentes (ou explicativas) sobre uma variável dependente (ou explicada). Este método possibilita a estimação do impacto marginal de cada variável explicativa sobre a explicada. Os pesos

32 A escolha da coorte por idade a partir de 25 anos permite uma melhor análise da mobilidade dos respondentes, uma vez que, provavelmente, estes teriam completado todo o ciclo educacional e buscariam inserção no mercado de trabalho.

indicam a contribuição relativa de cada variável para o modelo de previsão como um todo, isto é, a combinação linear das variáveis independentes que melhor explica a variável dependente. As tabelas com as estatísticas descritivas introduzirão um panorama das desigualdades socioeconômicas.

Para a composição do suplemento sócio-ocupacional da PNAD, foram selecionados os moradores com 16 anos ou mais de idade. A variável V0305 apresenta os casos das pessoas que foram selecionados ou não para o suplemento (casos aplicáveis) e aqueles em que as perguntas não se aplicavam, isto é, moradores do domicílio não selecionados ou com menos de 16 anos de idade. Dentre os casos aplicáveis (38,9%), 16,7% ou 60.629 pessoas foram selecionadas para o suplemento. Após a seleção, uma nova variável (V32000) indica se a entrevista foi realizada ou não. Das 60.629 pessoas selecionadas, 57.896 (ou 16%) realizaram a entrevista. Feito isto, os respondentes passam a fornecer informações tanto deles quanto dos pais, no que tange à educação, ocupação, renda, entre outras variáveis.

Para cada variável de interesse, comparei os valores das porcentagens na *base filtrada* segundo o sexo, antes de retirar os *missing values* (Nas)³³, com os resultados obtidos no banco de dados para homens e mulheres, onde os Nas foram removidos para realização das análises de regressão. Constatou-se que os resultados antes e depois da remoção dos Nas eram semelhantes, o que indicaria uma provável ausência do viés de seleção. Logo, os bancos de dados criados por mim corresponderiam a uma boa aproximação do que é representado na PNAD. Assim, pode-se garantir que os resultados dos modelos utilizados são mais robustos e não apresentam viés visível.

Iniciando as análises com informações relacionadas às mães dos respondentes, a variável V32024 indica se a mãe do respondente morava no domicílio quando ele tinha 15 anos de idade ou mais. Dentre os casos aplicáveis (15,9%), 87,3% dos respondentes dizem que moravam com a mãe nessa idade, ao passo que, apenas 12,7% não moravam com a mãe. Outro dado importante se refere à mãe saber ler ou escrever. Para os casos aplicáveis (13,9%), 69,5% dos respondentes dizem que a mãe sabia ler e escrever, enquanto 30,5% responderam não à esta pergunta. Na tabela 3, 33,3% dos respondentes de ambos os sexos disseram que o nível de escolaridade mais alto da mãe ou mulher responsável por sua criação foi o primário; enquanto 23,0% reportaram que a mãe não

³³ Não aplicável à variável ou não há informação disponível.

teria frequentado nenhum nível de escolaridade. Com base no sexo dos respondentes, 33,8% das filhas e 32,9% dos filhos disseram que o nível de escolaridade mais alto frequentado pela mãe foi o primário.

Tabela 3 – Distribuição por nível de escolaridade das mães que frequentaram escola, segundo o respondente, ambos os sexos

Nível de escolaridade mais elevado da mãe quando os respondentes tinham 15 anos de idade	n	%
Primário (elementar)	5006	33.3 %
Nenhum	3461	23.1 %
Não sabe	1908	12.7 %
Ensino Fundamental	1056	7.0 %
Ensino Médio	939	6.2 %
Ginasial (1º ciclo)	938	6.2 %
Superior de Graduação	630	4.2 %
Colegial (médio 2º ciclo)	701	4.7 %
Classe de Alfabetização	268	1.8 %
Alfabetização adultos	60	0.4 %
Maternal	30	0.2 %
Mestrado ou Doutorado	30	0.2 %
Total	15027	100%

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD 2014.

Outra variável importante para análise dos efeitos da transmissão intergeracional dos recursos é a renda. Esta tem se tornado a variável central nos estudos econômicos para a modelagem de previsão da renda. Contudo, a PNAD não disponibiliza informações sobre a renda dos pais, apenas do respondente. Ainda assim, perguntou-se a este se a mãe ou mulher responsável pela criação teve algum trabalho remunerado ou não: 52,50% dos respondentes afirmaram que sim, enquanto 47,50% responderam não. Os resultados apresentados em relação à renda demonstram que a distribuição das respostas foi quase equitativa. Isso torna-se importante para avaliar se há uma diferenciação entre os efeitos das credenciais das mães donas de casa e aquelas inseridas no mercado de trabalho. Além disso, vale destacar que essa mesma pergunta foi feita em relação ao pai e que, para os casos aplicáveis, 94,9% dos respondentes disseram que o pai tinha um trabalho

remunerado, ao passo que apenas 5,1% responderam não. Esses resultados ainda demonstram uma desigual inserção de acordo com o gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Em relação à ocupação das mães de meninas, para os casos aplicáveis (56,4%), 32,6% das filhas dizem que as mães eram empregadas; 18,8% afirmam que as mães trabalhavam por conta própria; 12,4 % respondem que elas eram trabalhadoras domésticas; 20,7% das filhas dizem que a mãe exercia atividade não remunerada dentro do domicílio e apenas 1,7% dizem que a mãe era empregadora³⁴. Esses dados sugerem que as mulheres ainda ocupariam posições de baixa remuneração e prestígio, além de poucas chances para uma mobilidade ascendente na carreira. No que se refere à ocupação do pai, para os casos aplicáveis, 49,9% das filhas dizem que o pai era empregado; 38,3% reportam que o pai trabalhava por conta própria e apenas 0,7% das filhas afirmam que o pai exercia algum tipo de trabalho doméstico³⁵.

Tabela 4 – Posição no trabalho da mãe ou mulher responsável pela criação da filha aos 15 anos

Posição da mãe no trabalho	n	%
Empregada	1235	32,6%
Trabalhadora não remunerada membro da unidade domiciliar	784	20,7%
Conta Própria	712	18,8%
Trabalhadora na produção para o próprio consumo	505	13,3%
Trabalhadora Doméstica	475	12,4%
Empregadora	63	1,7%
Não sabe	13	0,3%
Outra trabalhadora não remunerada	6	0,2%
Total	3793	100%

Fonte: A autora, 2020.

³⁴Ver Tabelas 4 e 4.1.

³⁵No dicionário da PNAD, a variável V32035 corresponde aos dados sobre a ocupação das mães, enquanto V32021 diz respeito ao pai.

Tabela 4.1 - Posição no trabalho do pai ou homem responsável pela criação da filha aos 15 anos

Posição do pai no trabalho	n	%
Empregado	3361	49,9%
Conta Própria	2578	38,3%
Empregador	355	5,3%
Trabalhador na produção para consumo próprio	328	4,9%
Trabalhador doméstico	44	0,7%
Não sabe	38	0,6%
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	24	0,4%
Trabalhador na construção para próprio uso	2	0,0%
Outro trabalhador não remunerado	1	0,0%
Total	6731	100%

Fonte: A autora, 2020

Dos casos aplicáveis para os respondentes do sexo masculino (51,8%), temos que 31,9% dos filhos respondem que a mãe era empregada quando ele tinha 15 anos de idade; 21,5% dizem que a mãe exercia atividade não remunerada no domicílio e 11,3% reportaram que a mãe ou mulher de criação ocuparia a posição de trabalhadora doméstica³⁶. No que tange à ocupação do pai, temos que 47,3% dos filhos dizem que o pai era empregado; 40,5% reportaram que o pai trabalhava por conta própria e 0,6% como trabalhador doméstico³⁷. Observa-se que mais da metade dos respondentes de ambos os sexos disseram que a mãe era empregada ou era membro do domicílio sem atividade remunerada. Em relação ao pai, aproximadamente 50% dos filhos de ambos os sexos disseram que o pai era empregado e quase 40% responderam que o pai trabalhava por conta própria. Esses dados reforçam as posições tradicionais de gênero dentro da estrutura familiar conforme a literatura: mulheres majoritariamente se dedicam às atividades do cuidado e do lar, enquanto os homens ocupam posições no mercado de trabalho mais autônomas às questões familiares.

³⁶Ver tabela 4.2.

³⁷Ver tabela 4.3.

Tabela 4.2 - Posição no trabalho da mãe ou mulher responsável pela criação do filho aos 15 anos

Posição da mãe no trabalho	n	%
Empregada	1370	31,9%
Trabalhadora não remunerada membro da unidade domiciliar	922	21,5%
Conta Própria	718	16,7%
Trabalhadora na produção para o próprio consumo	688	16,0%
Trabalhadora Doméstica	485	11,3%
Empregadora	82	1,9%
Não sabe	13	0,3%
Outra trabalhadora não remunerada	18	0,4%
Total	4296	100%

Fonte: A autora, 2020

Tabela 4.3 - Posição no trabalho do pai ou homem responsável pela a criação do filho aos 15 anos de idade

Posição pai no trabalho	n	%
Empregado	3928	47,3%
Conta Própria	3361	40,5%
Empregador	470	5,7%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	387	4,7%
Trabalhador Doméstico	51	0,6%
Não sabe	48	0,6%
Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	45	0,5%
Outro trabalhador não remunerado	4	0,0%
Total	8294	100%

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD.

Com base na tabela 4.4, observa-se que, segundo os respondentes de ambos os sexos, as mães ocupavam majoritariamente posições de baixo prestígio. Aproximadamente 34% das pessoas que responderam a pergunta dizem que a mãe ocupava alguma atividade agrícola na atividade principal; 17% para ocupações relacionadas à educação; 16% afirmam que a mãe exercia serviços domésticos. Em relação ao pai, aproximadamente 45% dos respondentes disseram que a principal atividade do pai era na agricultura, enquanto 17,34% afirmaram que o pai estaria ocupado na construção civil. Diferentemente do observado para as mães, apenas 2,50% declaram que o pai estaria comprometido com atividades relacionadas à educação. Além

disso, os homens se destacariam nas ocupações da administração pública, intermediações financeiras e segurança³⁸. De acordo com a distribuição das ocupações entre homens e mulheres, novamente constata-se conforme a literatura, a maior participação feminina nas atividades relacionadas ao cuidado, enquanto os homens se destacariam em atividades com mais alto prestígio.

Tabela 4.4 – Atividade principal da mãe segundo os respondentes de ambos os sexos

Código da atividade principal que a mãe trabalhava quando o respondente tinha 15 anos	n	%
Educação	655	16,68%
Serviços Domésticos	612	15,58%
Agrícola	1322	33,67%
Indústria – Confecção de vestuário/alimentos	406	10,34%
Serviços de Alimentação	169	4,30%
Comércio	301	7,67%
Saúde e Serviços Sociais	296	7,54%
Administração Pública	89	2,27%
Cabeleireiro	76	1,94%
Total	3926	100%

Fonte: A autora, 2020

Tabela 4.5 - Atividade principal do pai de acordo com os respondentes de ambos os sexos

Código da atividade principal que o pai trabalhava quando o respondente tinha 15 anos	n	%
Construção civil	574	17,34%
Agrícola	1482	44,79%
Comércio	270	8,16%
Transporte	267	8,07%
Administração Pública	271	8,19%
Serviços de Alimentação	188	5,68%
Educação	83	2,50%
Intermediação Financeira	68	2,05%
Indústria – Confecção de artefatos de couro, madeira	53	1,60%
Investigação, vigilância e segurança	53	1,60%
Total	3309	100%

Fonte: A autora, 2020

³⁸Ver tabela 4.5.

Após essa breve apresentação de algumas estatísticas descritivas, passo para análise econométrica utilizando o software R.³⁹ Abrindo a base e analisando o banco de dados, realizou-se a seleção das principais variáveis, de acordo com a literatura na área, para compor os modelos. Mantendo a *base original* (362.627 observações), o próximo passo envolveu a criação de um banco reduzido chamado *base filtrada*, em que apenas as pessoas entre 25 e 60 anos de idade foram selecionadas; a pessoa de referência e o cônjuge responsáveis pelo domicílio. Além disso, filtrei apenas as pessoas que realizaram a entrevista do suplemento de mobilidade e removi os *missing values* das variáveis de interesse para rodar os modelos de regressão.

Assim como definido por Ribeiro (2019), as dimensões das desigualdades podem ser classificadas em diferentes grupos: o capital econômico familiar, mensurado pelos status ocupacionais do pai e da mãe, e a riqueza que a família possui; condições demográficas como cor ou raça e sexo; capital cultural, compreendido como a educação do pai e da mãe transmitida para os filho(a)s; capital social herdado da família de origem, como região de nascimento, número de irmãos, tipo de família (monoparental ou não), tipo de ensino escolar que o respondente recebeu (privado ou público); faixas de nascimentos, que apontariam as mudanças de uma geração para outra.

Nesta análise, as principais variáveis de interesse são as credenciais das mães: educação e status ocupacional (Isei); além das possíveis diferenças dos efeitos entre o grupo de mães que são donas de casa e as que trabalham⁴⁰. Busca-se avaliar os efeitos dessas variáveis, em conjunto com os dados do pai, sobre o Isei do respondente (Isei88) e o logaritmo da renda, controlando pela cor, idade e idade².⁴¹ Dado que os respondentes moravam com o pai e a mãe no domicílio aos 15 anos de idade, qual o peso relativo das características parentais de ambos sobre o status ocupacional do filho e da filha? Essa análise também será ampliada ao nível da renda do respondente. Este trabalho trata das diferenças de gênero no processo de estratificação social (respondentes homens versus mulheres); variações no processo de estratificação para dois *outcomes* dos respondentes (status ocupacional versus rendimentos); dos diferentes efeitos de pais e mães sobre filho(a)s, com especificação para atributos além da ocupação. Vale destacar as

³⁹ O software R apresenta algumas vantagens por ser um software livre de fácil acesso e utilizado por grande parte dos estatísticos no mundo; além de ler bases de dados em diferentes formatos.

⁴⁰ Pergunta-se ao respondente, quando este tinha aproximadamente 15 anos de idade, qual era o nível de educação do pai e da mãe (anos de estudo completos) e a ocupação deles, - traduzida no Isei de ambos.

⁴¹ O *isei88* refere-se à ocupação atual do respondente.

diferenças dos efeitos entre educação e status ocupacional versus mães estarem inseridas ou não no mercado de trabalho.

A educação do pai e da mãe apontariam o efeito do “capital cultural” herdado da família de origem sobre o Isei do respondente. De acordo com Ribeiro (2019), a conjugação da educação dos pais com outras variáveis para mensurar as características socioeconômicas dos respondentes torna a educação do pai e da mãe indicadores confiáveis para avaliar o efeito do capital cultural. Em suas palavras,

O ‘capital cultural’ é o nível de conhecimento e acesso a bens culturais que os pais do respondente tinham. Esse tipo de capital é extremamente importante no sistema educacional, uma vez que pais que tenham passado pelo sistema podem transmitir a seus filhos o conhecimento e a forma de comportamentos adequados para se obter sucesso no processo de escolarização (RIBEIRO, 2019, p.92).

Após este filtro, foram identificados *missing values (NAs)* nas variáveis, pois apenas uma parte da amostra teria sido selecionada e efetivamente participado do suplemento de mobilidade. Para o *Isei mãe*, assume-se que esses valores faltantes compreenderiam as mães que não tinham isei, ou seja, não eram ocupadas no mercado de trabalho e exerceriam atividades no domicílio. A estes NAs, atribuo zeros através do método de imputação para construir uma nova variável chamada *mae_merc_trab* (mãe trabalha). A condição que norteia essa variável é que todo *Isei mãe* maior que zero indica que a mãe tem ocupação, ao passo que todos os valores iguais a zero correspondem às mães que não estão no mercado. Essa variável construída a partir do *Isei mãe* teria como objetivo identificar os efeitos das mães que estão no mercado de trabalho e aquelas donas de casa sobre o isei do respondente. Para valores iguais a 1, a mãe está no mercado; quando 0, elas são donas de casa. Com isso, uma nova coluna é adicionada à “basefiltrada”⁴². Para as outras variáveis de interesse, foram retirados os *missing values* com a finalidade de manter o mesmo número de observações na amostra e facilitar a comparação entre os modelos.

Para mensurar as desigualdades entre homens e mulheres, a próxima etapa foi a criação de dois bancos de dados separados pelo sexo, ou seja, em que o *banco_homem* inclui apenas os respondentes do sexo masculino (=0) e o *banco_mulher*, apenas o sexo

⁴² A imputação de zeros no isei da mãe e a construção da nova variável *mae_merc_trab* será importante para identificar se há diferenciação nos efeitos sobre o isei do respondente em relação às mães que trabalham e aquelas donas de casa.

feminino (sexo=1). Começando pelos modelos mais simples e ampliando até os mais complexos, buscarei identificar os efeitos e as modificações nestes a medida que novas variáveis são incluídas. Segundo Ribeiro (2019), outras variáveis da estrutura familiar podem corroborar para as chances de sucesso dos indivíduos. Dentre elas, destaca-se a presença da mãe no domicílio ou não. Para avaliar e identificar os efeitos das mães que trabalham e aquelas donas de casa sobre o ISEI do respondente, utilizarei a variável *mae_merc_trab* mencionada. Segundo Ribeiro (2019),

Mães que não trabalham fora de casa podem dar mais atenção a seus filhos em termos de tarefas escolares para serem feitas em casa (deveres de casa), entre outros tipos de atenção. Em outras palavras, a presença da mãe no domicílio pode ser uma vantagem em termos de atenção dispensada aos filhos enquanto estes estão na fase de escolarização (ibid, p.93).

Além disso, inclui a variável para cor, intitulada de *não branco*, em que 1 corresponde às pessoas que têm cor (negras, pardas, amarelas, entre outras) e 0 as brancas. A variável *educação do filho(a)* indica os anos de estudos completos do respondente, que ao ser introduzida nos modelos, poderá ou não modificar os efeitos das credenciais do pai ou da mãe sobre o ISEI do respondente. Por fim, vale ressaltar a necessidade de atribuir peso às variáveis na regressão com a finalidade de ajustar e corrigir o viés da amostragem⁴³.

As principais variáveis de interesse são as credenciais das mães, no que tange à educação, status ocupacional (ISEI) e os diferentes efeitos das mães donas de casa e as que trabalham. Através dos modelos de regressão linear, os coeficientes visam estimar o efeito do background familiar no ISEI e renda dos filho(a)s, o que também servirá para expressar o grau de persistência das desigualdades através das gerações (RIBEIRO, 2017)⁴⁴.

Para as coortes de idade utilizadas neste trabalho, a mais velha nasceu entre 1954 e 1964, com idade entre 50 e 60 anos em 2014 (ano em que se avaliou a educação, ocupação e renda do respondente). A coorte intermediária nasceu entre 1965 e 1978, com 36 até 49 anos em 2014; a mais nova nasceu entre 1979 e 1989, com idade entre 25 e 35 anos em 2014.

⁴³ No banco de dados, essa variável chama-se “novopeso_mobilidade”.

⁴⁴ Também avaliarei o efeito dos ISEIs e educação dos pais sobre o log(rendimento) do filho(a). Para avaliar a mobilidade intergeracional de renda, seria necessário obter dados sobre a renda ou a distribuição da riqueza dos pais. Contudo, a PNAD 2014 não disponibiliza informações sobre o rendimento dos pais, o que impossibilita análises de mobilidade de renda. Utilizo o logaritmo para o rendimento do respondente pois a distribuição do rendimento não é linear.

3.3 Resultados e Interpretações

3.3.1 Avaliação dos efeitos da família de origem sobre o Isei do filho

Nesta seção analisarei os efeitos sobre o Isei e a renda do filho, seguida do Isei e da renda da filha. No banco criado para os respondentes do sexo masculino (8296 observações), o modelo 0 inclui a idade do respondente, $idade^2$, Isei e educação do pai⁴⁵. Observa-se que todas as variáveis apresentam elevada significância estatística, o que nos leva a rejeitar a hipótese nula de que essas variáveis explicativas não exerceriam efeito sobre a variável dependente. Além disso, o teste F de significância global avalia os coeficientes da regressão ao mesmo tempo. Este teste compara um modelo sem preditores, isto é, quando todos os coeficientes da regressão (betas) são iguais a zero e contém apenas o intercepto, com o modelo especificado por mim.

A estatística teste observada para o teste F, quando significativa, indica que o modelo escolhido por mim tem capacidade de previsão melhor do que o modelo com apenas o intercepto. Neste caso, a estatística F observada é maior do que a estatística F da hipótese nula. O R^2 fornece o quanto as variáveis independentes do meu modelo explicam a variável dependente. No modelo 0, temos que 21% da variabilidade total do Isei do respondente é explicada pela idade do respondente, $idade^2$, educação e Isei do pai. Embora o R^2 represente uma estimativa da força de associação entre as variáveis explicativas e a explicada, aquele não fornece um teste formalizado para identificar essa relação entre x e y. O teste F global determina se essa associação é estatisticamente significativa.

No modelo 0, dado que o respondente é do sexo masculino, o aumento em uma unidade do *Isei pai* aumenta, em média, o Isei do filho em 0.249, controlando por todas as variáveis. O mesmo raciocínio vale para o restante das interpretações. O aumento de um ano na educação do pai aumenta, em média, o Isei do filho em 1,242. A presença do sinal negativo na variável $idade^2$ indica que o efeito da idade é não linear. A idade tem um efeito positivo sobre a variável dependente até certo ponto. A partir deste, os ganhos

⁴⁵ Ver tabela 7 com os modelos de regressão.

marginais em termos de prestígio com a idade começam a decrescer. Isso pode ser observado em pontos importantes do ciclo de vida⁴⁶.

No modelo 1, ao acrescentar a variável *não branco*, observa-se uma leve queda nos efeitos do Isei e educação do pai sobre o status ocupacional do filho. O aumento de uma unidade na educação do pai aumenta, em média, o isei do filho em 1,19. Esse valor é aproximadamente 5% menor do que aquele observado no modelo 0. Quando a variável *nao branco* igual a 1 (negros, amarelos, pardos, etc) identifica-se uma perda, em média, de 2,79 no Isei do respondente quando este é homem e não branco se comparado aos homens brancos. Neste modelo, a variável para cor apresenta elevada significância estatística.

No modelo 2, acrescenta-se a variável *educação do filho*, referente aos anos de escolaridade completos do respondente. O aumento de uma unidade no *Isei pai* aumenta, em média, o *isei do filho* em 0.15. Esse valor é 36% menor do que aquele observado no modelo 1. Além disso, o efeito da educação do pai cai de 1,19 para 0,52, isto é, o aumento em um ano na educação do pai aumenta, em média, em 0,52 o isei do filho, controlando por todas as outras variáveis. Para a educação do pai, observar-se que esse valor é 56,4% menor do que no modelo 1⁴⁷. Os efeitos do *Isei pai* e *educação pai* diminuem consideravelmente, de modo que parte desse efeito seria mediado pela educação alcançada do respondente quando este é homem. Já o aumento de um ano na educação do respondente aumenta, em média, o status ocupacional em 1,9, dado tudo mais constante. Para ilustrar, a média de anos de estudo completos para os respondentes homens é 8,7, cujo efeito total é de 16,53 no Isei. Nesse modelo, R² subiu para 0,37.

Com a educação do respondente no modelo, a variável para cor deixa de ter significância estatística. Isso indica que parte do efeito de ser *não branco* é explicado pela educação do filho, ou seja, a cor provavelmente tem influência na aquisição da educação. Ser branco ou não afeta as chances de progressão escolar. De forma semelhante, Ribeiro (2019) conclui: “...esses resultados confirmam os encontrados em pesquisas anteriores na medida em que sugerem que a desigualdade racial no processo de estratificação é

⁴⁶ Como veremos mais abaixo, a idade² deixa de ser estatisticamente significativa a medida que inclui outras variáveis. Parece que o efeito quadrático da idade teria mais relação com a renda do que o status ocupacional. No modelo 0, a primeira derivada indica o ponto a partir do qual o efeito da idade se torna negativo no Isei do filho. Nesse caso, 44 anos.

⁴⁷ A variação em % dos coeficientes do modelo 0 para o modelo 1 é calculada da seguinte maneira: [(coeficiente modelo 1 – coeficiente modelo 0) / coeficiente modelo 0] * 100

particularmente relevante no momento de adquirir mais anos de escolaridade” (Ribeiro, 2019, pp.178-9).

Ao incluir a educação da mãe no modelo 3, observa-se uma queda no efeito tanto do Isei como da educação do pai. Vale destacar que o efeito desta variável seria muito próximo daquele exercido pela educação da mãe. Este resultado é reforçado pela literatura; a educação de ambos os pais seria a principal *proxy* para transmissão do capital cultural, o que aumentaria as chances de sucesso dos filhos na escola e na vida profissional.

Ao incorporar o *Isei mãe* no modelo 4, os efeitos do Isei e educação do pai se mantiveram constantes em relação ao modelo 3. Quando o respondente é homem, o aumento de uma unidade no *Isei mãe* aumenta, em média, o Isei do filho em 0,005, controlando por todas as variáveis. Neste modelo, a variável *Isei mãe* não é estatisticamente significativa, isto é, o *Isei mãe* não apresentaria nenhum efeito sobre o Isei do filho. Parece que a mãe influenciaria o filho por outros canais e o efeito de trabalhar estaria misturado com o efeito do tipo de ocupação. Com base neste resultado, busquei investigar uma possível diferenciação entre dois grupos sociologicamente relevantes: as mães que trabalham no mercado e aquelas donas de casa.

Com base no modelo 5, a idade² deixa ser estatisticamente significativa. Isso indica que o Isei do filho não diminuiria em idades avançadas. Pessoas mais velhas tendem a ocupar posições seniores, que geralmente são vistas com elevado grau de experiência e maturidade. Neste modelo, a variável *mãe_merc_trab* indica que as mães inseridas no mercado de trabalho em relação às donas de casa exerceriam um efeito negativo sobre o nível de prestígio da ocupação do filho, dado o controle por outras variáveis. De acordo com Ribeiro (2019), mães donas de casa podem dispende mais tempo com os filhos, estimulando o desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças. Ao investigar mais a fundo os dados, a variável V32034 relacionada à ocupação da mãe na atividade principal quando o respondente tinha 15 anos indica que, das mães inseridas no mercado (8,1%), uma grande parcela ocupava postos de trabalhos com baixo prestígio (agrícola e serviços domésticos).

A combinação do efeito negativo da mãe trabalhar fora de casa com o efeito positivo do Isei dela se assemelha aos resultados encontrados por Kalmjin (1994). Assim como demonstrado pelo autor, os dados utilizados neste trabalho apontam para um efeito duplo da mãe não trabalhar em casa sobre o Isei do filho. Quando as mães ocupam

posições de baixo status ocupacional, os filhos seriam prejudicados nos seus status ocupacionais. Contudo, esse efeito pode ser atenuado ou até mesmo revertido se as mães estão em melhores ocupações.

Considerando que o respondente mais velho dentro das coortes de idade selecionadas tem 60 anos, a necessidade de trabalhar das mães quando aquele tinha 15 anos estaria diretamente relacionada à condição socioeconômica da família. Mães pobres sempre estiveram inseridas no mercado de trabalho, contudo, em ocupações de baixo prestígio e remuneração. Já as mães de classe média podiam dedicar mais tempo aos filhos. A maior transferência de capital cultural da mãe para o filho implicaria no melhor desempenho escolar e melhores chances de emprego. Desse modo, o efeito das mães que ocupam melhores postos de trabalho cobriria o efeito negativo do menor tempo dispendido com as crianças (KALMJIN, 1994)⁴⁸.

Sob a perspectiva da hipótese de *acumulação da desigualdade ao longo do ciclo de vida*, resultados importantes adquiridos pelo indivíduo no início de cada trajetória, segundo cada coorte de idade, impactariam as realizações posteriores alcançadas dentro do mesmo ciclo de vida. O acesso desigual a recursos financeiros, condições de saúde, escola, entre outros, indicaria que as diferentes posições socioeconômicas dentro da estrutura social teriam efeito sobre as (des) vantagens ao longo da vida. Esse cenário sugere que as posições ocupadas pelos indivíduos em um período no tempo estão fortemente associadas as chances de obter (des) vantagens em um momento posterior, de modo que esse processo possa resultar em disparidades nos ciclos de vida. Segundo Carvalhaes e Chor (2019),

...indivíduos com diferentes níveis de recursos socioeconômicos teriam, sistematicamente, 'taxas' diferentes de depreciação de saúde [status ocupacional, educação e renda] ao longo do ciclo de vida. Do ponto de vista agregado, essa associação entre recursos socioeconômicos e variação temporal ampliaria as diferenças do estado de saúde [status ocupacional, educação e renda] entre indivíduos com idades iguais, com diferentes posições socioeconômicas (CARVALHAES e CHOR, 2019, pp.235-6).

Com base no modelo 5, foi criado um perfil dos respondentes para avaliar o efeito do background da mãe e do pai sobre o isei do filho. Analisando os quantis das variáveis

⁴⁸ Mães que ocupam trabalhos com maiores prestígios portariam recursos que se converteriam em melhores colégios e cursos para compensar o menor tempo dispendido com o filho. A transferência do capital cultural se daria principalmente pelos bens e recursos que essa criança poderia acessar.

de interesse para filho(a)s, observa-se que até o Quantil 70, o comportamento destas variáveis seria semelhante. A partir do Quantil 75 ou terceiro quartil, os valores passam a se modificar, o que corrobora para a construção dos perfis familiares e seus impactos no Isei dos filho(a)s⁴⁹. As simulações com base nas tabelas 5 e 6 pretendem ilustrar os efeitos das variáveis intervenientes nos resultados dos filho(a)s. Analiso de que forma estes mediadores são importantes para a mobilidade social⁵⁰.

A entrada da mãe no mercado de trabalho exerce um efeito negativo sobre o Isei do filho, capturado pela variável *mae_merc_trab*. Contudo, estar em uma melhor ocupação, traduzida no maior Isei da mãe, atenuaria esse efeito negativo. Mães com boa colocação no mercado de trabalho receberiam melhores salários em comparação àquelas em ocupações precárias. Ao inserir a variável *mae_merc_trab*, observa-se uma redução do coeficiente da educação da mãe. Esse resultado sugere que parte do efeito da *educação da mãe* estaria incluído em *mae_merc_trab*. Como o efeito da educação da mãe se daria de múltiplas formas sobre as chances de vida do filho, a não dedicação total aos cuidados domésticos e maior renda auferida pela boa ocupação se traduziriam em melhores acessos a cultural e educação. Esses resultados convergem para aqueles apontados por Kalmijn (2014). A maior renda, escolaridade e status ocupacional das mães teriam efeito seletivo sobre o desempenho escolar das crianças. Isto se converteria em uma força importante para a persistência das desigualdades educacionais.

Tabela 5 – Distribuição das variáveis de interesse em quantis para o cálculo do Isei predito do filho

Quantis das principais variáveis para simulação do Isei predito do filho (1) (2)									
	Quantil 25	Quantil 50 (mediana)	Quantil 70	Quantil 75	Quantil 80	Quantil 85	Quantil 90	Quantil 95	Quantil 99
Isei mãe	0*	16	16	16	28	30	43	52	69
Isei pai	28	29	30	33	39	49	60	67	78
Educação mãe	0	2	4	8	8	8	11	11	15
Educação pai	0	2	4	4	8	8	11	13	15
Educação filho	6	11	11	11	12	14	15	15	15

* onde Isei igual a zero equivale às mães donas de casa

(1) Esses valores foram calculados para o banco de dados dos respondentes do sexo masculino

(2) Simulação criada para comparar os Iseis dos filhos de acordo com a condição socioeconômica familiar

Fonte: A autora, 202, a partir dos dados da PNAD 2014, utilizando o Software R.

49 Ver tabelas 5 e 6. Lembrando que o primeiro quartil (Q1) ou Quantil 25 divide 25% das observações abaixo e 75% acima. O segundo quartil (Q2) ou mediana ou quantil 50 corresponde à medida estatística que apresenta a tendência central dos dados e divide a amostra em uma metade acima e outra abaixo. O Quantil 75 ou terceiro quartil (Q3) separa 75% abaixo e 25% acima e assim por diante.

50 Ao calcular o Isei predito, analiso a força de associação entre as variáveis intervenientes no resultado, isto é, na relação entre origem e destino. Contudo, este trabalho não visa avaliar propriamente o processo de mobilidade social.

Tabela 6 – Distribuição das variáveis de interesse em quantis para o cálculo do Isei predito da filha

Quantis das principais variáveis para simulação do Isei predito da filha (1) (2)									
	Quantil 25	Quantil 50 (mediana)	Quantil 70	Quantil 75	Quantil 80	Quantil 85	Quantil 90	Quantil 95	Quantil 99
Isei mãe	0*	16	16	28	29	30	43	52	69
Isei pai	28	29	30	34	40	49	60	67	85
Educação mãe	0	2	4	8	8	10	11	11	15
Educação pai	0	2	4	6	8	10	11	15	15
Educação filha	8	11	12	14	15	15	15	15	15

* onde Isei igual a zero equivale às mães donas de casa

(1) Esses valores foram calculados para o banco de dados dos respondentes do sexo feminino

(2) Simulação criada para comparar os Iseis das filhas de acordo com a condição socioeconômica familiar

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD 2014, utilizando o Software R.

Com base no Quantil 50 ou mediana, um respondente homem, não branco, com 25 anos de idade, 11 anos de escolaridade (ensino médio completo), pais que frequentaram a escola até o nível da alfabetização, pai com Isei igual a 29 (equivalente ao um garçom) e mãe com Isei de 16 (equivalente à uma trabalhadora agrícola familiar), o Isei predito seria de aproximadamente 35, correspondente aos funcionários de manutenção de estoques⁵¹. Dadas as condições semelhantes, mas considerando que as mães são donas de casa, o Isei predito do filho seria de 37, equivalente à ocupação de um condutor de transportes. Nesse cenário, a mãe dona de casa dispenderia mais tempo na criação e educação do filho, o que exerceria um impacto positivo sobre o desempenho escolar e posteriormente, profissional do filho.

No quantil 75 ou terceiro quartil, observam-se alterações na distribuição das variáveis segundo o sexo. Para os filhos não brancos, com 25 anos de idade, o Isei predito seria de 38 (operador de máquinas), enquanto as filhas teriam um Isei predito de 47 (equivalente a um caixa de banco). Uma mulher branca com as mesmas condições teria um Isei de 49, ao passo que um homem branco teria um Isei de 39. Aos 40 anos, um homem e uma mulher branca teriam um Isei de 42 (profissional de enfermagem) e 52 (assistente médico), respectivamente.

⁵¹ A simulação do perfil foi pautada no segundo quartil da distribuição com base no melhor modelo segundo o AIC. Considero este perfil como a faixa socioeconomicamente desprivilegiada. Dada a relação $mae_merc_trab/isei_mãe$ em módulo, a condição que determina o Isei mínimo em que a mãe trabalhar é bom no Isei do filho é 37. Ou seja, $isei_mãe > 37$ (impacto positivo sobre o Isei do filho), enquanto $isei_mãe < 37$ (efeito negativo sobre o Isei do filho). Neste último caso, a mãe quando dona de casa teria um efeito positivo sobre o Isei do filho, uma vez que ao invés de ocupar uma posição de trabalho precária, a presença dela no domicílio dedicada à criação do filho teria um impacto benéfico na trajetória escolar e, posteriormente, ocupacional do filho. Quando Isei mãe é igual a mae_merc_trab , esse é o momento a partir do qual é bom para o filho que ela trabalhe. Lembrando que a simulação ilustra apenas os efeitos da família de origem no Isei dos filho(a)s. Isto não quer dizer que tenham de fato mulheres nestas posições.

Em comparação aos 5% mais privilegiados da distribuição, um homem branco, aos 25 anos de idade, com 15 anos de estudo, pais com 11 anos de escolaridade (ensino médio completo), onde o pai tem Isei 67 (correspondente a um gerente de produção) e a mãe um Isei 52 (assistente de dentista), o Isei predito desse filho seria de 56, equivalente a um chefe de correios. Conforme a tabela 6, uma mulher branca de 25 anos de idade, representante do Quantil 95 ou 5% superior da distribuição teria um Isei predito de 62, equivalente a uma cientista química.

Para o 1% mais privilegiado, em que a mãe tem um Isei de 69 (professora de educação primária), o Isei do pai 78 (arquiteto) e tanto os pais como o filho têm 15 anos de estudo, o Isei predito do filho seria de 61 (funcionário público sênior do governo local). Em contrapartida, quando a mãe é dona de casa nesta faixa do 1% privilegiado, o Isei do filho corresponderia a um funcionário público de nível médio. Já uma filha branca com 25 anos nesta mesma faixa teria um Isei de 67, correspondente a uma profissão como estatística e matemática. Aos 40 anos, seu Isei aumentaria apenas em 2 pontos, enquanto os filhos teriam um aumento em média de 3 pontos. Para um respondente homem e branco, em que ambos os pais têm ensino superior completo, a mãe economista (Isei 80) e o pai médico (Isei 88), o Isei predito compreenderia uma ocupação como gerente de empresas. Esses resultados confirmam as evidências na literatura acerca das desigualdades segundo a classe social de origem (RIBEIRO, 2019).

Os respondentes com origem na classe alta são aqueles cujos pais têm ensino superior completo e um status ocupacional elevado, como advogado e médico. Nesta faixa privilegiada, o impacto das credenciais da mãe sobre o Isei do filho seria maior quando ela trabalha no mercado do que nos cuidados domésticos. Para a classe média alta, os pais teriam ensino médio completo e Isei em torno de 54, correspondente a um supervisor de loja. A origem na classe média seria delimitada pelos pais dos respondentes com 8 anos de escolaridade e Isei em torno de 32 (garçom). A classe baixa compreenderia aos pais que nunca frequentaram a escola e possuem um Isei baixo, como agricultores e trabalhadores manuais não qualificados. Para estas duas últimas classes, quando o Isei da mãe fosse abaixo de 37, o filho sofreria com perdas no seu prestígio ocupacional⁵².

⁵² Vale ressaltar que nos meus dados, a média do status ocupacional das mulheres é superior ao dos homens. Os maiores Iseis preditos para as filhas do que para os filhos apontam que há uma tendência de participação de mulheres no topo da estratificação, ao mesmo tempo que há um número ainda alto de mulheres sem ocupação. Portanto, as mulheres no mercado de trabalho tendem a se concentrar mais para cima. Outro ponto importante é que as populações de homens e mulheres no mercado de trabalho são diferentes.

3.3.2 Introdução à mobilidade intergeracional de renda: interpretação dos efeitos parentais sobre a renda do filho

Poucos estudos têm utilizado a renda domiciliar para avaliar a mobilidade intergeracional de renda. Aquela poderia ser mensurada a partir o padrão de consumo de seus membros, que segundo economistas, se aproximaria da transmissão de bem-estar. Segundo Björklund and Jäntti (2011), este tipo de análise requer dados de membros da família em diferentes períodos, como a renda dos pais e filhos. Contudo, segundo os/as autore(a)s “[a]ccurate parental income data are unlikely to be obtained by asking retrospective questions about fathers’ incomes decades before the sons’. Retrospective questions are more reliable for finding out fathers’ main occupation and social class...” (BJÖRKLUND and JÄNTTI, 2011, p.2).

As análises de mobilidade intergeracional de renda são importantes para avaliar o grau de associação entre a condição socioeconômica da família de origem e os seus descendentes. Apesar da não trivialidade nas mensurações empíricas, avaliar se há efeitos causais robustos na transmissão intergeracional do capital humano⁵³ é relevante para a eficácia de políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades de renda, em particular nos países em desenvolvimento. Pais com escolaridade mais elevada tenderiam a receber maiores salários, que poderiam ser alocados na educação dos filhos, com retornos positivos da escolaridade no mercado de trabalho (IPEA, 2015).

De acordo com Solon (2008), a noção de mobilidade intergeracional de renda remete à posição econômica das pessoas na distribuição de renda ao longo das gerações. Nas sociedades em que a renda dos indivíduos adultos não depende da renda auferida pelos pais, observa-se uma elevada mobilidade. Quando esta relação é forte, há uma tendência à imobilidade. Baseado no modelo de Becker-Tomes (1979), Solon (2004) ressaltou os principais canais para a persistência intergeracional. Pais dividiram suas rendas entre o próprio consumo e o investimento no capital humano dos filhos. O capital humano adquirido pelas crianças se manifestaria de duas formas: a primeira estaria relacionada ao investimento realizado pelos pais na educação e saúde; a segunda, na transmissão de recursos determinados pelas “reputação” e “conexões” familiares, os estímulos no desenvolvimento das habilidades e outros recursos adquiridos pela cultura

⁵³ O conceito de capital humano remete à noção amplamente difundida na economia acerca das habilidades, experiências e educação adquiridas pelos indivíduos ao longo do seu ciclo de vida. Esse conjunto de recursos poderá ser convertido em valor econômico através de maiores salários no mercado de trabalho.

e a genética. O modelo de Solon (2008) pode ser parcialmente sumarizado da seguinte maneira:

...in Becker and Tomes's (1979, p. 1158) words, [these endowments are] 'determined by the reputation and 'connections' of their families, the contribution to the ability, race, and other characteristics of children from the genetic constitutions of their families, and the learning, skills, goals, and other "family commodities" acquired through belonging to a particular family culture' (SOLON, 2008, p. 2).

Becker et al., (2018) partem do pressuposto clássico de que as complementariedades entre o capital humano dos pais e os investimentos realizados nas crianças implicariam que, na média, os pais mais ricos investiriam mais no capital humano dos filhos do que os mais pobres. Desse modo, variações no status econômico persistiram entre as gerações. De acordo com os autores, a transmissão do capital humano dos pais para seus descendentes se traduziria não somente na maior produtividade no mercado de trabalho, como também na formação do capital humano dos filhos. A estimação do efeito da renda dos pais sobre os filhos produz a elasticidade de renda intergeracional, que mede o quanto a variação da renda dos pais impacta a variação na renda dos filhos, na margem⁵⁴. Segundo as teorias do ciclo de vida, o capital humano acumulado pelos pais ocorreria através da educação, em que este teria um efeito evidente nas escolhas educacionais da geração seguinte.

No âmbito sociológico, embora as classes sociais tenham maior relevância do que fatores econômicos, os debates recentes acerca da interpretação dos resultados dissonantes da mobilidade social e de renda ainda têm se concentrado quase exclusivamente nas condições econômicas das classes sociais. Mood (2017b) avança nos estudos de mobilidade social e de renda ao analisar o efeito da classe social, definida com base nas ocupações dos pais, sobre a renda dos filho(a)s. Segundo Erola et al. (2016), "...class can be seen as a necessary link between their education and their income..." (EROLA et al., (2016), p. 35).

Ao analisar o caso da Suécia, os resultados de Mood (2017b) demonstram uma clara independência da classe de origem e renda dos pais sobre os retornos econômicos dos filho(a)s. A autora busca compreender o efeito substantivo de cada preditor sobre o sucesso futuro das crianças, ao ampliar o escopo da transmissão intergeracional para

⁵⁴ A elasticidade de renda captada pelo coeficiente beta da regressão sugere quanto do incremento na mudança da renda dos pais vai impactar "beta" na renda dos filhos (efeitos marginais).

fatores além da dimensão econômica. Mood (2017b) também ressalta a deficiência dos estudos de renda, ao incluírem apenas os ganhos pecuniários do pai como proxy dos recursos econômicos das famílias. Em suas palavras, “...mothers can obviously also have incomes, and incomes need not come from work alone” (MOOD, 2017b, p.267).

De fato, a entrada das mulheres no mercado de trabalho tem tornado insustentável as análises de mobilidade intergeracional a partir da ótica que considera apenas o pai e filho. Neste sentido, “[i]gnoring mothers is particularly problematic given that father’s income or occupation gives only partial information about the economic (and related) resources that a child can draw upon” (MOOD, 2017a, p.125). A autora conclui que as taxas de sucesso das crianças suecas, nas dimensões da educação, renda e ocupação, estariam muito longe de serem determinadas apenas pelas condições socioeconômicas dos pais.

Na tabela 8, os resultados obtidos no modelo 11 sugerem que, tudo o mais constante, os rendimentos tendem a crescer a um ritmo menor em idades avançadas, mas o mesmo não se observou com o status ocupacional. Esses resultados estariam em consonância com os principais achados clássicos e os estudos anteriores que utilizaram o Isei. Além dos mais jovens estarem dispostos a trabalhar por salários comparativamente menores do que as pessoas mais velhas, aqueles apresentariam maior nível de produtividade no mercado do que estes. Além disso, aqui, a variável *não branco* apresenta elevada significância estatística. Quando o filho é *não branco*, ele tem uma perda em média de aproximadamente 22% no rendimento. Os meus resultados confirmam, ademais, os resultados encontrados por Ribeiro (2019) na elaboração do contínuo racial.

Mesmo controlando por diversas características das famílias de origem e pela fluidez na classificação racial, os indivíduos mais escuros têm chances menores de mobilidade em termos de educação e renda. Diferenças socioeconômicas entre brasileiros com diferentes características raciais são grandes e estão presentes ao longo do ‘contínuo racial’ (RIBEIRO, 2019, pp.187-8).

Quando a mãe trabalha no mercado, o filho teria uma perda, em média, de 7,8% no seu rendimento. Esse efeito é ainda mais negativo para as filhas. Isso indicaria que os rendimentos auferidos por estas seriam mais sensíveis à situação ocupacional da mãe do que os filhos⁵⁵. Esse argumento é respaldado pela elevada significância estatística o Isei_mãe sobre o rendimento da filha. Dependendo do tipo de ocupação da mãe, os ganhos

⁵⁵ Adicionando as informações da mãe antes de acrescentar a educação da filha, temos que o efeito das variáveis de origem (isei e educação de ambos os pais) na renda da filha era significativamente maior.

de renda marginais da filha seriam decrescentes. Diferentemente dos filhos, o Isei da mãe tem efeito sobre o rendimento das filhas. Esses resultados parecem se aproximar da hipótese de que a educação e status ocupacional da mãe teriam peso na trajetória da filha, enquanto a influência socioeconômica do pai seria relevante para as realizações do filho, que é consolidada na literatura sob o nome de same sex-role.

Conforme as tabelas 7 e 9, os Iseis da mãe e do pai seriam mais relevantes para os Iseis das filhas e filhos, respectivamente. No entanto, observa-se que as credenciais da mãe não seriam importantes apenas para as filhas, assim como o mesmo pode se dizer para o pai. Ambos os pais exercem influência significativa sobre o status ocupacional de seus descendentes, mas isso não seria restrito ao sexo, o que distanciaria esta análise do modelo de same-sex role. Os resultados encontrados por Korupp et al. (2002) corroboram na mesma direção dos meus achados. No que se refere à cor, a diferença de status ocupacional entre mulheres negras e brancas é maior do que entre homens negros e brancos.

Utilizando-se o *Critério de informação de Akaike (AIC)*, um estimador que avalia o erro de previsão fora da amostra e a qualidade de cada modelo estatístico em conjunto, para os filhos, os melhores modelos foram os 5 e 11, enquanto para as filhas, os modelos “f” e “l”⁵⁶.

3.3.3 Avaliação dos efeitos da família de origem sobre o Isei e a renda das filhas

Um outro banco foi criado para as respondentes mulheres, em que apenas os casos iguais a 1 na variável sexo foram selecionados. Seguindo os mesmos procedimentos adotados no banco dos homens, temos 6731 observações para as mulheres. No modelo a, observa-se que o efeito do Isei e educação do pai sobre o status ocupacional da filha é levemente maior do que o observado para o filho. O aumento em um ano na educação do pai aumenta, em média, o Isei da filha em 1,38. No modelo b, incluí a variável *não branco* para cor. O resultado observado é uma queda no efeito da educação do pai. Diferentemente dos homens, o efeito da cor sobre o status ocupacional das mulheres seria

⁵⁶ O estimador AIC compara diversos modelos de modo que o melhor, se aproximará da distribuição normal. A medida que adicionamos variáveis aos modelos, os valores de AIC podem ficar muito próximos ou não. Uma variável geralmente só é mantida se ela tem efeito de reduzir o AIC. (Ver tabelas de regressão no apêndice).

muito maior. Uma mulher não branca teria uma perda em média de 4,28 no Isei em comparação às mulheres brancas.

Ao incluir a educação da filha no modelo c, constata-se uma queda significativa em torno de 50% nos efeitos do Isei e educação do pai. Ademais, o efeito da cor cai mais do que a metade. Contudo, diferentemente dos homens, a variável *não branco* continua com elevada significância estatística. A educação da respondente teria um efeito maior sobre seu status ocupacional atual do que para os homens. O aumento de um ano na educação da mulher aumenta, em média, seu Isei em 2,31, controlando pelas outras variáveis; ao passo que, para os homens, esse efeito foi de 1,90⁵⁷.

No modelo d, a educação da mãe apresenta um efeito ainda mais interessante. Além da alta significância estatística para todas as variáveis, o que não se observou no modelo 3 para os filhos, a variável para cor permanece significativa para o Isei da filha. A educação da mãe se apresenta como uma importante mediadora dos efeitos do Isei e educação do pai, assim como da educação da filha. O aumento de uma unidade na educação da mãe aumenta, em média, o Isei da filha em 0,33, dado tudo mais constante. Sustentado pela literatura, a educação da mãe teria um peso importante na transmissão do capital cultural para ambos os sexos. Além disso, a educação da filha apresenta um efeito maior sobre o status ocupacional do que a educação do filho.

No modelo e, a inclusão do Isei da mãe reduz o efeito do status ocupacional do pai sobre o Isei da filha. Ao contrário do observado nos filhos, o Isei da mãe apresenta significância estatística para as filhas, de modo que: o aumento de uma unidade no status ocupacional da mãe aumenta, em média, o Isei da filha em 0,047. Ao que parece, a mãe influenciaria diferentemente os filhos e as filhas.

De acordo com o teste AIC, o modelo f explicaria melhor o efeito das variáveis independentes sobre o Isei da filha. Ao incluir a variável para a mãe inserida no mercado de trabalho, observa-se uma perda, em média, de 3,3 no status ocupacional da filha. Se por um lado o efeito da educação da mãe em relação ao *modelo e* cai quando a mãe está no mercado de trabalho, por outro, o Isei da mãe passa a desempenhar uma influência maior sobre o Isei da filha, mesmo quando comparada com o filho. O aumento de uma unidade

⁵⁷ Estes resultados demonstram que a educação parece ser ainda mais importante para as mulheres. Diferentemente dos estudos sobre retornos educacionais, o presente trabalho leva em consideração os efeitos das variáveis da família de origem (Isei e educação do pai e mãe) quando utilizo a educação do/a respondente.

no status ocupacional da mãe aumenta, em média, o Isei da filha e do filho em 0,124 e 0,061, respectivamente.

Embora o efeito da mãe trabalhar fora de casa seja mais negativo sobre o Isei das filhas do que dos filhos, o aumento da importância do Isei das mães para as meninas indicaria que o tipo de ocupação da mãe seria relevante para estas. Dependendo da posição das mães no mercado de trabalho, o efeito negativo sobre o Isei e renda da filha poderia ser atenuado e até mesmo revertido. O menor tempo dispendido na criação das filhas poderia ser parcialmente convertido pelo acesso a bens e cultura⁵⁸. Nesse sentido, o Isei das filhas seria mais “sensível” ao Isei das mães do que o Isei dos filhos. Em relação aos rendimentos, o Isei da mãe apresenta elevada significância estatística para a filha e nenhum efeito sobre o filho⁵⁹. No que tange às mães donas de casa, esses resultados convergem para os achados de Beller (2009). Os recursos transferidos pelas mães donas de casa seriam mais proeminentes para as filhas do que os filhos. Em outras palavras, a filha “perderia” mais do que o filho com a saída da mãe de casa, mas também “ganharia” mais com a melhor ocupação materna.

Ao contrário dos filhos, a idade não teria substancial influência sobre a renda da filha. Contudo, o mesmo não poderia ser dito sobre o status ocupacional. A medida que os homens adquirem mais experiência de trabalho, eles alcançariam maior nível de prestígio ocupacional e melhores salários. Em virtudes de fatores como a gravidez e a necessidade de interrupção do trabalho, as mulheres se beneficiariam de ganhos de prestígio ocupacional, mas de baixos incrementos na renda.

Assim como os homens, a cor ainda tem um efeito significativo sobre a renda das filhas. Ribeiro (2019) demonstrou em seus modelos que apesar da robusta desigualdade de classe, “...as vantagens relacionadas à raça ou cor continuam sendo válidas mesmo quando a classe de origem é levada em conta” (RIBEIRO, 2019, p.178). Uma mulher não branca tem uma perda, em média, de 20,8% na sua renda em relação a mulher branca.

⁵⁸ Mães com ocupações prestigiadas aufeririam maior renda, de maneira que os recursos financeiros pudessem ser transformados em capital cultural, como boas escolas e acesso à cultura. Filhas com maior capital cultural poderiam converter estes recursos em melhores posições no mercado de trabalho. Nesse sentido, mães com elevado status ocupacional têm um efeito positivo sobre o status ocupacional dos filho(a)s. Dependendo dos recursos socioeconômicos da família de origem, o background materno teria diferentes influências sobre as realizações dos filho(a)s.

⁵⁹ Ver tabelas 7 e 9 no apêndice.

Além disso, os efeitos dos anos de escolaridade dos filho(a)s sobre a renda seriam semelhantes⁶⁰.

Com base no *modelo 1*, construo um perfil para as mulheres semelhante àquele dos homens. A distribuição em quartis das principais variáveis de interesse para filhos e filhas são muito semelhantes, aparentando que variáveis exógenas ao modelo não estejam produzindo resultados artificiais. Para avaliar se o Isei da mãe afetaria diferentemente filhos e filhas, seria necessário um teste de hipótese estatístico sofisticado que está para além do escopo deste trabalho. Grande parte das respostas dos filhos de ambos os sexos acerca do Isei da mãe estaria concentrada na variável “Isei” igual zero (mãe dona de casa) criada por mim e Isei 16, o que colocaria a distribuição mais a esquerda.

Dada a aproximação dos quartis das variáveis de interesse, esses resultados não se mostraram suficientes para avaliar mudanças na função de distribuição acumulada⁶¹. Portanto, analiso, a totalidade das distribuições de probabilidade, a partir das quais pode-se dizer que os perfis de origem das mulheres e dos homens são semelhantes no que concerne ao Isei da mãe e que o método de seleção para ambos os sexos não seria influenciado por variáveis exógenas aos modelos. A diferença existente entre homens e mulheres, por exemplo, no terceiro quartil da distribuição, é fruto de uma variação relativamente pequena no número de mães com menor Isei entre os homens em relação às mulheres⁶². Portanto, temos indícios para acreditar que os diferentes efeitos segundo o sexo estariam provavelmente associados às variáveis especificadas na regressão.

⁶⁰ Embora seja possível ilustrar os efeitos de mudanças típicas em cada uma das variáveis, não podemos comparar diretamente o efeito da educação ou status ocupacional sobre a renda do filho e da filha porque as variáveis apresentam escalas diferentes (necessário recorrer aos coeficientes padronizados). Neste sentido, as simulações com base em quantis são úteis, uma vez que apresentam o resultado diante de alguns cenários hipotéticos, mas plausíveis.

⁶¹ Conforme a Teoria de Probabilidade, a função de distribuição acumulada descreve as probabilidades associadas aos valores de uma variável aleatória, onde $F(x) = \mathbb{P}(X \leq x) \in [0, 1]$. Os dados foram normalizados para comparar as distribuições do Isei da mãe para filhas e filhos.

⁶² Ver gráficos 4 e 5.

Gráfico 4 – Distribuição do Isei Mãe segundo as respostas das filhas em %



Fonte: A autora, 2020, a partir do Software R.

Gráfico 5 – Distribuição do Isei Mãe segundo as respostas dos filhos em %



Fonte: A autora, 2020, a partir do Software R.

De acordo com os quantis das minhas variáveis de interesse, analiso o perfil dos pais e de que modo os recursos disponíveis na família de origem afetam as chances de sucesso ou fracasso no Isei e renda do filho e da filha. Neste trabalho, não analiso diretamente os padrões de mobilidade social, mas o efeito que a família de origem exerce através da transmissão intergeracional dos recursos, e de que forma isto se relaciona com as teorias de estratificação por gênero. Ao avaliar o perfil das famílias com base nos quantis, essa análise está centrada nos fatores que condicionam a alocação profissional e de renda de homens e mulheres⁶³. Qual seria a correlação de alguns recursos relevantes da família de origem nas características de destino (Isei e renda) das filhas e dos filhos? A partir do perfil sócio-ocupacional e educacional dos pais, seria possível inferir o Isei dos

⁶³ Parte-se do pressuposto que pessoas com Isei mais elevado ocupariam posições mais prestigiadas e consequentemente, isto se associaria às condições socioeconômicas mais privilegiadas.

filho(a)s? As distribuições de probabilidade nos gráficos 4 e 5 indicam que 75% das respostas das filhas e filhos da minha amostra reportam o Isei da mãe até 28 e até 16, respectivamente. Na escala do Isei, esses valores seriam muito baixos, o que indicaria mães ocupadas em posições de baixo prestígio e por conseguinte, em uma condição socioeconômica desprivilegiada⁶⁴. Apenas 5% das respostas dos filhos de ambos os sexos conferem um valor mais elevado (a partir de 52) ao Isei da mãe⁶⁵.

Os diferentes efeitos segundo o sexo nos modelos de regressão indicam que embora o Isei da mãe seja mais relevante para a filha do que o filho, o background de ambos os pais influencia substancialmente as chances de sucesso ou fracasso da próxima geração no Brasil. Além disso, identificou-se que o nível educacional da mãe é tão importante quanto a educação do pai na transmissão intergeracional do capital cultural. O status ocupacional da mãe também exerce maior efeito no Isei dos filho(a)s do que na renda. Outro resultado interessante é o efeito duplo da mãe trabalhar fora de casa no Isei do filho e da filha. Ao sair de casa para trabalhar no mercado, a mãe tem menos tempo para se dedicar às crianças. Isso se traduziria, para estas, em menores chances de alcançar um elevado Isei. Contudo, ao analisar o tipo de ocupação desta mãe, constatou-se que mães com baixo status ocupacional teriam um impacto “líquido” negativo sobre o Isei dos filho(a)s, enquanto as mães em posições privilegiadas afetariam positivamente. As simulações em conjunto com as regressões demonstraram que diferentemente dos homens, as mulheres obtêm ganhos de prestígio no status ocupacional a medida que se tornam mais velhas não acompanhados de retornos crescentes na renda.

⁶⁴ Vale ressaltar que segundo as coortes de idade selecionadas neste trabalho, muitas mães naquela época eram donas de casa e teoricamente não possuíam Isei, aqui denominado de Isei igual a zero (dona de casa). No entanto, muitas mulheres, em particular da classe média e alta, eram dedicadas às atividades domésticas e criação dos filhos, sem necessariamente ocupar uma posição no mercado de trabalho. Mulheres donas de casa não seriam classificadas com uma condição socioeconômica desfavorável ou em uma posição sem prestígio; apenas não participariam ativamente da força de trabalho e portanto, não teriam Isei.

⁶⁵ Ver novamente tabelas 5 e 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou reunir diferentes perspectivas acerca da transmissão intergeracional dos recursos no âmbito dos estudos de gênero, em particular no que tange ao background das mães no Isei e renda do filho e da filha. A partir de questionamentos da teoria política acerca do que seria uma sociedade justa, buscou-se construir possíveis conexões entre os debates das teorias da justiça e os principais conceitos abordados na literatura de estratificação e mobilidade social de gênero.

A transmissão intergeracional dos recursos tem se tornado central para a compreensão das desigualdades socioeconômicas, com possíveis transposições para políticas públicas mais eficazes de combate à desigualdade e pobreza. No Brasil, constata-se ainda uma forte associação entre os recursos transmitidos pela família de origem e a trajetória escolar e posteriormente, ocupacional dos filho(a)s (RIBEIRO & TORCHE, 2012). Apesar dos ganhos sociais nos anos 2000, com melhoras nos indicadores socioeconômicos como índice de Gini, taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida ao nascer, o Brasil apresenta ainda um sistema de estratificação social rígido, em que a elite concentra grande parte da riqueza do país (SCALON, 1997).

A depender do sistema de bem-estar social adotado pelos países, a política social cumpriria as funções de reduzir o grau de associação dos recursos transferidos pelos pais aos filho(a)s e se apresentaria como um instrumento a favor das mulheres. A medida que as mães recebessem suporte do governo através de recursos, creches, licença a maternidade remunerada por exemplo, elas seriam liberadas das responsabilidades tradicionais de criação dos filhos e cuidados domésticos. A política social, portanto, estabeleceria um caminho mais seguro entre a maternidade e a carreira profissional (ESPING-ANDERSEN, 1999).

Nos estudos de estratificação e mobilidade social, a inserção das características das mães de forma independente do pai para compor o background familiar é um movimento particularmente recente. Grande parte das pesquisas nesta área adotaram por muito tempo apenas a pessoa de referência no domicílio, geralmente o homem, como parâmetro para avaliar o efeito dos recursos familiares nos resultados alcançados pelos filho(a)s. Contudo, pesquisadores estão contestando esta visão e incluindo as informações relacionadas às mães. Os resultados demonstraram que embora a mulher tenha uma participação intermitente no mercado de trabalho, em decorrência da gravidez por

exemplo, ela contribui substancialmente na transmissão de recursos para a geração seguinte. Os modelos especificados com a categoria “mãe” apresentaram resultados mais robustos e estatisticamente significativos se comparados aos convencionais.

Não circunscritos ao capital econômico, os pais afetariam os filho(a)s por outros canais, através do capital cultural, social e simbólico, por exemplo. De acordo com a literatura, a educação constitui-se uma variável chave na transmissão indireta dos efeitos da posição socioeconômica da família de origem na posição de destino da próxima geração. Crianças de famílias mais privilegiadas teriam maior acesso às melhores escolas do que crianças menos privilegiadas. Isso se traduziria na desigualdade de oportunidades educacionais, o que corroboraria para a perpetuação das diferenças socioeconômicas entre gerações. Ao se tratar do gênero, observa-se que embora as mulheres tenham mais anos de escolaridade do que os homens, uma grande parcela delas ainda se encontra fora do mercado de trabalho.

Para avaliar os efeitos da ocupação dos pais na chances dos filho(a)s de alcançar melhores posições no mercado de trabalho, estudiosos têm construído diversos indicadores. Desde o estudo seminal publicado por Blau & Duncan (1967), esquemas de classes como o EGP e o International Standard Socioeconomic Index (ISEI) têm sido amplamente utilizados nas pesquisas empíricas. Por meio da padronização das ocupações em escala internacional, os autores buscam estabelecer comparações nos padrões de mobilidade social entre os países.

Nas análises de mobilidade social, as taxas absolutas e relativas avaliam a desigualdade de posições e a desigualdade de acesso à essas posições, respectivamente. Por meio de modelos de regressão, buscou-se mensurar o efeito dos recursos da família de origem no Isei e renda dos filho(a)s. Além disso, as simulações do perfil sócio ocupacional da família demonstraram as diferentes chances para meninos e meninas segundo as condições socioeconômicas de ambos os pais.

Ao avaliar a correlação entre as características da família de origem e os recursos alcançados pela geração seguinte a partir dos dados da PNAD 2014, observou-se que tanto as credenciais da mãe quanto as do pai exercem um papel fundamental nas conquistas de status ocupacional e renda do filho e da filha. O nível de escolaridade da mãe tem a mesma projeção que a escolaridade do pai na transmissão do capital cultural para os filhos de ambos os sexos. Além disso, a inserção da mãe no mercado de trabalho apresentaria um duplo efeito na trajetória escolar e posteriormente, no trabalho dos filho(a)s. Embora a

mãe dedique menos tempo no cuidado com as crianças quando ela trabalha fora de casa, essa “perda” poderia ser parcialmente compensada com o maior acesso a bens, serviços e cultura. Mães em posições privilegiadas afetariam positivamente seus filho(a)s quando estivessem inseridas no mercado de trabalho. No entanto, o mesmo não poderia ser dito para as famílias que se encontram em posições socioeconomicamente desprivilegiadas.

Este trabalho analisou um primeiro estágio na transmissão intergeracional dos recursos parentais. No entanto, a conexão entre os efeitos do ambiente familiar nas chances de vida dos filho(a)s e os mecanismos subjacentes na transmissão intergeracional de (des)vantagens ainda não são um consenso entre os pesquisadores. O conjunto informacional adquirido na família exerceria grande influência sobre o desempenho educacional e na ocupação futura das crianças. Não somente as condições socioeconômicas dos pais seriam relevantes para compreender o peso da família na trajetória do indivíduo, como também os traços da personalidade e características da cultura. O capital humano adquirido pelos filho(a)s na forma de investimento realizado pelos pais em educação, saúde, capital social, além dos recursos culturais e da genética seriam cruciais nas análises de transmissão intergeracional dos recursos (CORAK & PIRAINO, 2011; CLARK, 2014).

Dada a importância do vínculo afetivo na família, espera-se que esta apresente influências no desenvolvimento não-cognitivo e na transmissão intergeracional do capital social. Ainda pouco exploradas na literatura, as habilidades não cognitivas ou socioemocionais apresentariam relação com diversos aspectos que compõem a vida do indivíduo. Além disso, a crescente entrada das mulheres na força de trabalho tem modificado o peso dos recursos transmitidos por ambos os pais. Estimar os efeitos destas mudanças sobre o(a)s filho(a)s em diferentes países requer um tratamento cuidadoso ainda pouco explorado.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony B. & BOURGUIGNON, François. Handbook of Income Distribution, Elsevier, edition 1, volume 2B, 2015.

BARBOSA, Rogério. J. Estagnação Desigual: Desemprego, Desalento, Informalidade e a Distribuição da Renda do Trabalho no período recente (2012-2019). In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, IPEA, no67, 2019.

BECKER, Gary S. and TOMES, N. An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility. *Journal of Political Economy* 87, 1979.

BECKER, Gary, KOMINERS, Scott. D., Murphy, Kevin.M. SPENKUCH, Jörg L. A Theory of Intergenerational mobility. *Journal of Political Economy*, 2018.

BOBBIO, Noberto. Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant. 2ª edição. São Paulo: Mandarim, 2000.

BLAU, Peter M.; DUNCAN, Otis Dudley. The American Occupational Structure. New York: Free Press, 1967.

BELLER, Emily. Bringing Intergenerational Mobility Research into the Twenty-First Century: Why Mothers Matter. *American Sociological Review*, 74(4): 507-28, 2009.

BJÖRKLUND, Anders.; JÄNTTI, Markus. Intergenerational income mobility and the role of family background. *The Oxford Handbook of Economic Inequality*. Edited by Brian Nolan, Wiemer Salverda, and Timothy M. Smeeding. 2011.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:
<www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 16 dez. 2019.

CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira. A tipologia ocupacional Erikson- Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Revista Sociedade e Estado*, vol, 30, n. 3, 2015.

CARVALHAES, Flávio e CHOR, Dóra. Posição Socioeconômica, Idade e Condição de Saúde no Brasil. In: RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. A dimensão social das desigualdades. 1ed. Curitiba: Appris, 2019.

CHEVALIER, A. Parental education and child's education: A natural experiment. 2004.

COLEMAN, J. The concept of equality of educational opportunity. Harvard Educational Review, Harvard Education Publishing Group, v. 38, n. 1, p. 1-21, 1967.

CLARK, Gregory. The son also rises: surnames and the history of social mobility. Princeton:

Princeton University Press, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). Panorama Social de América Latina 2019. Disponível em: <www.cepal.org/pt-br/node/50522>. Acessado em: 16 de dezembro de 2019.

CORAK, Miles; PIRAINO, Patrizio. The intergenerational transmission of employers. Journal of Labor Economics 29(1):37-68, 2011.

COSTA, Marcos Paulo; et al. Ambiente familiar e proficiência escolar: o papel das habilidades socioemocionais. FEA-USP, 2018.

De PAULA, Luiz Fernando; OREIRO, José Luís. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar, 2019.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Mulheres, Síntese Metropolitana, 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/mulheresSINTMET.html>>, Acessado em 17 de março de 2020.

DUNCAN, Otis D. A Socioeconomic Index for All Occupations. In: REISS, A. J. Occupations and social status. New York: Free Press, 1961a.

ERIKSON, Robert. Social Class of Men, Women and Families. Sociology 18, pp. 500-514, 1984.

ERIKSON, Robert & GOLDTHORPE, John H. *The constant flux: a study of class mobility in industrial societies*. Oxford; New York: Oxford University Press; Clarendon Press 1992.

EROLA, Jani et al. Parental education, class and income over early life course and children's achievement. *Research in Social Stratification and Mobility* 44. Elsevier, 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. Oxford: Polity Press, 1990.

_____. *Social Foundations of postindustrial economies*. New York: Oxford University Press, 1999.

FEATHERMAN, David L. and HAUSER, Robert M. Prestige or Socioeconomic Scales in the Study of Occupational Achievement?. *Sociological Methods and Research* 4, 1976. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Princípios de justiça e avaliação de políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, p. 73-103, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 02 de abril de 2020.

GANZEBOOM, Harry B. G.; DE GRAAF, Paul M.; TREIMAN, Donald J. A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status. *Social Science Research*, v. 21, n. 1, pp. 1-56, 1992.

GIDDENS, Anthony. Social Justice and Social Divisions. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

GOLDTHORPE, John H. Women and Class Analysis: In Defense of the Conventional View. *Sociology* 17: pp. 465-88, 1983.

GOLDTHORPE, John H; HOPE, Keith. Occupational Grading and Occupational Prestige, 1972. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

HAIR JÚNIOR, Joseph F.; ANDERSON, Rolph E.; TAHAM, Ronald L.; BLACK, William C. Análise de Regressão Múltipla. In: *Análise multivariada de dados*. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, pp. 131-204, 2005.

HAUSER, Robert M. and WARREN, John R. Socioeconomic indexes for Occupations: A Review, Update, and Critique. *Sociological Methodology* (vol.27), 1997. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

HODGE, Robert W. The measurement of occupational status. *Social Science Research*, v. 10, n. 4, pp. 396–415, 1981.

HOUT, Michael. Americans' Occupational Status Reflects the Status of Both of Their Parents. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 115(38):9527–32, 2018.

HOUT, Mike and DIPRETE, Thomas. What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification. *Research in Social Stratification and Mobility*, volume 24, Issue 1, 2006.

IPEA. *Transmissão Intergeracional de Capital Humano: Evidências para o Rio Grande do Sul. Planejamento e Políticas Públicas*, 2015.

ISHIDA, Hiroshi, MÜLLER, Walter, RIDGE, John. "Class Origin, Class Destination, and Education: A Cross-National Study of Ten Industrial Nations". *American Journal of Sociology* 101:145-93, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. PNAD*, 2014.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. 1 ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

KALMIJN, Matthijs. Mother's Occupational Status and Children's Schooling. *American Sociological Review*, vol.59, no 2, Apr. 1994, pp.257-275.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare state development in Brazil?. In: CENTER FOR STUDIES ON INEQUALITY AND DEVELOPMENT. *Discussion Paper*, Ithaca, n. 124, set. 2017.

KERSTENETZKY, Celia Lessa & MACHADO, Danielle Carusi. Labor Market Development in Brazil: 2002 – 2014. In: CENTER FOR STUDIES ON INEQUALITY AND DEVELOPMENT. *Discussion Paper*, Ithaca, n. 126, set. 2017.

KORUPP, Sylvia E., GANZEBOOM, Harry B. G., VAN DER LIPPE, Tanja. Do Mothers Matter? A Comparison of Models of the Influence of Mothers' and Fathers' Educational and Occupational Status on Children's Educational Attainment. *Quality and Quantity* 36:17-42, 2002.

KYMLICKA, Will. *Filosofia Política Contemporânea*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Volume IV, Livro Terceiro. O Processo Global da Produção Capitalista*. Editado por Friedrich Engels. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

_____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Editora: Penguin – Companhia das Letras, 2012.

MOOD, Carina; GREGG, Paul; JONSSON, Jan O, MACMILLAN, Lindsey. The Role of Education for Intergenerational Income Mobility: A comparison of the United States, Great Britain, and Sweden. *Social Forces*, Volume 96, Issue 1, 2017a.

MOOD, Carina. More than Money: Social Class, Income, and the Intergenerational Persistence of Advantage. *Sociological Science* 4: 263-287, 2017b.

OKIN, Susan. *Justice, gender and the Family*. New York, Basic Books, 1989.

OUTEIRO, Gabriel Moraes de; et al., 2016. A justiça como equidade de Rawls e a igualdade de Amartya Sen: uma releitura na construção de um sistema de proteção de direitos fundamentais. *Revista do Direito Público*, Londrina, v.11, n.2, p.47-81, ago. 2016.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. “As Liberdades Humanas como Bases do Desenvolvimento: Uma Análise Conceitual da Abordagem das Capacidades Humanas de Amartya Sen”. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. 50p. (Texto para discussão, n.1794). Disponível

em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1794.pdf>.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000a.

_____. *O liberalismo político*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000b.

RIBEIRO, Carlos A. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, vol 15 n 44, 2000. Resenhas.

_____. Estrutura de Classes e Mobilidade Social no Brasil. São Paulo, EDUSC: ANPOCS, 2007.

RIBEIRO, Carlos A.; TORCHE, Florencia. Parental Wealth and Children's Outcomes over the Life-course in Brazil: A Propensity Score Matching Analysis. *Research in Social Stratification and Mobility*, vol. 30, no1, pp. 79-96, 2012.

RIBEIRO, Carlos A. A dimensão social das desigualdades. 1ed. Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 377-410, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581998000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 de setembro de 2019.

_____. Discrepâncias de gênero no valor econômico da educação. *Teoria Sociedade (UFMG)*, v.17, pp.8-31, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça – a política social na ordem brasileira. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCALON, Maria Celi. Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências. Tese de Doutorado, 1997.

SCALON, Maria Celi & SALATA, André. Desigualdades, estratificação e justiça social. *Civitas*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.179-188, 2016.

SEN, Amartya. Desigualdade Reexaminada. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. "Equality of What?" In: Sterling McMurrin (Org.). *The Tanner Lectures on Human Values*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. V. 1. p. 195-220.

_____. Gender Inequality and Theories of Justice. In: Martha C. Nussbaum, Jonathan Glover. *Women, Culture, and Development: A Study of Human Capabilities*. Clarendon Press, Oxford 1995.

SILVA, Nelson do Valle. Posição social das ocupações. Rio de Janeiro: IBGE, mimeo, 1974.

SILVA, Nelson do Valle.; HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. *Cadernos de Saúde Pública, SciELO Public Health*, v. 18, p. S67–S76, 2002.

SMITH, M. Dwayne and SELF, George D. The congruence between mother's and daughter's sex-role attitudes: A Research note. *Journal of Marriage and the Family* 42: 105-109, 1994.

SOLON, Gary. A model of intergenerational mobility variation over time and place. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Intergenerational Income Mobility. *The New Palgrave Dictionary of Economics*, 2nd edition. Edited by Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume, 2008.

SORENSEN, Annemette. Women, family and class. *Annual Review of Sociology* 20: 27-47, 1994.

STIER, Haya; LEWIS-EPSTEIN, Noah & BRAUN, Michael. Welfare Regimes, Family-Supportive Policies, and Women's Employment along the Life-Course. *American Journal of Sociology* 106:1731–60, 2001.

THE WORLD BANK, DEVELOPMENT RESEARCH GROUP. Gini Index – BRAZIL. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=BR>>. Acessado em 17 de março de 2020.

TORCHE, Florencia. Education and the intergenerational transmission of advantage in the US. *Stanford Center on Poverty and Inequality*, 2013.

_____. Intergenerational Mobility and Inequality: The Latin American case. *Annual Review of Sociology*, 2014.

_____. Intergenerational mobility and gender in Mexico. Oxford University Press, 2015.

TREIMAN, Donald J. A Standard Occupational Prestige Scale for Use with Historical Data. *The Journal for Interdisciplinary History* VII, 1976. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

TREIMAN, Donald J. *Occupational Prestige in Comparative Perspective*. New York: Academic Press, 1977.

TUMIN, Melvin M. Some Principles of Stratification: A Critical Analysis. *American Sociology Review* 18, 1953, pp.387-394. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Data. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acessado em 17 de março de 2020.

_____. Gender Inequality Index. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acessado em 24 de março de 2020.

VAZQUEZ, D. A.; MONFREDINI, M. I.; HÖFLING, D. M.; CAJUEIRO, J. P. M. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 147-167, dez. 2004.

VAZQUEZ, D. A. Modelos de classificação do Welfare State: as tipologias de Titmuss e Esping-Andersen. *Pensamento e Realidade*, São Paulo, v. 21, p. 42-59, 2007.

VITA, Álvaro de. Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia. Organização e Introdução*: H.H. Gerth e C. Wright Mills, 1979.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, v.1, 1999.

WRIGHT, Eric Olin. A General Framework for the Analysis of Class Structure. *Politics and Society* 13, Sage Publications, 1984. In: GRUSKY, David B. *Social Stratification: Class, Race, and Gender in Sociological Perspective*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

_____. *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

APÊNDICE⁶⁶

Tabela 7 – Modelos de Regressão Linear (OLS) para índice de status ocupacional (Isei), anos de escolaridade, idade, cor, mãe trabalha no mercado. Brasileiro entre 25 e 60 anos de idade, do sexo masculino.

Modelos Empíricos: do background dos pais ao status ocupacional do filho						
	Modelo 0	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
Isei Pai	.249*** (0.014)	.242*** (0.014)	.154*** (0.012)	.148*** (0.012)	.147*** (0.012)	.138*** (0.013)
Idade	.443*** (0.165)	.445*** (0.164)	.374** (0.147)	.417*** (0.147)	.416*** (0.147)	.400*** (0.147)
Idade2	-.005** (0.002)	-.005** (0.002)	-.003 (0.002)	-.003* (0.002)	-.003* (0.002)	-.003 (0.002)
Educação Pai	1.242*** (0.049)	1.190*** (0.049)	.520*** (0.046)	.325*** (0.057)	.328*** (0.057)	.333*** (0.057)
Não Branco		-2.792*** (0.348)	-.333 (0.315)	-.262 (0.315)	-.265 (0.315)	-.251 (0.314)
Educação Filho			1.896*** (0.041)	1.858*** (0.042)	1.859*** (0.042)	1.834*** (0.042)
Educação Mãe				.321*** (0.054)	.312*** (0.056)	.266*** (0.057)
Isei Mãe					.005 (0.009)	.061*** (0.016)
Mãe_merc_trab						-2.304*** (0.523)
Constante	14.937*** (3.430)	16.961*** (3.426)	3.257 (3.074)	2.143 (3.074)	2.111 (3.074)	3.559 (3.088)
Observações	8,296	8,296	8,296	8,296	8,296	8,296
R2	0.207	0.213	0.373	0.375	0.375	0.377

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD 2014.

Tabela 8 – Modelos de Regressão Linear (OLS) para índice de status ocupacional (Isei), anos de escolaridade, idade, cor, mãe trabalha no mercado. Brasileiro entre 25 e 60 anos de idade, do sexo masculino.

Modelos Empíricos para analisar a influência do background dos pais na renda do filho (1)

	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 10	Modelo 11
Isei Pai	.010*** (0.001)	.009*** (0.001)	.005*** (0.001)	.005*** (0.001)	.005*** (0.001)	.004*** (0.001)
Idade	.059*** (0.009)	.059*** (0.008)	.055*** (0.008)	.058*** (0.007)	.058*** (0.007)	.058*** (0.007)
Idade2	-.001*** (0.0001)	-.001*** (0.0001)	-.0005*** (0.0001)	-.0005*** (0.0001)	-.0005*** (0.0001)	-.0005*** (0.0001)
Educação Pai	.071*** (0.003)	.065*** (0.002)	.032*** (0.002)	.020*** (0.003)	.019*** (0.003)	.019*** (0.003)
Não Branco		-.342*** (0.018)	-.221*** (0.016)	-.217*** (0.016)	-.217*** (0.016)	-.216*** (0.016)
Educação Filho			.093*** (0.002)	.091*** (0.002)	.091*** (0.002)	.090*** (0.002)
Educação Mãe				.019*** (0.003)	.021*** (0.003)	.020*** (0.003)
Isei Mãe					-.001*** (0.0005)	.001 (0.001)
Mãe_merc_trab						-.078*** (0.027)
Constante	5.432*** (0.177)	5.679*** (0.174)	5.007*** (0.157)	4.941*** (0.157)	4.950*** (0.157)	4.999*** (0.158)
Observações	8,296	8,296	8,296	8,296	8,296	8,296
R2	0.205	0.240	0.384	0.387	0.388	0.388

(1) Logaritmo Natural da renda mensal de todos os recursos adquiridos pelas pessoas com 10+ de idade.

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD 2014.

Tabela 9 - Modelos de Regressão Linear (OLS) para índice de status ocupacional (Isei), anos de escolaridade, idade, cor, mãe trabalha no mercado. Brasileira entre 25 e 60 anos de idade, do sexo feminino.

Modelos Empíricos: do background dos pais ao status ocupacional da filha

	Modelo a	Modelo b	Modelo c	Modelo d	Modelo e	Modelo f
Isei Pai	.261*** (0.016)	.243*** (0.016)	.136*** (0.014)	.131*** (0.014)	.126*** (0.014)	.112*** (0.014)
Idade	.415** (0.196)	.350* (0.195)	.341** (0.166)	.397** (0.166)	.373** (0.166)	.339** (0.166)
Idade2	-.006** (0.002)	-.005** (0.002)	-.003 (0.002)	-.003 (0.002)	-.003 (0.002)	-.003 (0.002)
Educação Pai	1.382*** (0.058)	1.287*** (0.058)	.587*** (0.051)	.396*** (0.063)	.418*** (0.063)	.408*** (0.063)
Não Branco		-4.821*** (0.413)	-1.997*** (0.358)	-1.889*** (0.358)	-1.936*** (0.357)	-1.868*** (0.357)
Educação Filha			2.312*** (0.046)	2.260*** (0.047)	2.272*** (0.047)	2.238*** (0.048)
Educação Mãe				0.326*** (0.062)	0.247*** (0.064)	0.193*** (0.065)
Isei Mãe					0.047*** (0.010)	0.124*** (0.017)
Mãe_merc_trab						-3.266*** (0.587)
Constante	18.228*** (4.056)	23.144*** (4.038)	1.499 (3.478)	0.197 (3.480)	0.251 (3.475)	2.739 (3.496)
Observações	6,731	6,731	6,731	6,731	6,731	6,731
R2	0.221	0.236	0.443	0.445	0.447	0.449

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD 2014

Tabela 10 - Modelos de Regressão Linear (OLS) para índice de status ocupacional (Isei), anos de escolaridade, idade, cor, mãe trabalha no mercado. Brasileira entre 25 e 60 anos de idade, do sexo feminino.

Modelos Empíricos para analisar a influência do background dos pais na renda da filha (1)

	Modelo g	Modelo h	Modelo i	Modelo j	Modelo k	Modelo l
Isei Pai	.013*** (0.001)	.012*** (0.001)	.007*** (0.001)	.007*** (0.001)	.007*** (0.001)	.006*** (0.001)
Idade	.021** (0.010)	.016* (0.010)	.016* (0.009)	.019** (0.009)	.019** (0.009)	.017** (0.009)
Idade2	-.0001 (0.0001)	-.0001 (0.0001)	-.00001 (0.0001)	-.00002 (0.0001)	-.00001 (0.0001)	-.00000 (0.0001)
Educação Pai	.068*** (0.003)	.061*** (0.003)	.029*** (0.003)	.019*** (0.003)	.019*** (0.003)	.018*** (0.003)
Não Branco		-.345*** (0.021)	-.218*** (0.018)	-.212*** (0.018)	-.212*** (0.018)	-.208*** (0.018)
Educação Filha			.104*** (0.002)	.101*** (0.002)	.101*** (0.002)	.099*** (0.002)
Educação Mãe				.018*** (0.003)	.017*** (0.003)	.014*** (0.003)
Isei Mãe					.001 (0.001)	.006*** (0.001)
Mãe_merc_trab						-.213*** (0.030)
Constante	5.745*** (0.204)	6.096*** (0.201)	5.124*** (0.179)	5.051*** (0.179)	5.052*** (0.179)	5.214*** (0.179)
Observations	6,731	6,731	6,731	6,731	6,731	6,731
R2	0.207	0.239	0.407	0.409	0.410	0.414

(1) Logaritmo Natural da renda mensal de todos os recursos adquiridos pelas pessoas com 10+ de idade.

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: A autora, 2020, a partir dos dados da PNAD 2014